



# OE26

**ORÇAMENTO DO ESTADO**

DIVERSIFICAÇÃO, CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

## DIRETRIZES

## ÍNDICE

<b>I. ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>6</b>
<b>II. BALANÇO DA GOVERNAÇÃO - 2016 a 2024.....</b>	<b>10</b>
<b>III. CONTEXTO MACROECONÓMICO .....</b>	<b>12</b>
<b>IV. ESTRATÉGIA DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....</b>	<b>20</b>
<b>IV.1. Aumento das Receitas Endógenas.....</b>	<b>24</b>
<b>IV.2. Racionalização e Contenção das Despesas.....</b>	<b>33</b>
<b>IV.3. Estratégia da Dívida Pública .....</b>	<b>39</b>
<b>V. PRINCIPAIS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS .....</b>	<b>42</b>
<b>V.1. Consolidar o ciclo do PEDS II .....</b>	<b>42</b>
<b>V.2. Prioridades para OE 2026 .....</b>	<b>43</b>
<b>V.2.1. Conectividade intermodal .....</b>	<b>46</b>
<b>V.2.2. Capital humano.....</b>	<b>47</b>
<b>V.2.3. Habitação .....</b>	<b>50</b>
<b>V.2.4. Erradicação da pobreza extrema e da insegurança alimentar .....</b>	<b>51</b>
<b>V.2.5. A acesso de todos à água e ao saneamento .....</b>	<b>51</b>
<b>V.2.6. Acelerar a transição energética .....</b>	<b>51</b>
<b>V.2.7. Governança e ação climáticas .....</b>	<b>52</b>
<b>V.2.8. Desenvolvimento empresarial .....</b>	<b>52</b>
<b>V.2.9. Desenvolvimento da economia azul.....</b>	<b>53</b>
<b>V.2.10. Transição digital.....</b>	<b>53</b>
<b>V.2.11. Impulsionar o desenvolvimento da indústria e do comércio .....</b>	<b>54</b>
<b>V.2.12. Turismo Sustentável.....</b>	<b>55</b>
<b>V.2.13. Economia verde.....</b>	<b>55</b>
<b>V.2.14. Programa Nacional da Ciência.....</b>	<b>56</b>
<b>V.2.15. Saúde de qualidade para todos .....</b>	<b>56</b>
<b>V.2.16. Proteção Social .....</b>	<b>57</b>
<b>V.2.17. Promover a Igualdade e Equidade de Género .....</b>	<b>57</b>
<b>V.2.18. Modernizar a administração pública .....</b>	<b>58</b>
<b>V.2.19. A paz social, o acesso à justiça.....</b>	<b>58</b>
<b>V.2.20. Compromisso com a Diáspora .....</b>	<b>59</b>
<b>V.2.21. Diplomacia cabo-verdiana .....</b>	<b>59</b>
<b>V.2.22. Sistema de Informação.....</b>	<b>60</b>
<b>V.2.23. Consolidação da democracia.....</b>	<b>60</b>

---

<b>V.2.24. Reforço da Segurança Nacional.....</b>	<b>61</b>
<b>VI. POLÍTICA DE RENDIMENTOS E PREÇOS.....</b>	<b>62</b>
VI.1. Massa Salarial da Administração Pública.....	63
VI.2. Subsídio de Desemprego .....	71
VI.3. Salário Mínimo .....	73
VI.4. Políticas Ativas de Emprego e de Empregabilidade.....	74
VI.5. Política de Proteção Social e de Rendimentos .....	76
VI.6. Política Monetária .....	77
<b>VII. PREVISÃO DE RECURSOS POR PROGRAMAS .....</b>	<b>80</b>
<b>VIII. RISCOS ORÇAMENTAIS .....</b>	<b>82</b>
<b>IX. ANEXOS.....</b>	<b>88</b>
IX.1. Anexo I – Plafond por Programa, Tipo de Financiamento e Sector .....	89
IX.2. Anexo II – Inflação versus Atualização Salarial, 2010-2025.....	94
IX.3. Anexo III – Projeções Macro Fiscais de Médio Prazo.....	95

**LISTA DE SIGLAS, ABREVIACÕES E ACRÓNIMOS**

AGOA	African Growth and Opportunity Act
AFIS	Automated Fingerprint Identification System
BCV	Banco de Cabo Verde
BF	Benefícios Fiscais
CAN	Campeonato Africano das Nações
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CSU	Cadastro Social Único
CSIRT	Computer Security Incident Report Team
CGOV	Chefia do Governo
CIN	Centro Internacional de Negócios
CDT	Convenção de Dupla Tributação
CO <sub>2</sub>	Dióxido de Carbono
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGPOG	Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão
DNOCP	Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública
DRO	Declaração de Riscos Orçamentais
DNRE	Direção Nacional de Receita do Estado
EMAR	Escola do Mar
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
EUR	Euro
FAO	Food and Agriculture Organisation
FUSI	Fundo do Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação
GEE	Gases de Efeito de Estufa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IMAR	Instituto do Mar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IST	Infeções Sexualmente Transmissíveis

---

IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
MPME	Micro Pequenas e Médias Empresas
NEET	Not in Employment Education or Training
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
OT	Obrigações Tesouro
ONG	Organizações Não-Governamentais
PALOP	Países Africanos de Língua Portuguesa
PCCS	Plano de Cargos Carreiras e Salários
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Programa Nacional da Ciência
POT	Programa Operacional do Turismo
QEMP	Quadro do Endividamento de Médio Prazo
QOMP	Quadro Orçamental de Médio Prazo
QDMP	Quadro de Despesa de Médio Prazo
RNI	Registos Notariado e Identificação
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
RTPE	Rede Tecnológica Privativa do Estado
RSI	Rendimento social de Inclusão
SEE	Sector Empresarial do Estado
SIGOF	Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira
TEC	Tarifa Externo Comum
TICV	Transportes Interilhas de Cabo Verde
USD	United States Dollar
UTA	Universidade Técnica do Atlântico
WATIH	West Africa Trade and Investment Hub
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
VBG	Violência Baseada no Género
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZEEEMSV	Zona Económica Especial Marítima em São Vicente

## I. ENQUADRAMENTO

O Orçamento do Estado para 2026 é apresentado num contexto de consolidação do crescimento económico, reforço da estabilidade macroeconómica e aprofundamento da responsabilidade fiscal em Cabo Verde. Com uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) prevista em 6%, o país reafirma o seu compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e centrado na promoção do investimento produtivo, da criação de emprego digno e da valorização estratégica do capital humano.

Uma das principais marcas deste ciclo orçamental é a redução do rácio da dívida pública para 96,3% do PIB, um feito histórico, não observado desde 2014, que traduz os esforços consistentes de consolidação fiscal, a eficácia das reformas estruturais implementadas e a credibilidade crescente do país junto dos parceiros internacionais e dos mercados financeiros.

O défice orçamental prosseguirá a sua trajetória descendente, devendo situar-se em torno de 0,8% do PIB, em consonância com os compromissos assumidos no quadro da sustentabilidade das finanças públicas. A inflação mantém-se sob controlo e deverá situar-se em torno de 1,5% e o mercado de trabalho evidencia sinais robustos de recuperação, prevendo que a taxa desemprego situar-se-à em torno de 7,3%.

Apesar da conjuntura internacional continuar a ser marcada por incertezas geopolíticas, instabilidade energética e alterações climáticas, o Governo reforça o seu compromisso com uma governação orientada para resultados, assente em princípios de responsabilidade, equidade e resiliência. O Orçamento de 2026 posiciona-se, assim, como um instrumento catalisador de inclusão social, coesão territorial e fortalecimento da confiança pública.

A economia nacional continuará, todavia, exposta à volatilidade dos mercados externos, nomeadamente devido a guerras tarifárias entre grandes potências, instabilidades nos fluxos comerciais globais e pressões inflacionistas resultantes do aumento dos preços de bens importados. Tais riscos poderão impactar negativamente setores-chave como o turismo, as exportações e o investimento direto estrangeiro. Face a este cenário, o Governo manterá uma política económica prudente e contracíclica, apostando no

reforço da resiliência económica, na estabilidade macrofiscal e na proteção das camadas mais vulneráveis da população.

O Orçamento do Estado para 2026 continuará a orientar-se por pilares de intervenção, essenciais à transformação da economia cabo-verdiana, com destaque para a **diversificação da economia, o crescimento económico sustentável e a inclusão**.

A **diversificação da economia** cabo-verdiana constitui um dos pilares estratégicos da agenda governativa, visando reforçar a resiliência estrutural do país e mitigar a sua vulnerabilidade decorrente da excessiva dependência do setor de serviços, em particular do turismo. Nesse sentido, o Governo tem vindo a desenvolver um conjunto de reformas e investimentos orientados para a dinamização de setores emergentes e de elevado potencial de valor acrescentado. Entre os setores prioritários destacam-se **a conectividade, o turismo sustentável**, a economia azul, a economia digital, a industrialização sustentável, a modernização e transformação do setor agrícola, bem como a aceleração da transição energética. Estas áreas são vistas como vetores estratégicos para impulsionar a produtividade, estimular a inovação e fomentar a competitividade nacional. A estratégia de diversificação assenta em cinco eixos fundamentais:

- I. **Promoção do empreendedorismo e do setor privado**, através do reforço do acesso ao financiamento, da concessão de incentivos fiscais e do apoio à inovação e à incubação de empresas;
- II. **Qualificação do capital humano**, mediante políticas de formação técnica e profissional alinhadas com as novas dinâmicas do mercado de trabalho e as exigências da economia digital e verde;
- III. **Reforço das infraestruturas físicas e digitais**, com destaque para a modernização dos sistemas de transporte, logística e telecomunicações, criando as condições para uma maior integração territorial e conectividade global;
- IV. **Centralidade da sustentabilidade ambiental**, com a integração da transição energética como eixo transversal de todas as políticas setoriais, promovendo uma economia verde, resiliente e de baixo carbono; e

V. **Integração regional e diversificação de mercados externos**, como forma de expandir as exportações, alargar a base de parceiros comerciais e reduzir a exposição aos choques externos.

Cabo Verde tem vindo a adotar uma abordagem estratégica para promover um **crescimento económico sustentável e inclusivo**, com forte incidência na redução das desigualdades sociais e económicas. No centro desta política está a transição energética verde, alicerçada em investimentos estruturais nas energias renováveis, nomeadamente solar e eólica, com o objetivo de reduzir progressivamente a dependência de combustíveis fósseis e assegurar maior segurança energética.

Na agricultura, têm sido implementadas políticas que promovem práticas sustentáveis e inteligentes, focadas no aumento da produtividade e do valor acrescentado, com potencial de integração no mercado turístico, de exportação e de contribuição efetiva para a segurança alimentar nacional. A produção local é, assim, incentivada como pilar do desenvolvimento rural e da autonomia alimentar.

No domínio social, o Governo tem priorizado programas estruturantes de inclusão social, destacando-se: (1) a promoção do direito à igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade, orientada para a excelência e equidade; (2) o reforço do acesso universal a serviços de saúde eficientes e integrados, como instrumento de bem-estar e produtividade económica; (3) a implementação de políticas de acesso à habitação condigna, com destaque para os mecanismos de bonificação de crédito habitacional e aquisição de terrenos, visando facilitar o acesso dos jovens e famílias vulneráveis à habitação própria; assim como, (4) a promoção do rendimento social de inclusão e reforço na implementação do ENEPE, com o reforço do Fundo Mais.

Adicionalmente, a digitalização da economia, a modernização dos serviços públicos e o estímulo ao empreendedorismo assumem-se como vetores prioritários. Apoios específicos a startups, micro e pequenas empresas, aliados a programas de capacitação e reconversão profissional, visam preparar a força de trabalho para os desafios e oportunidades da economia verde e digital. A criação de empregos sustentáveis,

nomeadamente “empregos verdes”, integra-se nesse esforço de transformação inclusiva.

A gestão integrada dos recursos hídricos, a proteção dos ecossistemas e os investimentos em infraestrutura verde são também áreas-chave da política ambiental. Em linha com esses compromissos, o Orçamento do Estado para 2026 irá priorizar a valorização e conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e da geodiversidade, como motores de desenvolvimento sustentável e resiliente. Este esforço visa não apenas melhorar a qualidade ambiental e o bem-estar da população, mas também posicionar Cabo Verde como destino de excelência para o ecoturismo e a economia verde. Por fim, Cabo Verde continuará a fortalecer parcerias internacionais estratégicas com vista à mobilização de financiamento climático e à implementação de projetos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consolidando assim a sua trajetória de desenvolvimento inclusivo, verde e resiliente.

Assim, em 2026, o Governo dará continuidade à implementação de reformas estruturais orientadas para o fortalecimento da base produtiva, com o objetivo de impulsionar o **crescimento económico sustentado**, dinamizando o setor privado como motor do desenvolvimento. Estas reformas visam, igualmente, reforçar a resiliência da economia nacional face a choques externos, nomeadamente os decorrentes das alterações climáticas, crises geopolíticas ou perturbações nos mercados internacionais.

A estratégia governamental assenta na promoção de uma prosperidade partilhada, sustentada por uma **economia mais diversificada, inclusiva e ambientalmente sustentável**, com capacidade para gerar empregos de qualidade, aumentar a produtividade e assegurar maior coesão territorial e social. A ambição é clara: edificar um Cabo Verde mais resiliente, competitivo e comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Orçamento do Estado de 2026 consolidará os ganhos de bem-estar dos cabo-verdianos com o aumento do rendimento disponível pelo aumento do emprego, dos rendimentos salariais e de empresa, das transferências sociais, concomitantemente com exonerações fiscais.

Com o Orçamento do Estado de 2026 o Governo implementará o Plano Estratégico da Conectividade Intermodal, com o inicio das reformas institucionais, a implementação do serviço público de transportes rodoviários.

O Orçamento do Estado de 2026 realizará os compromissos deste ciclo no domínio do desenvolvimento do capital humano, mantendo a apostas na formação profissional, consolidando as reformas no ensino básico e secundário e especialmente aprofundando a apostas no ensino superior com a reforma do respectivo financiamento por forma a reverter a tendência da redução do acesso, em linha com as metas do PEDS II e promovendo a inclusão dos jovens de famílias pobres bem como a redução das assimetrias regionais.

O Orçamento do Estado de 2026 colocará na primeira linha das prioridades, a habitação dos cabo-verdianos com uma Programa de Aceleração da Segurança Habitacional dos Agregados Familiares Pobres, a bonificação de juros até ao limite de 50% na aquisição ou construção de habitação própria permanente pelos jovens, o apoio á autoconstrução, em especial no meio rural e adoção do regime jurídico das garantias pessoais do Estado, criando assim um contexto adequado ao investimento pela IFH na habitação social para os jovens.

## II. BALANÇO DA GOVERNAÇÃO - 2016 a 2024

Os últimos 9 anos foram de transformação para Cabo Verde, mas persistem ainda desafios a serem vencidos, nomeadamente, nos transportes, na segurança, na coesão social e territorial, na habitação, na ação climática e na transição digital, na diversificação da economia, no emprego, no sector privado e ao nível do capital humano e do financiamento das infraestruturas. Por isso, urgência, escala, velocidade, impacto e persistência marcaram e devem continuar a marcar a governação para podermos responder com diligência a esses desafios.

Foram anos de crescimento do turismo, aceleração do crescimento económico, estabilidade macroeconómica, recuperação e resiliência a choques severos como a pandemia da covid-19 e a crise logística e a guerra na Ucrânia, de melhoria do ambiente

de negócios, desenvolvimento do setor privado, de redução do desemprego, da exclusão dos jovens e da pobreza absoluta.

Como aliás ilustra na tabela 1 abaixo, excluindo o ano da pandemia da covid-19, a economia cresceu, em média, cerca de 7% ano, a inflação manteve-se baixa, em média 1,1% excluindo o ano 2022 caracterizado por uma escalada de preços a nível internacional.

**Tabela 1 - Indicadores macroeconómicos, do mercado de trabalho e do setor externo 2016-2024**

Indicadores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PIB nominal (milhões CVE)	184 402	195 295	205 986	221 829	176 320	191 269	235 628	258 503	282 079
PIB real (milhões CVE)	181 355	189 609	196 638	210 300	166 547	178 261	206 504	217 637	233 463
Crescimento económico (%)	4,3	4,6	3,7	6,9	-20,8	7	15,8	5,4	7,3
Taxa de inflação	1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	7,9	3,1	1
Saldo global/PIB (%)	-2,7	-2,6	-2,3	-2,1	-9,3	-7,6	-3,5	-0,3	-1,1
Dívida pública/PIB (%)	114,9	111,7	111,2	109,2	145,6	146,8	125,9	114,5	109,2
<b>PIB per capita US \$)</b>	<b>3 749</b>	<b>4 026</b>	<b>4 433</b>	<b>4 508</b>	<b>3 631</b>	<b>4 070</b>	<b>4 436</b>	<b>4 980</b>	<b>5 354</b>
Taxa de desemprego (%)	15	12,2	12,2	11,3	14,5		11,0	10,3	8,0
NEET	62 028	64 884	64 424	57 605	77 480		48 768	46 149	41 158
Taxa de actividade (%)	54,2	51,9	48,8	50,9	45,3		51,8	51,8	58,3
Taxa de emprego (%)	54,2	51,9	48,8	50,9	45,3		51,8	51,8	53,6
% do emprego informal	59,6	55,3	54,9	53,7	51,6		52,7	48,7	47,5
Turistas	644 429	716 775	765 696	819 308	207 125	169 068	835 945	1 010 739	1 177 467
Remessas Emigrantes (% PIB)	10,7	10	9,8	8,9	12,2	14,9	13,4	11,9	11,5
IDE (%PIB)	6,8	5,6	4,7	5,5	3,7	4,4	5,4	6,3	3,7
Incidência pobreza absoluta(%)	31,7	28,6	26	26	31,7		28,1	24,75	
Consumo final (milhões CVE)	153 850	166 730	174 327	185 880	167 145	183 966	201 328	214 756	224 381
Privado (milhões CVE)	117 269	133 123	138 845	144 477	124 570	137 119	155 956	168 272	176 700
Consumo final (var anual %)	7,1	8,4	4,6	6,6	-10,1	10,1	9,4	6,7	4,5
Privada (var anual %)	8,1	13,5	4,3	4,1	-13,8	10,1	13,7	7,9	5,0

**Fonte:** MF

Realizamos sim um percurso positivo de consolidação orçamental, com a redução do défice público de 3,0% do PIB em 2016 para 1,1% em 2024, do rácio dívida pública PIB de 145,6% em 2020 para 109,2% em 2024, projetado para se situar-se abaixo 100% do PIB em 2025, com reservas internacionais cobrindo em média 6,6 meses de importações.

Reduziu-se o desemprego de 15,0%, em 2016, para 8,0%, em 2023 e a pobreza de 35,2% em 2015 para 24,75% em 2023. Nesse período de estabilidade macroeconómica, de melhoria do ambiente de negócios, de expansão de oportunidades económicas e de promoção do empreendedorismo e dos negócios, o setor empresarial privado expandiu-se, consideravelmente, atingindo cerca de 18.204 empresas em 2023, cerca do dobro do início deste ciclo governativo.

Quase duplicou-se a procura turística passando de 644.4291 hóspedes em 2016 a 1.177.467 em 2024. Cresceram as remessas dos emigrantes que atingiram 11,5% do PIB em 2024 e o Investimento Direto Estrangeiro fixou-se em 3,7% do PIB.

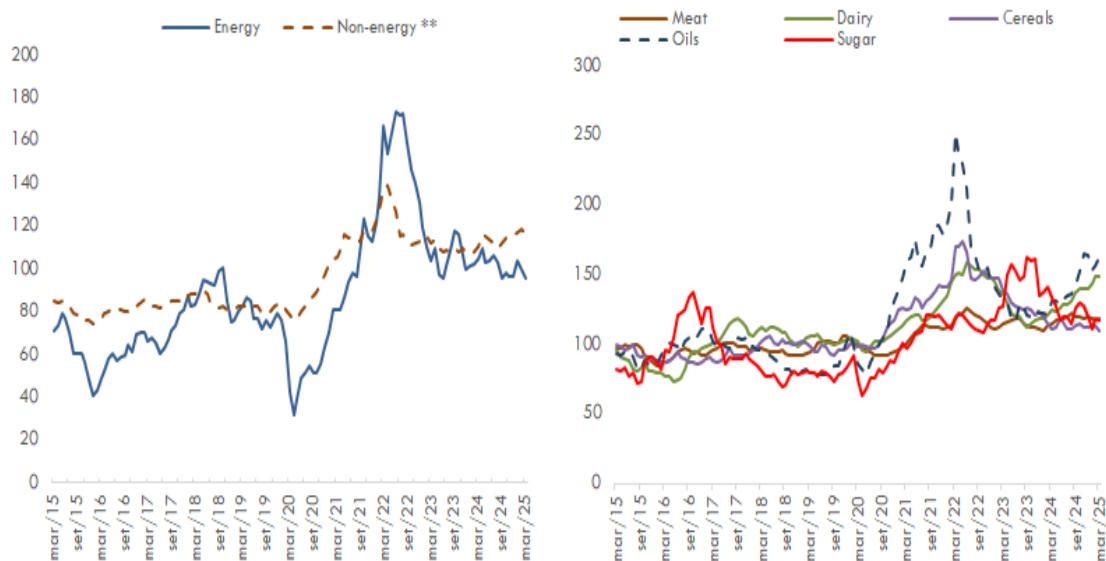
### III. CONTEXTO MACROECONÓMICO

A economia mundial atravessa um ponto de inflexão. Ao longo de 2024, começaram a surgir sinais de estabilização, após um período prolongado marcado por choques sucessivos e desafios sem precedentes. A inflação, que havia atingido patamares historicamente elevados, iniciou uma trajetória de desaceleração, ainda que de forma desigual, aproximando-se gradualmente das metas definidas pelos principais bancos centrais. Contudo, alterações geopolíticas relevantes, nomeadamente a imposição de sucessivas ondas tarifárias por parte dos Estados Unidos a vários parceiros comerciais, estão a reconfigurar a ordem do comércio internacional, introduzindo novas incertezas e testando novamente a capacidade de resiliência da economia global. Apesar deste contexto volátil, os mercados de trabalho demonstraram sinais de normalização, com as taxas de desemprego e os indicadores de oferta de emprego a regressarem, de forma sustentada, aos níveis observados no período pré-pandémico.

A nível dos preços das commodities, de acordo com os dados do Banco Mundial em 2024, estes registaram uma queda de 2,7% em comparação com o ano de 2023. Esse recuo refletiu uma redução de 5,1% nos preços dos produtos energéticos, enquanto os produtos não energéticos apresentaram um aumento de 2,0%. O preço médio do barril de *Brent* situou-se em 80,70 dólares em 2024, representando uma diminuição de 1,9 pontos percentuais em relação ao valor registrado em 2023.

É de salientar que a desaceleração do crescimento da produtividade tem gerado debates sobre a disponibilidade de alimentos, especialmente em regiões com elevado crescimento populacional, como a África Subsaariana. Essa percepção de desaceleração tem sido associada ao aumento da insegurança alimentar, à elevação dos preços das commodities e à maior volatilidade dos mercados, de acordo com o Banco Mundial. No entanto, até março de 2025, dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indicam que o Índice de Preços dos Alimentos registou uma queda de 2,6 pontos, situando-se em uma média de 122,0 em 2024, em comparação com 124,5 em 2023. Esse cenário reflete a redução nos preços dos cereais (-13,3%) e do açúcar (-13,3%), combinada com aumentos nos preços dos óleos vegetais (+9,3%), dos lácteos (+4,9%) e das carnes (+2,8%).

**Gráfico 1 - Evolução de Preço das Commodities no Mercado Internacional**



**Fonte:** Banco Mundial/FAO

No que respeita à economia mundial, de acordo com as projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), constantes do World Economic Outlook de abril de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) global deverá registar um crescimento de 2,8% em 2025 e de 3,0% em 2026. Estes valores representam uma revisão em baixa de 0,4 e 0,3 pontos percentuais, respetivamente, face às previsões formuladas em outubro de 2024, refletindo o impacto de riscos persistentes e o abrandamento do comércio internacional.

Nas economias avançadas, prevê-se uma expansão moderada de 1,4% em 2025, destacando-se a Zona Euro com um crescimento estimado em 0,8%, o Reino Unido com 1,1% e os Estados Unidos da América com 1,8%. Estas projeções refletem uma recuperação gradual, ainda condicionada pelas políticas monetárias restritivas, pela volatilidade geopolítica e pela moderação da procura global.

Por sua vez, as economias emergentes e em desenvolvimento deverão crescer a um ritmo mais robusto, situando-se em torno de 3,7% em 2025. Neste grupo, sobressai a Índia, com projeções de crescimento de 6,4% em 2025 e 6,3% em 2026, posicionando-se como um dos principais motores do dinamismo económico global. A China, apesar de uma trajetória de abrandamento, deverá registar um crescimento de 4,0% em ambos os anos.

No continente africano, a região da África Subsaariana deverá apresentar uma recuperação moderada, com taxas de crescimento projetadas de 3,8% em 2025 e 4,2% em 2026, impulsionadas pelo aumento da produção agrícola, pelo investimento em infraestruturas e pela retoma gradual do comércio inter-regional. Relativamente à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), estima-se que o crescimento económico atinja os 5,5% tanto em 2025 como em 2026, com desempenhos particularmente expressivos no Senegal (+8,4% em 2025) e na Guiné (+10,6% em 2026), refletindo o impacto de projetos estruturantes e da exploração de novos recursos naturais.

Tabela 2 - Dinâmica da Atividade Económica Mundial: PIB e Inflação

	2024	2025P	2026P	2025P	2026P
	Variações percentual (%)				
<b>PIB REAL</b>					
Economia Mundial	3,3	2,8	3,0	-0,4	-0,3
<b>Economias Avançadas</b>	<b>1,8</b>	<b>1,4</b>	<b>1,5</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,3</b>
<b>Zona Euro</b>	0,9	0,8	1,2	-0,4	-0,3
EUA	2,8	1,8	1,7	-0,4	-0,3
Reino Unido	1,1	1,1	1,4	-0,4	-0,1
Japão	0,1	0,6	0,6	-0,5	-0,2
<b>Economias Emerg. e em Desenv.</b>	<b>4,3</b>	<b>3,7</b>	<b>3,9</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,3</b>
China	5,0	4,0	4,0	-0,5	-0,1
Índia	6,5	6,2	6,3	-0,3	-0,2
África Subsaariana	4,0	3,8	4,2	-0,4	-0,2
CEDEAO*	5,6	5,5	5,5		
<b>Índice de Preços do Consumidor (IPC)</b>					
<b>Inflação Mundial</b>	<b>5,7</b>	<b>4,3</b>	<b>3,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Economias Avançadas	2,6	2,5	2,2	0,5	0,2
Economias Emerg. e em Desenvolvimento	7,7	5,5	4,6	-0,4	-0,1
CEDEAO*	9,9	7,1	6,6		

**Fonte:** FMI (WEO, abril de 2025).

No que respeita à inflação mundial, as perspetivas apontam para uma trajetória de moderação gradual, embora os níveis globais se mantenham relativamente elevados. Em 2024, a inflação global atingiu 5,7%, refletindo ainda os efeitos acumulados das disruptões nas cadeias de abastecimento, dos choques energéticos e das tensões geopolíticas. Para 2025 e 2026, prevê-se uma desaceleração para 4,3% e 3,6%, respetivamente, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), sinalizando uma normalização progressiva das pressões inflacionárias.

Nas economias avançadas, a taxa de inflação registou 2,6% em 2024, com previsão de ligeiras reduções para 2,5% em 2025 e 2,2% em 2026. Esta evolução decorre da manutenção de políticas monetárias restritivas, da estabilização dos preços das matérias-primas e da recuperação gradual do equilíbrio entre oferta e procura, embora os níveis permaneçam ligeiramente acima das metas de estabilidade dos principais bancos centrais.

Em contrapartida, nas economias emergentes e em desenvolvimento, incluindo os países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a inflação deverá permanecer relativamente elevada no curto prazo, devido à vulnerabilidade a

choques externos, à volatilidade cambial e aos desequilíbrios estruturais dos mercados internos. Ainda assim, espera-se uma tendência de abrandamento, sustentada pela estabilização dos preços alimentares e energéticos, bem como por políticas de contenção monetária mais eficazes.

A nível interno, apesar da persistência de choques geopolíticos e da elevada vulnerabilidade económica e climática, a economia cabo-verdiana registou um crescimento robusto de 7,3% em 2024, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este desempenho expressivo foi impulsionado, em grande medida, pela forte retoma do setor do turismo, que beneficiou de uma procura externa dinâmica, do reforço da conectividade aérea e da confiança crescente dos mercados emissores. Do lado da oferta agregada, esse resultado advém principalmente do contributo do setor terciário (+4,7 p.p., para o crescimento) e dos impostos líquidos de subsídios (+1,6 p.p., para o crescimento), refletindo o desempenho da crescente demanda turística, bem como da própria dinâmica da atividade. Do lado da demanda agregada, esse crescimento advém da dinâmica das exportações de bens e serviços (+4,2 p.p., para o crescimento), do consumo privado (+3,9 p.p., para o crescimento), e da retoma dos investimentos (+0,3 p.p., para o crescimento).

Quanto aos preços, a inflação reduziu-se para o valor mais baixo desde finais de 2021, portanto antes do começo da crise inflacionária internacional. Conforme os dados publicados pelo INE, a inflação média anual foi de 1,0% (3,1% no ano anterior), derivado fundamentalmente do comportamento dos preços de bens energéticos e dos bens alimentares no mercado internacional. No mercado cambial, os dados apresentados pelo Banco de Cabo Verde (BCV) demonstram que, em 2024, a taxa de câmbio efetiva real do escudo perante ao dólar americano depreciou 1,7%, face ao período homólogo. No mesmo período, o Dólar custava em média 105,20 Escudos (101,20 Escudos em 2023), valorizando cerca de 4,0%.

Em 2025, a dinâmica da atividade económica nacional estará ainda condicionada pela crise geopolítica derivada da guerra, mas também poderá ser afetada pela recente guerra tarifária dos Estados Unidos com a China e aliados, particularmente a Zona Euro, caso este último vier a retaliar. Porém, espera-se que o PIB apresente um crescimento ,

entre 5,0% e 6,0% entre 2025 e 2026. O turismo continuará a ser o principal um motor da economia, contribuindo significativamente para o crescimento da atividade dos demais setores, apesar da esperada desaceleração da economia mundial.

Em 2026, o crescimento económico resulta da conjugação entre o aumento do consumo privado, o dinamismo do investimento, a recuperação das exportações líquidas e a moderação do consumo público. O consumo privado deverá constituir um dos principais motores deste crescimento, impulsionado por um aumento do rendimento disponível das famílias, associado à manutenção da inflação contida e à melhoria das condições do mercado de trabalho, com taxas de emprego em expansão e salários reais em recuperação. Este cenário reforça a confiança dos consumidores, incentivando o consumo de bens duradouros e serviços. Paralelamente, o investimento, sobretudo o investimento empresarial, deverá registar um crescimento robusto, apoiado por condições financeiras favoráveis e programas de incentivo. As exportações líquidas deverão ter um contributo positivo, impulsionadas pela recuperação da procura externa, pela diversificação dos mercados turístico e pelo ganho de competitividade dos bens e serviços nacionais, num contexto de estabilização cambial e ajustamentos estruturais no setor exportador. Por outro lado, o consumo público deverá crescer de forma mais contida, refletindo uma orientação fiscal prudente, com foco na consolidação orçamental, mas mantendo algum estímulo seletivo em setores estratégicos como saúde, educação e transição energética. Este enquadramento macroeconómico aponta para um ciclo de crescimento moderado, apoiado numa combinação de procura interna robusta e melhorias na integração nas cadeias de valor globais, apesar da guerra tarifária, permitindo ganhos de produtividade e reforço do potencial de crescimento de médio prazo. A inflação, portanto, deverá permanecer controlada, situando abaixo dos 2,0% tanto em 2025, como em 2026, o que ajudará a sustentar o poder de compra dos consumidores e a confiança dos investidores. O câmbio, por sua vez, deverá manter-se estável. No que se refere ao mercado de trabalho, as perspetivas são encorajadoras, com as previsões a indicarem que a taxa de desemprego deverá reduzir-se para 7,3% da população economicamente ativa (PEA) em 2026. Esta evolução decorre dos esforços contínuos do Governo em dinamizar o crescimento económico, promover políticas ativas de emprego e melhorar a inserção laboral, particularmente dos jovens e das

mulheres. Contudo, a concretização deste cenário dependerá da evolução do contexto económico global e da continuidade na implementação de políticas públicas eficazes e inclusivas.

**Tabela 3 – Evolução dos Principais Indicadores Macro Fiscais**

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2022	2023	2024E	2025P	2026P
Real GDP	% Change	15,8	5,4	7,3	[5-6]	[5-6]
Average Annual Inflation	% Change	7,9	3,7	1,0	[1-2]	[1-2]
Tourist Demand	% Change	394,4	20,9	16,5	10,5	7,7
Exchange Rate	Mean Values	104,9	102,0	101,9	102,1	101,1
Current Account	In % of GDP	-3,5	-2,5	3,7	1,9	1,3
Credit To The Economy	% Change	5,3	6,3	5,6	5,8	5,4
Credit To Private Sector	% Change	4,8	6,1	6,7	5,1	5,0
Total Revenues	% Change	21,8	19,3	7,3	15,1	-1,9
Taxes	% Change	31,1	12,4	13,8	10,2	6,4
Total Expenditure	% Change	7,2	4,9	7,8	8,7	-1,3
Overall Balance	In % of GDP	-3,5	-0,3	-1,1	-2,8	-0,8
Public Debt Stock	In % of GDP	125,9	115,3	109,2	102,4	96,3

**Fonte:** MF

O setor externo está passando por mudanças políticas significativas que estão redefinindo o sistema comercial global e gerando incertezas, especialmente devido ao aumento das tarifas comerciais, o que testa novamente a resiliência da economia global. No entanto, em 2024, as contas externas de Cabo Verde apresentaram um desempenho favorável, com um superavit de 3,7% na Conta Corrente. Esse resultado refletiu sobretudo as exportações de bens e serviços, nomeadamente dos serviços de turismo e transportes, coadjuvado com um crescimento contido das importações de bens e serviços. Para 2025 e 2026 prevê-se que as contas externas continuarão superavitárias, derivado do continuo boom do turismo, apesar das crescentes incertezas geradas pela recente crise tarifária, particularmente na Zona Euro, e os efeitos na dinâmica dos IDE's e das remessas dos emigrantes. As reservas externas deverão assegurar cerca de 6 meses de importações nesse período.

No setor Monetário, a liquidez da economia deverá continuar a crescer, estimulado pelo aumento das reservas, da maturação de alguns projetos turísticos, como também do desempenho positivo esperado do consumo e do investimento privado, não obstante a redução das importações. Neste sentido, o crédito à economia tende a aumentar para

5,8% em 2025 e 5,3% em 2026, impulsionado principalmente pelo crédito ao setor privado (+5,1% em 2025 e 5,0% em 2026).

Relativamente às finanças públicas, o desempenho em 2024 foi assinalável, com o défice orçamental global a situar-se em 1,1% do PIB, resultado que reflete uma gestão fiscal prudente e eficaz. Este desempenho favorável decorreu, essencialmente, do aumento expressivo das receitas totais, acompanhado por um crescimento controlado das despesas públicas e dos investimentos em ativos não financeiros. O rácio da dívida pública em relação ao PIB fixou-se em 109,2%, traduzindo um ajustamento gradual face aos níveis pós-pandemia.

Apesar do reforço da capacidade endógena de financiamento do orçamento — impulsionado pela expansão da base tributária, os riscos macrofiscais permanecem elevados, face aos choques exógenos, nomeadamente a escalada das tensões geopolíticas e a intensificação da guerra tarifária à escala global, que podem afetar a estabilidade financeira internacional. Neste contexto, impõe-se uma reprogramação estratégica da despesa pública, que permita acomodar potenciais choques externos, mantendo ao mesmo tempo o compromisso com a trajetória de consolidação orçamental. Assim, projeta-se que o défice orçamental se situe em 2,8% do PIB em 2025, com uma redução acentuada para 0,8% em 2026. Paralelamente, o rácio da dívida pública deverá manter a tendência descendente, estimando-se que atinja 102,4% do PIB em 2025, e que recue para abaixo dos 100% já em 2026, o que representará um marco histórico em termos de sustentabilidade da dívida.

Importa salientar que o quadro macroeconómico projetado permanece sujeito a riscos descendentes significativos, sobretudo associados a choques exógenos, de natureza geopolítica e climática. Um eventual abrandamento da atividade económica nos principais parceiros comerciais, nomeadamente na Zona Euro, poderá comprometer o dinamismo do setor do turismo, a evolução das remessas dos emigrantes e o fluxo de investimento direto estrangeiro, com reflexos diretos sobre a balança de pagamentos e o crescimento económico interno. Adicionalmente, o prolongamento do clima de incerteza internacional, aliado ao ressurgimento de medidas protecionistas e tensões comerciais, poderá induzir pressões inflacionistas globais, com efeitos indiretos sobre os

custos de importação, os preços internos e, por conseguinte, sobre o poder de compra das famílias e a competitividade das empresas nacionais. Tais dinâmicas podem ainda repercutir-se negativamente sobre o mercado de trabalho e o ritmo da atividade económica mundial.

A nível interno, os principais riscos fiscais derivam da eventual não concretização das reformas estruturais previstas para o Setor Empresarial do Estado (SEE), o que poderá acarretar encargos adicionais para o orçamento, via subsídios ou cobertura de passivos contingentes. Por outro lado, a elevada vulnerabilidade climática do arquipélago permanece um fator crítico, podendo originar eventos extremos com impactos significativos na infraestrutura pública, na produção agrícola e na execução orçamental, exigindo respostas rápidas e robustas por parte do Estado.

#### **IV. ESTRATÉGIA DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

A estratégia de gestão das finanças públicas de Cabo Verde para o exercício económico de 2026 estará alicerçada em três pilares fundamentais: (i) reforço da consolidação orçamental, (ii) melhoria da eficiência na arrecadação das receitas fiscais, e (iii) reforço da transparência e responsabilização fiscal. Estes vetores estratégicos visam assegurar a sustentabilidade das contas públicas, num contexto de reconfiguração do quadro macroeconómico global e transição para uma economia mais resiliente, verde e digital.

O Governo compromete-se a manter o rácio da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) numa trajetória descendente, recorrendo a uma política fiscal prudente, orientada para a redução gradual do défice orçamental, que se estima atingir 0,8% do PIB em 2026, face aos 1,1% registados em 2024. Esta consolidação será conduzida em paralelo com uma racionalização das despesas públicas e a reorientação seletiva dos investimentos públicos para áreas com elevado retorno económico e social.

No domínio das receitas, a reforma da administração tributária será intensificada, com enfoque no alargamento da base fiscal, na digitalização de processos e no combate à evasão e elisão fiscais, com base na continuidade da Reforma Digital++, que desde 2019 vem permitindo ganhos significativos de eficiência fiscal. A implementação de um

sistema tributário mais transparente, equitativo e eficiente é condição sine qua non para garantir a robustez da arrecadação sem comprometer a competitividade económica.

No que tange à despesa, será promovida a adoção de uma programação orçamental orientada por resultados, sensível ao género e ao clima, através da institucionalização dos marcadores orçamentais temáticos, com vista à internalização da agenda de desenvolvimento sustentável no processo orçamental. Tal abordagem permitirá melhorar a qualidade da despesa, reforçar o impacto redistributivo do orçamento e ancorar os compromissos de Cabo Verde com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Paralelamente, o Governo assegurará a continuidade dos investimentos transformacionais nos seguintes domínios estratégicos:

- Desenvolvimento de capital humano (educação, saúde e proteção social);
- Transição energética e resiliência climática;
- Estratégia nacional da água e modernização da agricultura;
- Economia azul, digital e industrialização sustentável;
- Turismo com valor acrescentado e infraestrutura logística; e
- Conectividade interna e internacional.

A transparência fiscal e a accountability serão reforçadas com a operacionalização do Portal da Transparência Orçamental e a disseminação do Orçamento Cidadão, instrumentos fundamentais para promover o escrutínio público, o engajamento cívico e a pedagogia fiscal. Principais Âncoras da Consolidação Fiscal para 2026:

### **1. Reforma Tributária Estrutural**

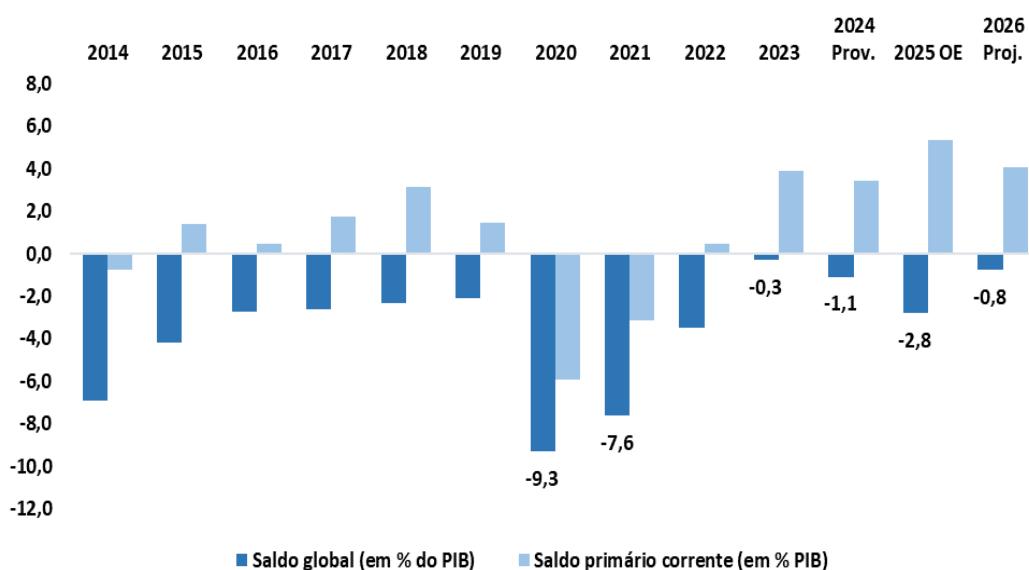
- Alargamento da base tributária e integração dos setores informais;
- Revisão do Código do IVA;
- Revisão do Código Aduaneiro;
- Intensificação da fiscalização eletrónica e interoperabilidade entre sistemas;
- Combate à evasão fiscal;
- Simplificação do sistema tributário; e

- Reforço da Reforma Digital++ iniciada em 2019, que introduziu novas ferramentas fiscais com impacto direto no aumento da eficiência na arrecadação das receitas fiscais.
- 2. Reestruturação do Setor Empresarial do Estado (SEE):** Aceleração das reformas nas empresas públicas, mitigando riscos fiscais e promovendo a sustentabilidade orçamental e da dívida pública no médio prazo.
- 3. Gestão Orçamental Baseada em Resultados:** Introdução de orçamentos com marcadores de género e climáticos, promovendo uma alocação mais eficaz, equitativa e sustentável dos recursos públicos.
- 4. Fomento ao Setor Privado e à Diversificação Económica:**
  - Promoção do acesso ao financiamento;
  - Melhoria do ambiente de negócios;
  - Incentivo ao investimento privado em setores estratégicos como economia azul, digital, transformação agrícola, turismo de valor acrescentado e transição energética.
- 5. Reforma Administrativa e Digitalização da Administração Pública**
  - Expansão do e-Government, com foco na interoperabilidade de dados e eficiência dos serviços;
  - Reforço da capacitação dos servidores públicos;
  - Melhoria da eficácia interna e simplificação dos procedimentos administrativos.
- 6. Política de Endividamento Sustentável**
  - Priorização de financiamento concessionais e linhas de crédito verde e climática;
  - Gestão prudente do endividamento;
  - Exploração de fontes alternativas de financiamento, como parcerias público-privadas (PPP) e mecanismos de conversão da dívida em projetos de investimento.
- 7. Reforço da Literacia Financeira e da Transparência Orçamental:**  
Institucionalização do Orçamento Cidadão e disponibilização de informação acessível, previsível e compreensível no Portal da Transparência, promovendo

o controlo social, a prestação de contas e o envolvimento cívico na gestão do erário público.

A execução rigorosa destas estratégias permitirá consolidar o processo de saneamento das contas públicas, reforçar a credibilidade da política fiscal, preservar a estabilidade macroeconómica e criar espaço orçamental para o financiamento de projetos transformacionais. Cabo Verde posiciona-se, assim, para acelerar a transição para uma economia resiliente, sustentável e centrada no cidadão, alinhada com a ambição de se afirmar como uma plataforma estratégica no Atlântico Médio.

**Gráfico 2 – Evolução dos Saldos Orçamentais em % do PIB**



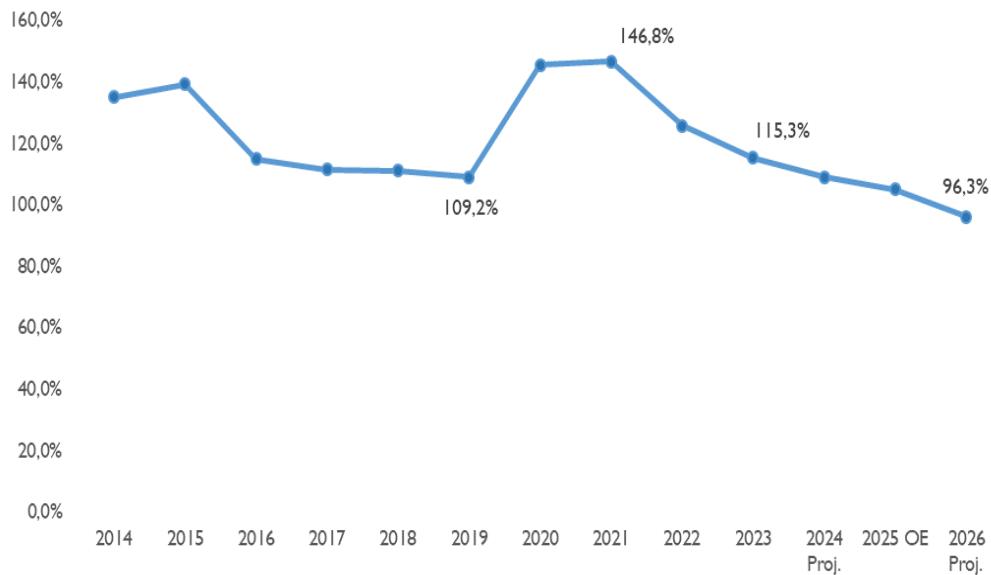
**Fonte:** MF

A trajetória descendente do défice orçamental prevista para 2026 constituirá um fator determinante para a redução do rácio da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que se estima atingir os 96,3%, face aos 102,4% previstos para 2025. Este ajustamento representa um marco significativo na consolidação das finanças públicas nacionais, refletindo o impacto positivo das medidas de contenção fiscal e de melhoria da eficiência na gestão da dívida.

A diminuição projetada posiciona a dívida pública em patamares mais prudentes e sustentáveis, reforçando a confiança dos mercados, dos parceiros de desenvolvimento e das instituições financeiras internacionais. Conforme evidenciado no Gráfico n.º 2, esta evolução traduz um avanço concreto rumo à estabilidade

macrofiscal e à preservação do espaço orçamental necessário para financiar políticas públicas estruturantes.

**Gráfico 3 – Evolução da Dívida da Administração Central em % do PIB**



**Fonte:** MF

#### **IV.1. Aumento das Receitas Endógenas**

O Programa do Governo da IX Legislatura propõe oferecer à economia cabo-verdiana o melhor ambiente fiscal da sua história, colocando o País, em 10 anos, no top 15 do mundo em matéria da competitividade fiscal. Nesta linha de atuação, pretende reorientar a economia, através da melhoria radical do ambiente de negócios de modo a integrar o top 50 no *ranking do Doing Business* e top 5 em África, para a atração de um elevado nível de investimentos e geração de um crescimento médio anual acima dos 7%, requalificando o turismo enquanto fator gerador de escala e núcleo central do processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

O impacto da pandemia do novo coronavírus acrescidos da recente guerra entre a Rússia e Ucrânia na economia mundial e nacional condicionam fortemente os objetivos e metas de curto/médio prazo previstos e pode, inclusive, alargar o horizonte temporal para a concretização das metas de longo prazo, mas continua válido o propósito do país em atingir aquelas cifras por constituir uma alavancas fundamental na sua estratégia de desenvolvimento. Desta feita, e dando seguimento às políticas empreendidas nos anos

anteriores, o governo estabelece como linhas orientadoras da sua intervenção, em matéria fiscal, para o ano de 2026:

1. Reforço da competitividade fiscal cabo-verdiana; e
2. Melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da Administração Tributária.

### **1. Reforço da Competitividade Fiscal Cabo-verdiana**

A competitividade fiscal deve ser vista como um ativo, como um investimento tal como se realiza na infraestrutura, na educação ou na saúde. É o fator principal na promoção da capacidade de mobilização interna de recursos e na garantia da sustentabilidade de qualquer processo de desenvolvimento de um país.

Desta feita, o desafio de ter um sistema fiscal competitivo tanto a nível interno como à escala global, que promova o empresariado nacional, que facilite o investimento direto estrangeiro e que melhore as condições de vida da população é uma preocupação constante em qualquer processo da reforma tributária e requer medidas cada vez mais ousadas nos tempos que correm. Assim sendo, medidas, quer no plano legislativo, como organizacional da administração tributária e da própria utilização de recursos públicos angariados, bem como a qualificação de recursos humanos, devem ser equacionadas de modo a criar soluções cada vez mais eficientes e inovadoras e postas ao serviço dos principais *players* do processo de desenvolvimento do país. Neste sentido, dando o seguimento das medidas já empreendidas nos anos anteriores, perspetiva-se:

#### **a) A revisão do sistema tributário nacional:** O sistema tributário cabo-verdiano

vem sofrendo profundas alterações fruto de reformas e ajustamentos ao longo da última década. Não obstante um grande salto qualitativo verificado, subsistem ainda aspetos a serem melhorados tendo em conta o equilíbrio na distribuição da carga tributária, os objetivos macroeconómicos do país e a tendência da fiscalidade internacional. A revisão dos benefícios fiscais, dos códigos de impostos sobre rendimentos e das imposições aduaneiras, continuará a merecer a atenção com intuito de introduzir melhorias substanciais da eficiência e eficácia tributárias e organizacionais.

**b) A modernização da tributação aduaneira:** As imposições aduaneiras têm um peso significativo na estrutura fiscal cabo-verdiana atendendo à própria especificidade do país. Não obstante as melhorias verificadas a nível da informatização do processo de despachos aduaneiros, subsistem ainda constrangimentos que precisam ser ultrapassados de modo a imprimir melhorias substanciais na qualidade de serviço prestados aos utentes e na redução de grau de litigiosidade entre as partes envolvidas neste processo. A visão sistemática e integrada do processo de despachos aduaneiros impõe uma melhor coordenação entre os serviços intervenientes no processo de modo a que se simplifique e reduza o custo e o tempo aos utentes. A predominância de taxas ad valorem aliada à percepção, por parte de operadores económicos, de serem elevadas, constituem um incentivo adicional à subdeclaração. Esta situação, associada aos desafios advenientes da adesão à CEDEAO (adoção da TEC) e à Zona do Livre Comercio Africano, exige soluções integradas e inovadoras que incluem não só a reforma em sede do código aduaneiro, alinhando o às melhores práticas internacionais, mas também a revisão de todo o processo da tramitação aduaneira. Essas matérias continuam a merecer destaque no decurso do próximo ano.

**c) A digitalização da economia e o reforço da informatização da DNRE:** O mundo tem assistido a um incremento considerável da digitalização da economia. A crise pandémica do novo coronavírus tem exponenciado esse crescimento massificando o recurso às novas tecnologias de comunicação e informação para quase toda as tarefas da vida humana. A ampla adoção de processos remotos como teletrabalho, telemedicina, escola virtual, e-commerce, entre outros, tem conduzido a mais interações sociais e de entretenimento virtuais. Como todas as mudanças, essa revolução traz desafios acrescidos às administrações tributárias particularmente no que se refere ao comércio eletrónico/economia digital que, se não for devidamente acompanhado, constitui um sério risco à erosão da base tributária. Neste sentido, urge munir a administração tributária de instrumentos adequados capazes de transformar esses desafios em oportunidades de incrementar os

níveis da eficiência, angariando recursos adicionais para o financiamento do processo de desenvolvimento. A DNRE tem dado passos significativos neste domínio com a introdução da declaração e pagamento eletrónicos a par da faturação eletrónica e do início do processo da tributação em sede do IVA do comércio eletrónico. A consolidação desses ganhos continuará a merecer a atenção especial em 2026.

**d) O reforço da tributação ambiental e de saúde:** O aumento do consumo de produtos nocivos quer para o ambiente, como para a própria saúde tem repercussões sérias no orçamento do Estado e das famílias. De igual modo, os efeitos nocivos da utilização de energias fosseis na poluição ambiental tem estado na ordem do dia a nível mundial. O desafio da descarbonização e da transição para a energia limpa requerem uma abordagem sistemática e de longo prazo traduzida na gestão coerente e consistente dos vários instrumentos, quer da promoção da saúde pública, como da promoção do desenvolvimento sustentável. A fiscalidade não é alheia a este fenómeno e pode desempenhar um papel fundamental na dissuasão dessas práticas, induzindo hábitos saudáveis em termos de consumo, atitudes e comportamentos socialmente recomendáveis e ambientalmente sustentáveis. Neste sentido, esses produtos nocivos tanto à saúde como ao ambiente (os produtos salgados, engordurados, açucarados, tabaco, bebidas alcoólicas, produtos petrolíferos, entre outros) continuarão a merecer atenção especial, tanto no que se refere ao reforço da tributação, como na maior coerência em termos das imposições aduaneiras, em linha com as melhores práticas internacionais. Assim sendo, com esta reforma pretende-se:

- Promover a reforma de tributação ambiental sobre produtos e atividades emissores do CO<sub>2</sub> e outros gases poluentes atmosféricos, de modo a incorporar o princípio de poluidor-pagador e a integração das políticas ambientais nas políticas macroeconómicas;
- Reduzir a dependência dos combustíveis fosseis e promoção do consumo de energias limpas e sustentáveis;

- Alargar, adequar e inovar a base de tributária de produtos e bebidas açucaradas ou outros edulcorantes, alimentos com alto teor de sal e de gordura e com baixos índices nutricionais;
- Mudar os hábitos de consumo, aumentar a resiliência e reforçar a promoção das ações da mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas;
- Aumentar a mobilização de receitas internas; e
- Tornar-se parte ativa na realização das metas dos compromissos e tratados internacionais.

Tem havido melhorias significativas nesta área particularmente no que se refere à tributação do tabaco, bebidas alcoólicas e a introdução recente da taxa do carbono e da taxa específica sobre os produtos açucarados. O desafio para 2026 incidirá sobre o seu alargamento a outras categorias de produtos e da melhoria da tributação em linhas com as melhores práticas.

**e) O alargamento da rede de Convenção de Dupla Tributação (CDT):** As convenções de dupla tributação desempenham um grande papel na promoção do reforço da competitividade fiscal de um país. O Governo de Cabo Verde reconhece a sua importância e mantém o firme propósito de alargar a sua rede de CDT a par do Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos aos principais países emissores de capitais para Cabo Verde. A adesão ao fórum Global e a assinatura do MAC constitui um salto qualitativo em termos de acesso a rede alargado das CDT ajustada ao standard internacional mínimo. Entretanto o crescimento exponencial da digitalização da economia traz consigo desafios fiscais acrescidos só passíveis de serem ultrapassados no âmbito de acordos multilaterais onde a troca de informação desempenha um papel crucial. Assim sendo pretende-se não só o reforço de participação nos principais fóruns internacionais de fiscalidade, bem como a adesão aos organismos regionais e internacionais que lidam com esta problemática de modo a estar em linha com as melhores práticas e a oferecer aos nossos players um ambiente fiscal cada vez mais competitivo. A promoção de novos acordos de CDT bem como as diligências no sentido da assinatura e

da entrada em vigor das já negociadas continuam a merecer atenção no decurso do próximo ano.

## 2. A Melhoria dos Níveis de Eficiência e Eficácia da Administração Tributária

Melhorar os níveis de eficiência e eficácia da administração fiscal através de ações coordenadas e sistemáticas em áreas essenciais da administração tributária, com indicadores de desempenho objetivos e um sistema de seguimento e avaliação baseados nas melhores práticas internacionais constituirá, a par da consolidação da reforma fiscal em curso e da apropriação e utilização eficiente de base de dados e de vários outros instrumentos de gestão, a base da atuação da administração tributária nos próximos tempos. Nesses termos, estão previstas para 2026:

### a) Instituição e consolidação de um modelo de agência ou autoridade tributária:

As administrações tributárias vêm enfrentando desafios cada vez maiores para a mobilização interna de recursos indispensáveis para a manutenção da máquina pública e para assegurar o processo de desenvolvimento do país. A digitalização e a globalização da economia acompanhadas com os fenómenos do planeamento fiscal abusivo, fluxo financeiro ilícito internacional exigem administrações tributárias bem estruturadas, com recursos técnicos de ponta e técnicos altamente capacitados e motivados. Os próprios níveis de serviços exigidos pelos operadores que almejam triunfar pela estratégia competitiva no mercado global não coadunam com uma administração tributária cuja matriz assenta claramente na gestão pública e burocrática. A administração tributária é a maior empresa do país e onde os investimentos tem o maior retorno. É crucial que se dê um salto qualitativo para um modelo e estrutura organizacionais, com autonomia administrativa e financeira, com plenos poderes de gestão e com atribuições e responsabilidades bem definidos, suportados em indicadores de desempenho tanto quantitativos como qualitativos. Um modelo organizacional suportado em processos automatizados, fortemente conectado com os principais centros de produção de informação económica do país, com recursos humanos altamente capacitados para a análise e gestão

de dados e que proporcione um aumento exponencial de eficiência e eficácia operacionais. Para a garantia de uma maior transparência, prevê-se a existência de um órgão consultivo, amplamente representado pelos principais stakeholders que interferem no processo e gestão tributária. O processo já se encontra numa fase avançada e perspetiva-se a entrada em funcionamento no decurso do ano de 2026.

- b) A racionalização de benefícios fiscais:** O recurso aos benefícios fiscais (BF) como instrumento para a promoção da dinâmica empresarial tem sido constante ao longo das ultimas décadas em Cabo Verde. No entanto, da análise da evolução dos BF e do IDE tem se constatado que não existe uma relação direta muito clara entre o aumento dos BF e o aumento de IDE. Desta feita, após a atribuição massiva de BF nos últimos anos, iniciou-se em 2021 um processo de recentragem de benefícios fiscais com vista à sua racionalização e à eliminação progressiva da isenção total, materializando o princípio de que todos devem pagar impostos ainda que reduzido. Esse processo terá a continuidade no decurso do próximo ano e passa, por um lado, pela implementação faseada da reavaliação dos benefícios fiscais em vigor efetuadas em 2023, com especial destaque para os com menor impacto na promoção da dinâmica empresarial e os que concorrem com outras medidas de políticas públicas para a concretização de mesmo objetivo, evitando, deste modo, a sobreposição de medidas de política. Passos importantes já foram dados a nível da revisão da legislação em sede do código do IVA e do código de benefícios fiscais e perspetiva-se o seu alargamento a outros impostos, no decurso do próximo ano.
- c) Redução dos níveis de evasão e fraude fiscais:** A Administração Tributária deve ser dotada de meios de automatização nos processos administrativos de cobrança, gestão do crédito tributário e cobrança coerciva que lhe permite atuar e atingir com eficiência os sectores e segmentos que tendem a permanecer fora do controlo e ação do fisco, o que consequentemente irá permitir alargar a base e margem de cobrança de impostos e reduzir o gap fiscal. Adicionalmente, a introdução de novas tecnologias no processo

administrativo e de gestão tributária irá libertar os técnicos para trabalhos de diagnóstico e análise de maior valor acrescentado. Neste sentido estão previstos um conjunto de ações para 2026, nomeadamente:

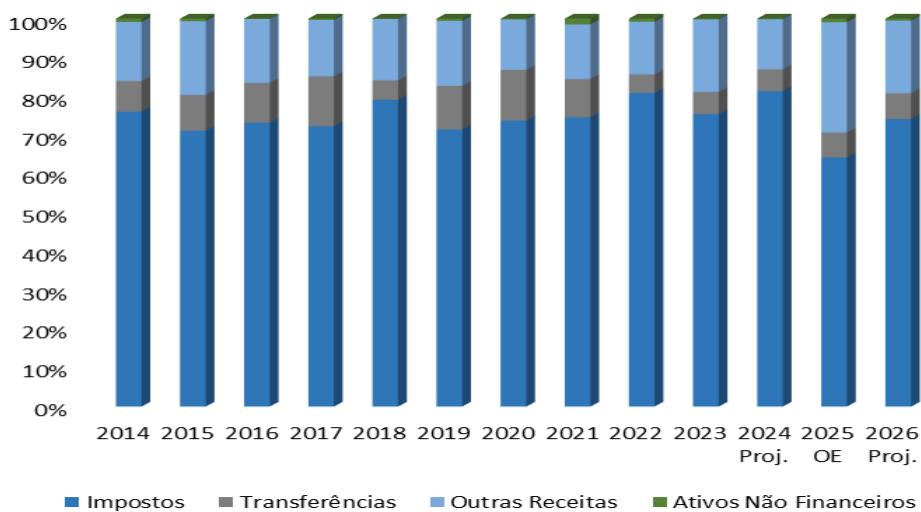
- I. Reforço do combate à informalidade:** A digitalização e a faturação eletrónica melhoram consideravelmente a base de informação tributária. A gestão eficiente dessa base de informação tributária, associada ao reforço de ações de fiscalização no terreno e de campanhas de sensibilização, constitui um importante instrumento para o combate à informalidade e para a deteção de sujeitos passivos omissos, contribuindo, deste modo, para a melhoria da justiça tributária e para a credibilização do sistema no seu todo junto dos stakeholders. Ações neste sentido continuarão a merecer uma atenção especial no decurso do próximo ano;
- II. Reforço da cooperação institucional:** Cabo Verde é membro do Fórum Global e tem assinado e ratificado vários tratados, tanto bilaterais como multilaterais. A cooperação institucional, tanto a nível interno como externo, tem se revelado um poderoso instrumento no combate à fuga e evasão fiscais, e um garante da transparência fiscal e financeira, particularmente no que se refere à troca de informações. Neste sentido, atenção especial continua a ser dado, quer na perspetiva de adotar a Administração Tributária de meios adequados para garantir a confidencialidade dos dados transmitidos e recebidos, quer na capacitação interna de modo usar todo o potencial que este instrumento dispõe; e
- III. Penalização das infrações tributárias graves:** A revisão e a modernização do regime sancionatório das infrações tributárias não aduaneiras operadas em 2014 visavam, para além de adaptar os tipos legais de ilícitos fiscais aos novos códigos já aprovados, agilizar os mecanismos de deteção da prática de infrações tributárias, reduzir as situações de fraude e de evasão fiscais, obter elevados índices de prevenção, melhorar os níveis de cumprimento das obrigações

tributárias, bem como, garantir a condenação dos infratores. Entretanto, a vertente condenatória, particularmente referentes às situações de crimes fiscais, não se fez sentir, limitando, deste modo, o alcance pleno do propósito subjacente a essa reforma. Assim sendo, passando quase uma década após a sua introdução, urge criar as condições para a sua aplicação plena com reflexos na melhoria substancial no combate à fraude e evasão fiscais. Essa ação vai continuar a merecer atenção no decurso do próximo ano.

As receitas fiscais têm registado uma evolução positiva ao longo dos últimos anos, conforme evidenciado no Gráfico n.º 4, refletindo o impacto de um amplo conjunto de reformas estruturais no domínio das finanças públicas. Estas reformas visam a construção de um sistema fiscal mais simples, moderno, justo e eficiente, com capacidade para reforçar a competitividade de Cabo Verde à escala global, incentivando o investimento direto estrangeiro e, simultaneamente, melhorar as condições de vida da população.

Para 2026, o Governo prevê reforçar a eficácia do sistema fiscal cabo-verdiano, através da ampliação da base tributária, da intensificação do combate à evasão fiscal e da digitalização dos processos de arrecadação. O objetivo é garantir um aumento sustentável das receitas fiscais, mantendo a sua proporção em torno dos 20% do Produto Interno Bruto (20,1% do PIB em 2025), alinhado com os princípios de responsabilidade fiscal e justiça distributiva.

Gráfico 4 – Evolução das Receitas por Grandes Agregados



Fonte: MF

## IV.2. Racionalização e Contenção das Despesas

O Governo continuará empenhado em assegurar uma gestão mais eficiente, transparente e sustentável dos recursos públicos, ancorada nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e eficácia, que norteiam a política orçamental nacional. A estratégia para 2026 assenta no reforço da disciplina fiscal, melhoria da qualidade da despesa pública e digitalização dos serviços do Estado, com destaque para o lançamento do Portal Único de Serviços Digitais de Cabo Verde. Esta plataforma visa aumentar a transparência, ao permitir o acesso público e em tempo real à informação governamental, bem como racionalizar os gastos públicos, automatizando processos, reduzindo a burocracia e otimizando os recursos humanos e materiais disponíveis.

Com a revisão da orgânica do Ministério das Finanças, que reforçou o seu papel de coordenação macroeconómica e orçamental, será fortalecida a articulação interinstitucional e intersetorial, promovendo uma abordagem mais integrada e coordenada na alocação e gestão dos recursos públicos. Neste sentido, a implementação do Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP), baseado na integração dos modelos “top-down” e “bottom-up”, continuará a ser o principal instrumento de planeamento fiscal, permitindo a definição de limites indicativos e vinculativos de despesa plurianual, com foco nos resultados e na responsabilização dos gestores públicos.

A consolidação do orçamento por programas introduziu inovações significativas, nomeadamente: (i) avaliação de resultados, (ii) adoção de um quadro orçamental de médio prazo, e (iii) estabelecimento de regras de despesa mais rigorosas, visando promover maior previsibilidade fiscal e alinhar os programas de despesa com as prioridades de desenvolvimento. A motivação central desta reforma reside na necessidade de reforçar a disciplina orçamental e maximizar o impacto da despesa pública.

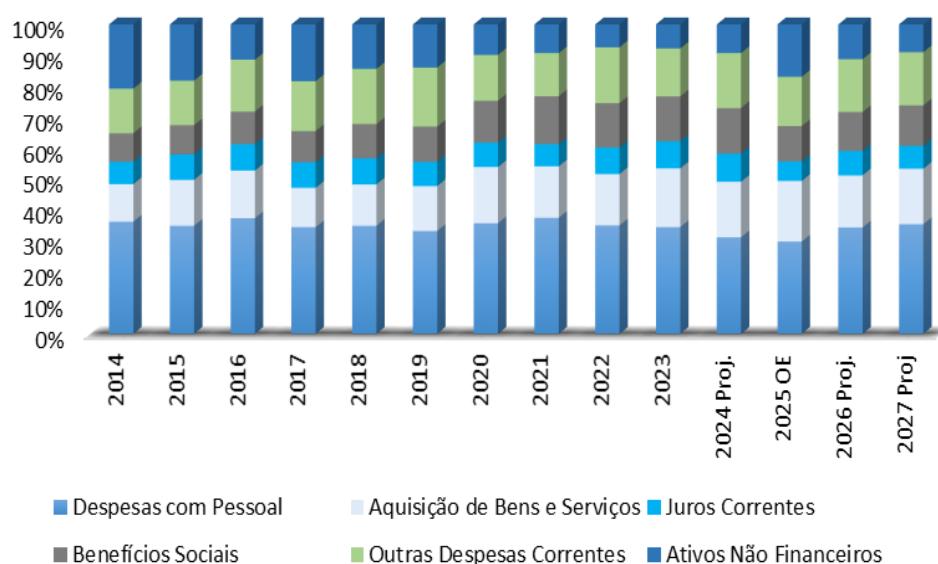
Em 2026, o Governo prosseguirá com a estratégia de consolidação da estabilidade macroeconómica e da sustentabilidade da dívida pública, reforçando o rigor no controlo da despesa e adotando uma gestão fiscal ainda mais prudente. Esta abordagem visa assegurar a criação de espaço orçamental necessário para o financiamento de investimentos estratégicos, alinhados com as prioridades de desenvolvimento nacional e com os compromissos de médio prazo do país. A política de racionalização da despesa será operacionalizada com base nas seguintes medidas prioritárias:

- Ganhos de eficiência na aquisição de bens e serviços, nomeadamente:
  - Racionalização da rubrica “deslocação e estadia”, com planeamento prévio e critérios claros de justificação, acompanhada de um plano de deslocação e estadia com todas as informações necessárias, nomeadamente pessoal, tipo de missão, data e local, as ajudas de custos aplicáveis e a estimativa de custo, por forma a que se faça a avaliação efetiva da necessidade da mesma;
  - Racionalização das despesas com as viagens, gastos com ajudas de custo dentro e fora do país, promovendo o uso das novas tecnologias, designadamente, videoconferência, videochamadas e outras plataformas de comunicações;
  - Centralização das compras de bens e aquisição de serviços, visando ganhos de eficiência e de economia de escala;
  - Substituição progressiva da frota por veículos elétricos, com impacto direto nos custos com combustíveis e lubrificantes;
  - Ampliar ao máximo as potencialidades do e-government; e
  - Obrigatoriedade de utilização da plataforma e-procurement.

- Otimização da gestão do património imobiliário, incluindo uso mais eficiente de espaço e eliminação de arrendamentos onerosos;
- Instalação de sistemas de energia solar nos edifícios públicos, por forma a reduzir os encargos com as faturas da energia elétrica;
- Reforço de capacidade de serviços públicos responderem a pressões do lado da procura através de realocação interna de recursos humanos;
- Os Setores devem encetar esforços no aprimoramento da introdução da dimensão da igualdade e equidade de género no ciclo orçamental, assegurando maior equidade na distribuição de recursos; e
- Com a introdução do orçamento sensível ao clima, haverá uma maior priorização de investimentos em soluções ambientais eficientes, promovendo a resiliência fiscal face aos impactos das alterações climáticas.

Estas medidas, devidamente articuladas e monitorizadas, permitirão reforçar a consolidação orçamental, aumentar a eficácia da despesa pública e garantir uma gestão financeira mais prudente e responsável, assegurando o alinhamento entre os recursos disponíveis e os compromissos estratégicos do país.

**Gráfico 5 – Evolução das Despesas por Grandes Agregados**



**Fonte:** MF

A despesa total do setor público projetada para 2026 regista uma redução de 7.924 mil contos em relação ao montante previsto para 2025, o que representa uma contração de

8% em termos nominais. Esta redução reflete a aplicação de medidas de contenção fiscal no quadro da estratégia de consolidação orçamental, tendo em vista o reforço da disciplina fiscal e a criação de espaço orçamental para investimentos prioritários. Apesar da redução agregada da despesa, o seu peso em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) mantém-se elevado, representando 28% do PIB em 2026, o que indica um esforço de racionalização sem comprometer a capacidade do Estado de financiar as suas funções essenciais.

O gráfico acima ilustra a evolução das despesas públicas por grandes agregados, refletindo as principais opções de política nas diferentes áreas de intervenção do Estado. A análise da estrutura da despesa no período compreendido entre 2010 e 2026 evidencia um crescimento significativo da componente relativa às despesas com pessoal, que passou a representar uma parcela expressiva do total da despesa pública. Este aumento decorre, em larga medida, da implementação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), das revisões estatutárias de várias categorias profissionais, bem como da atualização da massa salarial, como resposta à erosão do poder de compra dos funcionários públicos provocada pela inflação.

Nos últimos oito anos, registou-se uma reposição acelerada de direitos dos trabalhadores da Administração Pública, o que agravou substancialmente os encargos com pessoal. Tal evolução está associada a melhorias de carreira, acelerações de progressões, mecanismos reforçados de valorização remuneratória e, mais recentemente, à introdução do Plano de Cargos, Funções e Remunerações (PCFR). Estes desenvolvimentos refletem a concretização de compromissos acumulados ao longo do tempo.

Para o ano de 2026, projeta-se um acréscimo de 6% na despesa com pessoal em relação a 2025, o que elevará a sua participação no total da despesa pública para cerca de 34%, consolidando-a como o maior agregado da despesa. Este aumento decorre do impacto orçamental da aplicação de novos estatutos remuneratórios a diversos grupos profissionais, nomeadamente o pessoal docente, os magistrados e os profissionais do setor da saúde.

Em 2026, a despesa com aquisições de bens e serviços registou uma redução acentuada de 21% face ao ano anterior, refletindo os efeitos de uma política ativa de racionalização e eficiência da despesa pública. Esta rubrica, juntamente com os ativos não financeiros, representa uma das componentes com maior peso no total da despesa, correspondendo a cerca de 17%. Trata-se de uma categoria essencial para assegurar o funcionamento regular dos serviços do Estado, abrangendo despesas relacionadas com processos de contratação pública, locação e aquisição de bens e serviços indispensáveis à satisfação das necessidades coletivas.

A redução registada decorre de um conjunto de reformas estruturantes adotadas pelo Governo, com o objetivo de otimizar a gestão da despesa corrente e reduzir o seu peso relativo no orçamento global. Entre estas medidas destacam-se:

- A contenção de despesas com deslocações e ajudas de custo, com a crescente adoção de plataformas digitais (como Zoom e Microsoft Teams) para a realização de reuniões e eventos institucionais;
- A transição energética dos edifícios públicos, com a adoção progressiva de sistemas de energia solar, visando a diminuição dos encargos com consumo de eletricidade; e
- A renovação do parque automóvel do Estado com viaturas elétricas, promovendo não apenas ganhos de eficiência económica, mas também benefícios ambientais e contributos para a sustentabilidade orçamental a médio prazo, através da redução de custos operacionais e das externalidades negativas associadas à mobilidade tradicional.

Estas medidas reforçam a estratégia governamental de contenção inteligente da despesa, garantindo a continuidade dos serviços públicos com maior eficiência e sustentabilidade, em linha com os compromissos fiscais assumidos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No que se refere aos encargos com juros da dívida pública, estima-se um aumento de aproximadamente 15% em relação ao ano de 2025. Esta evolução resulta, sobretudo, do acréscimo das obrigações associadas ao serviço da dívida, incluindo o vencimento de

títulos emitidos e a repercussão do aumento das taxas de juro nos mercados financeiros, refletindo o encarecimento do custo de financiamento.

No que respeita aos subsídios, estima-se uma redução de 9% em relação ao ano homólogo, refletindo o término dos valores acumulados decorrentes de medidas excepcionais adotadas durante o período da pandemia da covid-19. Esta diminuição resulta, sobretudo, da normalização gradual dos encargos extraordinários, anteriormente assumidos para mitigar os impactos socioeconómicos da crise sanitária.

As transferências correntes têm registado um crescimento consistente ao longo dos últimos anos e, para 2026 estima-se um aumento de 12%, impulsionado pela dinâmica positiva do crescimento económico. Esse desempenho tem contribuído para o alargamento da base tributária nacional, o que, por sua vez, se traduz num aumento dos recursos transferidos para os municípios. Destacam-se, nesse âmbito, os montantes canalizados através do Fundo de Financiamento Municipal (FFM), do Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo (FSST) e do Fundo do Ambiente (FA), reforçando a capacidade financeira dos governos locais para promoverem o desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo.

As despesas com benefícios sociais têm registado, ao longo dos últimos oito anos, um crescimento consistente e significativo, refletindo o reforço das políticas sociais, nomeadamente Rendimento Social de Inclusão e o apoio à proteção social. Esse aumento decorre, por um lado, da necessidade de reposição do poder de compra dos pensionistas, traduzida na atualização periódica das pensões, e, por outro, do aumento do número de beneficiários, o que tem gerado uma pressão acrescida sobre os encargos com pensões de aposentação. Adicionalmente, o crescimento dos custos associados às evacuações médicas para o exterior tem contribuído para o agravamento desta rubrica. Para o exercício económico de 2026, projeta-se um acréscimo de 1% nas despesas com benefícios sociais em comparação com 2025, consolidando-se como a quarta maior componente do total da despesa pública, representando aproximadamente 13% da sua estrutura.

No que respeita às Outras Despesas, verifica-se um decréscimo significativo de aproximadamente 21% em relação ao ano de 2025. Esta redução é, essencialmente, justificada pela diminuição dos montantes alocados para o pagamento de indemnizações e pela redução da dotação provisional, refletindo uma política orçamental mais prudente e orientada para o reforço da disciplina fiscal.

Os ativos não financeiros registam uma redução de 39% em relação ao ano homólogo, conforme ilustrado no Gráfico n.º 5. Contudo, essa variação não comprometerá a concretização do conjunto de infraestruturas de relevância estratégica previstas para o exercício económico de 2026 que são essenciais para apoiar a transformação estrutural e o desenvolvimento sustentável do país.

**Tabela 4 – Despesas por Classificação Económica**

RUBRICAS ECONÓMICAS	ANO		VARIAÇÃO	%	PESO	% PIB
	2025	2026				
02.01 - Despesa com Pessoal	29 177 179 004	30 893 192 624	1 716 013 620	6%	34%	9%
02.02 - Aquisição de Bens e Serviços	19 193 108 513	15 166 902 639	-4 026 205 874	-21%	17%	5%
02.04 - Juros e Outros Encargos	6 174 576 446	7 072 499 152	897 922 706	15%	8%	2%
02.05 - Subsídios	2 073 071 149	1 883 080 798	-189 990 351	-9%	2%	1%
02.06 - Transferências	8 407 601 876	9 444 283 539	1 036 681 663	12%	10%	3%
02.07 - Benefícios Sociais	11 199 408 640	11 353 665 633	154 256 993	1%	13%	3%
02.08 - Outras Despesas	5 104 582 513	4 052 691 646	-1 051 890 867	-21%	5%	1%
03.01 - Ativos Não Financeiros	16 581 811 734	10 120 595 872	-6 461 215 862	-39%	11%	3%
<b>Total Geral</b>	<b>97 911 339 875</b>	<b>89 986 911 904</b>	<b>-7 924 427 971</b>	<b>-8%</b>	<b>100%</b>	<b>28%</b>

Fonte: MF

### IV.3. Estratégia da Dívida Pública

O ano 2026 deverá favorecer a consolidação dos resultados económicos alcançados nos últimos anos após a pandemia e o conflito na Europa, que afetou a economia do país e dos seus principais parceiros de desenvolvimento. As perspetivas de crescimento económico serão melhores, segundo as projeções macroeconómicas do país, apesar de incertezas provocadas por novas políticas, no que se refere ao comércio internacional.

Para sustentar os pressupostos das projeções macroeconómicas, o Governo deverá dar continuidade à implementação da sua política de investimentos, com foco na

modernização do país, redução da pobreza e da desigualdade social e na criação de condições para dinamização do setor privado.

Assim, apesar duma melhoria notável na arrecadação das receitas fiscais durante os últimos exercícios, a diversificação da economia, através de investimentos para acelerar a transição energética, desenvolver o capital humano, entre outros setores identificados no PEDS 2021/2026 (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável), exigirá a contratação de novos financiamentos. Para a mobilização de recursos adicionais, em 2026, continuará a ser privilegiado o diálogo com os parceiros internacionais de desenvolvimento, para além da aposta em mecanismos como o fomento de parcerias público-privadas que permitirão o incremento do investimento privado e consequente geração de rendimento para a economia.

Se, em consequência das necessidades de financiamento, o stock da dívida nominal deverá conhecer um crescimento, os rácios, e em particular a relação da dívida com o PIB, deverão continuar a registar uma redução (melhoria), fruto do crescimento económico, bem como das políticas e dos esforços do Governo em manter o défice orçamental controlado, para sustentar o crescimento nominal da dívida pública.

O Governo continuará, assim, com o propósito de conjugar políticas económicas que conduzam, a médio prazo, o stock da dívida pública em relação ao PIB num nível igual ou inferior a 100%, e que mantenham os riscos e custos associados ao endividamento adequados ao nível de sustentabilidade requerido pelos padrões internacionais.

Contudo, devido à persistência das vulnerabilidades estruturais do país, a política do endividamento público continuará a ter como base a consolidação orçamental e a criação de um ambiente económico estimulador do investimento privado, doméstico e estrangeiro, com o propósito de assegurar o dinamismo do crescimento económico.

A estratégia de gestão da dívida pública e o endividamento para o ano de 2026, estará em sintonia com a Lei da Dívida e as demais Leis que regulam fatores com incidências no endividamento e na gestão da dívida pública, e também com o PIPP (Plano Plurianual de Investimento) e o MTFF (Medium Term Fiscal Framework), que são dois importantes instrumentos de definição das prioridades de investimentos públicos e das necessidades de financiamento de cada orçamento. Assim, de acordo com as

orientações para o período 2026-2028, a gestão da dívida pública continuará a ser ativa, mantendo as estratégias que visam financiar o orçamento de Estado, numa melhor relação possível entre o custo e o risco do portfólio da dívida pública, e proporcionando a sua sustentabilidade a prazo.

Para atingir esses objetivos são levados em consideração os seguintes aspetos:

- Contratação de financiamentos concessionais, junto dos credores multilaterais e bilaterais;
- Priorização do Euro e do USD nas contratações de dívida externa, visando a mitigação do risco cambial e a diversificação da carteira da dívida;
- O endividamento interno será efetuado através de emissões de títulos de médio e longo prazo, com recurso às obrigações do Tesouro (OT) para financiar os projetos de investimentos, enquanto para o curto prazo serão privilegiados os Bilhetes do Tesouro (BT) para manter o equilíbrio de tesouraria, respeitando sempre o máximo estabelecido pela lei do orçamento anual; e
- Dinamização do mercado doméstico, permitindo o acesso ao financiamento, via aumento de liquidez dos títulos do Tesouro, redução dos custos do financiamento interno, dos riscos de liquidez e refixação das taxas de juros.

A política de endividamento continuará a ser orientada por princípios de rigor, eficiência e qualidade de despesas, assegurando a disponibilização do financiamento requerido para o exercício orçamental e visando os objetivos de minimização dos custos numa perspetiva de médio e longo prazo.

A estratégia mantém por base o princípio da consistência da estrutura e composição da dívida pública com as políticas macroeconómicas e a mitigação de riscos associados ao endividamento público.

O Governo de Cabo Verde envidará esforços para continuar a estabelecer programas estruturantes com os parceiros multilaterais e prosseguir com o processo de renegociação da dívida externa junto dos parceiros bilaterais, de forma a expandir o investimento em setores chaves da economia.

## V. PRINCIPAIS POLÍTICAS PRIORITÁRIAS

### V.1. Consolidar o ciclo do PEDS II

Orçamento do Estado de 2026 deverá consolidar o PEDS II, viabilizando as políticas públicas e investimentos para:

- Consolidar a democracia, o Estado de direito e a coesão territorial;
- Posicionar Cabo Verde entre os 20 melhores no *Ranking* de Liberdade de expressão, da transparência e da governação em África.
- Desenvolver a conectividade intermodal, acelerar a transição digital, investir na ação climática e no capital humano, diversificar a economia, apostar no sector privado e qualificar as instituições e a governança.
- Reduzir as desigualdades fixando no máximo de 2% a proporção da população vivendo com menos 50% do consumo mediano;
- Reduzir ao mínimo a insegurança alimentar fixando no máximo de 5% a proporção da população em situação de insegurança alimentar moderada ou grave;
- Erradicar a pobreza extrema e reduzir a pobreza absoluta para 20%;
- Combater a exclusão reduzindo a proporção dos jovens fora do emprego da educação e formação para níveis não acima de 10%;
- Promover o ensino técnico;
- Reduzir a mortalidade infantil para níveis abaixo de 15 por mil nados vivos e melhorar a sobrevivência atingindo uma esperança de vida não abaixo de 78,7 anos;
- Promover o emprego digno e qualificado, reduzindo o desemprego para níveis abaixo de 10% e o desemprego jovem para níveis abaixo de 20%; e
- Reduzir o emprego informal aumentando a cobertura ao nível da segurança social do regime contributivo para níveis não abaixo de 66% da população ocupada.

## V.2. Prioridades para OE 2026

Em 2026, a economia deverá crescer em torno dos 6%, com baixa inflação, ou seja, não superior a 2%, um saldo primário positivo e um rácio de dívida pública não superior a 100% do PIB. Cabo Verde deverá continuar a melhorar a competitividade turística para ocupar no mínimo a posição 50, com uma receita turística não abaixo de 33% do PIB e a pesca e a agricultura deverão gerar, pelo menos, 5,0% e 5,3% do PIB respectivamente. Em 2026, pelo menos 90% da população de 10 anos e mais utilizará internet. Pelo menos 60% dos serviços públicos estarão online, teremos atingido um Índice GSMA de Cibersegurança não abaixo de 80 e pelo menos 1,5% do PIB investido na investigação e desenvolvimento.

As indústrias extractivas e transformadoras deverão gerar pelo menos 13% do PIB e devemos atingir 35% de penetração das energias renováveis. Deverá consolidar o acesso aos bens e serviços básicos, colocando acima de 97% a proporção da população com água canalizada e acesso à energia. Devemos atingir, no mínimo, 21% da superfície terrestre protegida, e redução das emissões de CO2 e outros GEE por habitante. Deverá consolidar os progressos na justiça com a redução de pendências atingindo um rácio de processos julgados/ (Entrados+Transitados) nos Tribunais, não abaixo de 65%, bem como de criminalidade reduzindo o rácio de ocorrência policial para nível não acima de 500 por 100 mil habitantes.

O Orçamento do Estado de 2026 será equilibrado, contribuindo para melhorar a vida dos Cabo-Verdianos, simplificando os processos para as empresas e realizando o Acordo de Concertação Estratégica 2024-2026. Apesar da elevada incerteza internacional e dos riscos geopolíticos e económicos, o Governo deverá prosseguir com as reformas, apostar na inovação, desenvolver a conectividade intermodal, promover Cabo Verde como País Plataforma, impulsionar o crescimento económico e a diversificação da economia, o desenvolvimento social - com ênfase no emprego digno, com especial atenção ao meio rural, o aumento dos rendimentos das famílias pela melhoria dos salários e da qualidade dos serviços públicos e desenvolver a estratégia nacional de dados.

Realizará esta performance mantendo as contas públicas equilibradas e a dívida pública numa trajetória descendente, fatores esses determinantes para reforçar a resiliência da economia cabo-verdiana e duplicar o seu potencial de crescimento. Visando a duplicação do potencial de crescimento económico, o OE 2026 priorizará o investimento nas infraestruturas, no capital humano e na boa governação, melhorando a qualidade dos serviços públicos e aumentando a produtividade da economia e melhorando os rendimentos das pessoas.

**O OE 2026 deverá impulsionar o crescimento económico, garantindo o equilíbrio das contas públicas e resolvendo o problema das pessoas e das empresas. Assim prioriza:**

- O equilíbrio orçamental e financeiro, a estabilidade macroeconómica, o crescimento e o emprego, incluindo o emprego público com especial ênfase no meio rural;
- As reformas e medidas estruturais para aumentar a produtividade e competitividade da economia, acelerando a transformação digital da administração pública e das empresas e aumentando o potencial do crescimento económico e a capacidade de geração de empregos dignos, com destaque para as conectividades intermodal, ação climática, transição energética e digital, o desenvolvimento do sector privado, a melhoria do ambiente de negócios e do clima de investimentos e a diversificação da economia, capital humano e centros de excelência e governança;
- A redução do IRPC para as empresas e dos impostos que as famílias suportam na compra ou construção da primeira casa;
- O reforço da dotação orçamental para vários serviços públicos de primeira prioridade para os cidadãos e empresas e para sectores críticos e catalíticos como os transportes, a saúde e a educação;
- O investimento em três aparelhos para voos domésticos e dois barcos para a melhoria dos serviços de transportes e implementação da intermodalidade;
- A valorização das carreiras da administração pública, em particular em sectores como a educação, a saúde, a justiça e a eliminação dos precários a nível central como local;

- O OE 2026 deverá acelerar o programa de investimentos públicos e dar início a projetos importantes como Hospital de Cabo Verde, o desenvolvimento do aeroporto da Boavista, o aeroporto do Porto Novo, a Arena Cesária Évora – CCCE, a extensão do Porto Grande e do porto de pesca de São Vicente, do porto do Porto Novo, a continuação do fecho da circular São Miguel-Tarrafal, a retoma da circular ilha Fogo, forte investimento no saneamento, na habitação e na transição digital, apostando nas DPI e no portal único de serviços públicos;
- A densificação da rede de proteção social pela expansão da cobertura do regime contributivo e o reforço do regime não contributivo, designadamente da inclusão produtiva, do Rendimento Social de Inclusão e do acesso universal aos serviços como a educação e a saúde;
- A aposta no diálogo e concertação social, realizando o Acordo de Concertação Estratégica e designadamente com o aumento do salário mínimo nacional e a melhoria do rendimento disponível;
- A valorização do capital humano e o investimento nas competências, com a recentragem da formação profissional na área digital, nos centros de excelência como o Instituto Tecnológico de Cabo Verde, como em parcerias com o setor privado para acelerar a criação de competências digitais, mas também a revisão do financiamento do ensino superior para reverter a tendência de redução do acesso, em linha com o PEDS II;
- A aposta no desenvolvimento do sector privado, com a melhoria do ambiente de negócios e do clima de investimentos e na diversificação da economia, investindo na economia digital, na economia azul, nas indústrias e indústrias criativas, na economia verde, no turismo e na economia do conhecimento;
- A coesão territorial, investindo no fomento económico nas ilhas e nos Municípios com mercados diminutos;
- A criação de empregos dignos, particularmente para os jovens, criando uma aceleradora de investimentos, atraindo empresas voltadas para a exportação nas mais diversas áreas e fomentando o empreendedorismo, assim como implementando zonas económicas especiais; e

- O reforço da segurança numa perspetiva holística, ou seja, jurídica, cibernética, física, social, marítima, do espaço aéreo, rodoviária, alimentar, energética, hídrica e habitacional.

### **V.2.1. Conectividade intermodal**

A Conectividade ocupa a primeira linha das prioridades para 2026, ano de arranque do Programa Conectividade de Cabo Verde que inclui os projetos “Conectar Cabo Verde 2026-2030”, “Políticas, planeamento estratégico e reformas para a conectividade em Cabo Verde 2026-2030” e “Mecanismo de Financiamento Sustentável e Parcerias para a Conectividade em Cabo Verde”.

O Orçamento do Estado de 2026 priorizará assim o desenvolvimento da conectividade intermodal, ou seja, a utilização coordenada dos meios dos transportes rodoviários, aéreos e marítimos, promovendo, a frequência, a previsibilidade, a regularidade, a qualidade e o conforto dos transportes e garantindo uma conectividade eficiente, fiável, regular, a preços cada vez mais acessíveis para impulsionar a integração do mercado interno, a conexão com o resto do mundo e favorecer a diversificação do turismo pelas ilhas, o crescimento económico e a redução das pobreza e das assimetrias regionais.

Priorizará a implementação do Serviço Público de Transportes Rodoviários instituído em 2022, o planeamento estratégico e designadamente o plano estratégico de serviço público de transportes rodoviários, os planos de mobilidade interurbana das ilhas, os planos de mobilidade urbana das Cidades de Cabo Verde e o plano de reforço de reforço institucional, bem como o diálogo, a parceria e a mobilização dos atores público e sobretudo privados para a reforma do setor dos transportes rodoviários.

A dotação para a conectividade rodoviária será destinada aos planos de mobilidade interurbana, aos planos de mobilidade urbana e à implementação do serviço público de transportes rodoviários.

Impulsionará a conectividade marítima com o investimento em 2 navios construídos de raiz para operar nos mares de Cabo Verde e para atender o potencial de demanda no período 2026-2030. Dará especial atenção à conectividade das ilhas da Brava e São

Nicolau, à construção da Gare Marítima da Praia à montagem do projeto de Terminal de Cruzeiros da Praia bem como ao estudo viabilidade técnica, económica e financeira dos projetos da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente - ZEEMSV.

Impulsionará a Conectividade aérea doméstica com: o investimento em três aviões para as operações das Linhas Aéreas de Cabo Verde (LACV) ou seja para voos domésticos visando a melhoria dos serviços de transportes aéreos e a implementação da intermodalidade e; o investimento em um avião de longo curso, em regime de leasing para operar as linhas Cabo Verde-EUA e Cabo Verde-Brasil, bem como intensificar as ligações tradicionais com Lisboa e outras capitais europeias; o subsídio às ilhas de fraco tráfego, a redução do preço dos bilhetes, pela via do subsídio direto aos passageiros, o subsidio às operadoras para as linhas de ligação às ilhas de São Nicolau, Maio e Brava, e as linhas que não atingem 20.000 passageiros ano, no âmbito da Obrigação do Serviço Público, o subsídio extra conectividade, ou seja, uma compensação às operadoras que estiverem a operar no mercado doméstico. Viabilizará o estudo sobre a Zona Especial de Economia Aérea e a respetiva Comissão Coordenadora.

### **V.2.2. Capital humano**

O Orçamento do Estado de 2026 realizará os compromissos deste ciclo no domínio do desenvolvimento do capital humano, mantendo a aposta na formação profissional, consolidando as reformas no ensino básico e secundário e especialmente aprofundando a aposta no ensino superior com a reforma do respectivo financiamento. As bolsas de estudo no exterior serão aumentadas, como será reforçada a dotação para bolsas de estudo para o ensino superior em Cabo Verde, por forma a impulsionar o aumento do acesso para realizar a meta de uma taxa líquida de escolarização de 25%, com forte inclusão dos jovens de famílias pobres bem como a redução das assimetrias regionais.

O investimento no aumento do acesso e na estabilização dos jovens no ensino superior inclui soluções avançadas para o alojamento dos estudantes com a criação de 2 novas residências estudantis na Praia e em São Vicente, subsidiadas pelo Estado e a construção de novas. Inclui ainda a gratuitidade dos transportes marítimos para os estudantes do ensino superior nas deslocações para a ilha de origem, no início do ano

lectivo e nas férias escolares, bem como a subsidiação do transporte interno dos estudantes que residem fora do concelho ou em bairros distantes das IES que frequentam.

O OE 2026 apostará na consolidação da Educação de Excelência com políticas públicas centradas na qualificação da população, inclusão social, promoção do emprego jovem e fortalecimento do sistema educativo, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior.

Viabilizará o desenvolvimento de iniciativas como o Programa de Superação Educativa, as Olimpíadas do Desporto Escolar e a instalação de Laboratórios Científicos nas escolas secundárias, o reforço da gestão nos agrupamentos e o desenvolvimento do Projeto “Escola de Todos”.

Reforçará as dotações orçamentais à FICASE para acomodar os impactos reforço do financiamento do ensino superior. O reforço das dotações deverá ainda acomodar os impactos do alargamento do Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR) e da consolidação do alargamento do Plano de Modernização do PNASE 2023-2026, com destaque para a expansão do programa de cantinas escolares ao ensino secundário, a aquisição e distribuição de utensílios e equipamentos, a promoção da saúde visual e oral dos alunos mais vulneráveis e a reabilitação do armazém de São Vicente, bem como o reforço do programa de bolsas de estudo.

O Orçamento do Estado para 2026 viabilizará as infraestruturas educativas com a reabilitação e ampliação de várias escolas básicas e secundárias, além da construção de novos estabelecimentos. Consolidará a implementação da nova tabela remuneratória do PCFR, o alargamento do ensino superior para novas ilhas, a implementação da TV Educativa, a digitalização das escolas e a formação para utilização do SIGE e a participação em eventos internacionais no âmbito da CPLP, CEDEAO e União Africana.

O OE 2026 deverá priorizar a consolidação e o reforço da relevância da formação profissional com:

- A modernização da rede de Centros de Formação Profissional, a modernização de equipamento dos laboratórios atendendo as prioridades das ilhas de Fogo e Brava, bem como a remodelação, modernização e especialização do CEFP de Santa Cruz nas áreas de Construção Civil e áreas transversais;
- O arranque das obras de modernização e especialização do Centro de Emprego e Formação Profissional (CEFP) de Variante nas áreas auto, mecânica e mobilidade elétrica e o Projeto de Extensão do Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI) para atender à demanda nas áreas industriais e de energias renováveis, associada à inovação tecnologia;
- A consolidação da Plataforma de Gestão das Entidades do Setor do Emprego e da Formação Profissional, do Portal Jovem com serviços digitais de acesso as políticas de formação profissional e emprego e de orientação profissional;
- A modernização da Rede de Centros de Formação Profissional com a construção do novo Centro de Formação Profissional Praia e do Centro de Formação Profissional São Vicente;
- A adequação do Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ) às necessidades da economia, a finalização de 20 Qualificações Profissionais (QP) e Referenciais do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais (RVCC);
- A implementação do novo quadro legal do Sistema de Formação Profissional, e um modelo de avaliação e auditorias às entidades acreditadas, das QP baseado em critérios de qualidade e a regulamentação de novas categorias sujeitas a Carteira Profissional;
- Viabilizará a formação profissional de 11.700 beneficiários, sendo 4.300 na formação inicial e 5.900 na formação contínua e empreendedorismo, estágios profissionais para 2.060 beneficiários, o Programa de apoio a contratação para 250 beneficiários, 2000 Projetos de Empreendedorismo financiados no âmbito do Banco Jovens e Mulheres e a formalização de 200 Unidades de Produção Informal.

### V.2.3. Habitação

O Orçamento do Estado de 2026 colocará na primeira linha das prioridades, a habitação dos cabo-verdianos com um Programa de Aceleração da Segurança Habitacional dos Agregados Familiares Pobres, alargando o PRH a todos os Concelhos. Serão investidos cerca 1.800 milhões de CVE para a requalificação de cerca de 3.600 habitações de pobres em todos os concelhos. O projeto será executado por empresas locais, com material adquirido no comércio e em operadores de inertes do concelho ou da região e emprego de mão d'obra local e terá continuidade nos anos seguintes.

O Governo assegurará a bonificação de juros até ao limite de 50% na aquisição ou construção de habitação própria permanente pelos jovens quanto aprovará o regime jurídico das garantias pessoais do Estado, criando assim um contexto adequado ao investimento pela IFH na habitação social para os jovens.

O Governo aprovará o regime jurídico de garantias públicas para a IFH alargar a oferta de habitação em regime de arrendamento para os jovens universitários e formandos nos centros de formação profissional e atribuirá um complemento de bolsas de estudos a título de comparticipação nos encargos do arrendamento de casa para estudantes universitários fora da ilha de residência habitual.

No âmbito do Orçamento do Estado de 2026, o Governo incentivará à autoconstrução, por jovens (especialmente no meio rural), de habitação própria, sem financiamento bancário por incapacidade de acesso ao crédito. Serão investidos cerca de 500 milhões de CVE mil contos para abranger cerca de 1.000 jovens.

No âmbito do OE de 2026 o Estado promoverá, através da IFH a construção de habitação para jovens funcionários, contribuindo também para atrair e fixar profissionais qualificados nos territórios menos atrativos do país. Será igualmente promovida a ligação às redes de água para agregados familiares dos Grupos I e II do Cadastro Social Único (CSU) que não beneficiam desses serviços, como desenvolvido um programa de religação através das provedoras de serviço, massificando a colocação de contadores pré-pagos e assim acelerar o acesso para se atingir 100% de famílias com energia e água a nível nacional.

#### **V.2.4. Erradicação da pobreza extrema e da insegurança alimentar**

O Orçamento do Estado de 2026 deverá garantir a erradicação da pobreza extrema, com especial ênfase às oportunidades económicas para a transição sustentável e da insegurança alimentar moderada ou grave com a execução plena do Plano Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional.

#### **V.2.5. A acesso de todos à água e ao saneamento**

O Governo realizará, no quadro do OE 2026 o compromisso de alcançar a generalização do acesso à água potável de forma segura e inclusiva e a melhoria da qualidade dos serviços, a progressiva generalização do acesso ao sistema de evacuação de águas residuais e da cobertura do sistema de recolha de resíduos.

O Governo priorizará a viabilização progressiva de soluções de higiene para todos, 40 a 90 litros de água/pessoa/dia para todos, com qualidade, a domicílio, a redução de perdas para o nível máximo de 20% e a garantia ao abastecimento durante 24 horas.

O OE 2026 viabilizará investimentos nas redes de esgotos ou sistemas individuais, o enceramento e requalificação de lixeiras, o desenvolvimento de infraestruturas de tratamento, a implementação de sistemas de recolha e valorização de resíduos.

#### **V.2.6. Acelerar a transição energética**

O OE para 2026 deverá garantir o acesso a todos à energia e a redução do índice de Dependência Energética e aumentar para 35% a taxa de penetração de energias renováveis na produção de eletricidade, designadamente viabilizando os investimentos nas energias renováveis nos setores público e privado, o Plano Nacional de Ação para a Bioenergia, os Sistemas de armazenamento de energia, através de baterias em São Vicente, Boavista, Santo Antão, São Nicolau, Brava, Maio, Fogo e a implementação do Projeto Santiago *Pump Storage*.

Com a expansão da abrangência da tarifa social de energia elétrica a famílias pobres e do acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas para cocção, a redução do índice

de intensidade energética do PIB, do nível de perdas no setor elétrico, a melhoria dos índices da qualidade de serviço e a aceleração da mobilidade elétrica.

### **V.2.7. Governança e ação climáticas**

O OE 2026 deverá implementar uma governança climática participativa, justa, eficaz e eficiente e priorizará o reforço institucional do Secretariado Nacional para a Ação Climática e o funcionamento eficiente do Conselho Interministerial de Ação Climática CIAC, a universalização do acesso a serviços climáticos e alerta precoce, a operacionalização do Sistema Nacional de Monitorização, Avaliação e Transparéncia (MRV/ETF), o investimento estratégico em segurança hídrica e agricultura resiliente e a aceleração da transição energética justa com foco na eficiência energética e energia renovável.

Viabilizará assim, o reforço da resiliência e a adaptação às mudanças climáticas pela mobilização e gestão da água e diversificação das suas fontes, a massificação de sistemas eficientes de irrigação, com ênfase nos sistemas de micro-irrigação e recurso à hidroponia, a estruturação de cadeias de valor orientadas para os mercados, locais, turísticos, regional e da diáspora e a criação de um ecossistema favorável às atividades agrícolas, estimulando o empreendedorismo jovem com a criação e promoção de incentivos e de financiamentos.

### **V.2.8. Desenvolvimento empresarial**

O OE 2026 impulsionará o desenvolvimento empresarial com a melhoria do acesso das MPMEs que recorrem ao Ecossistema de Financiamento ao financiamento bancário e o reforço da assistência técnica. Impulsionará a duplicação do número de empresas, o crescimento das medianas empresas e do emprego gerado pelas empresas, designadamente com a aceleração da Transição da Economia Informal para Formal.

Viabilizará o acompanhamento das novas empresas criadas, a implementação de mais Casas do Empreendedor, impulsionará a melhoria da competitividade das MPME e a facilitação do acesso à assistência técnica.

Acelerará a promoção do investimento da Diáspora cabo-verdiana com a implementação do Estatuto de Investidor Emigrante, a realização de Cabo Verde Investiment Fórum na Diáspora e a criação de Câmaras de Comércios cabo-verdiana nos países de acolhimento.

#### **V.2.9. Desenvolvimento da economia azul**

O Orçamento do Estado de 2026 impulsionará o desenvolvimento da economia azul com o início da operação do Terminal Cruzeiros de São Vicente, aliado à requalificação da Orla Marítima da Avenida Marginal.

Viabilizará a aquisição de dois barcos para acelerar a conectividade intermodal, a continuidade do investimento nas infraestruturas portuárias em todo o país, a consolidação dos portos nacionais como portos azuis, o Centro de expurgos do Porto Novo, a reabilitação e modernização da CABNAVE, importante para a competitividade do Porto Grande, de São Vicente e de Cabo Verde no setor da economia azul. Será publicada a Conta Satélite do Mar e operacionalizado o sistema de lota na primeira venda no Cais da Praia.

#### **V.2.10. Transição digital**

O OE 2026 deverá contribuir para a realização dos objetivos estratégicos no domínio do digital previstos na Cabo Verde Ambição 2030, designadamente com: a operacionalização dos Parques Tecnológicos da Praia e de São Vicente, o incentivo à inclusão digital, a redução dos custos do acesso à internet de banda larga para os sistemas de ensino e formação profissional, a tarifa social para internet, a implementação da Estratégia Nacional de Literacia Digital, a Estratégia Nacional de Dados e a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial e a aceleração da transformação digital das MPMEs.

Destacando a transformação digital da Administração Pública, a operacionalização do GovTech Lab e a automatização de 20 serviços críticos, a formação técnica de jovens para atender a demanda de competências das MPMEs e da Administração Pública, bem como

o fomento ao empreendedorismo no domínio digital, promovendo inclusão de jovens NEET e a participação dos jovens da diáspora.

Apostando no fomento da indústria tecnológica nacional e em especial a inovação digital, ou seja, a criação e o crescimento de serviços digitais, como aplicações móveis, soluções de software, plataformas digitais e outros produtos de base tecnológica.

Incentivando o desenvolvimento dos Pagamentos digitais, a elaboração do plano estratégico e a promoção de investimentos na Zona Económica Especial para a Tecnologia (ZEET), o desenvolvimento da cibersegurança e a implementação da Tecnologia de Rede Móvel 5G.

Promovendo a implementação do Regime Jurídico dos Serviços Digitais e do Comércio Eletrónico, a Lei da Banca Digital, os projetos Cabo Verde Digital e Digital Cabo Verde e incentivos ao processo de desenvolvimento da FINTECH.

Implementando o Observatório para a Sociedade da Informação, a integração de tecnologias emergentes, o reforço da infraestrutura nacional de data centers e a promoção de soluções digitais em setores estratégicos, os Centros de Excelência em Tecnologias Emergentes (CETEM), o regime regulatório experimental (sandbox) para tecnologias emergentes, programas de aceleração para internacionalização de Empresas e Startups de Base Tecnológica cabo-verdianas e a consolidação do quadro nacional de cibersegurança como pilar de confiança digital.

#### **V.2.11. Impulsionar o desenvolvimento da indústria e do comércio**

O OE realiza o compromisso com Cabo Verde Plataforma da Indústria e do Comércio: com o aprofundamento da integração regional e internacional, o desenvolvimento do Sistema de Informação e do Cadastro Comercial e o reforço institucional e modernização do quadro legal e regulamentar do comércio. No domínio da industria priorizara o reforço institucional e a modernização do quadro legal e regulamentar da Industria, o desenvolvimento do Novo Sistema de Integrado de Informação, Licenciamento e

Cadastro Industrial, a 3<sup>a</sup> Fase VAGROG, a promoção da economia circular na indústria e estudos de viabilidade de 2 novos parques industriais.

### **V.2.12. Turismo Sustentável**

Cabo Verde mantém a ambição de construir um turismo sustentável, ou seja, que valoriza os recursos naturais e humanos do País e contribua para o bem-estar dos cabo-verdianos, em todas as ilhas e municípios do País, em benefício das gerações presentes e futuras e que propicia e promova experiências positivas para os visitantes.

Mantém-se o desafio da diversificação e assim, o OE 2026 deverá acelerar a implementação do Programa Operacional do Turismo, promovendo a requalificação da oferta e reformas para a diversificação do turismo pelas ilhas e em termos de produtos, de operadores e países emissores, e por consequência o aumento do valor acrescentado, a criação da rede de Centrais de Compras de Cabo Verde, contribuindo para o consumo dos produtos locais.

O OE 2026 deverá priorizar a melhoria da competitividade do destino, maximizar os impactos socioeconómicos do turismo na população, melhorar os índices de sustentabilidade do turismo e reduzir o Índice Saturação turística no Sal e na Boavista. Priorizará ainda o incentivo aos operadores turísticos, sobretudo a componente marketing, acelerará a implementação do Projeto Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde, de Aldeias Turísticas Rurais e a dinamizará o Turismo Rural e de Natureza. Deverá viabilizar a continuação da promoção e imagem do turismo, priorizar a sustentabilidade das ilhas do Sal e da Boa Vista.

### **V.2.13. Economia verde**

O OE 2026 deverá priorizar a produção e distribuição de água dessalinizada para a rega com energias renováveis, em suma desenvolver a capacidade de adaptação e resiliência dos sistemas agrícolas e a competitividade.

Priorizará o empreendedorismo no domínio da agricultura, orientando a produção para o mercado, facilitando aos empresários e cooperativistas agrícolas o acesso ao crédito. Criará as condições para a certificação da origem dos produtos, orientar a

agricultura e a pecuária também para a inclusão dos pobres, o acesso a alimentos de qualidade, a segurança alimentar e nutricional, o aumento do valor acrescentado e o emprego digno e qualificado para os jovens. Promoverá o desenvolvimento de uma classe empresarial agrícola forte, altamente comprometida com elevados padrões de qualidade dos produtos, capaz de atender às expectativas dos consumidores nacionais e de nichos de mercados turísticos e da diáspora.

#### **V.2.14. Programa Nacional da Ciência**

O OE 2026 reforça o compromisso com o Programa Nacional da Ciência priorizando o projeto de criação de uma NREN (National Research and Education Network) e sua integração regional, a qualidade como fator da competitividade, o respeito pelos direitos da propriedade intelectual em Cabo Verde (ResPI-CV), a propriedade intelectual como acelerador do desenvolvimento sustentável (PlaDS), o reforço da investigação científica em Saúde, o PIE - Promoting Internships and Entrepreneurship in the Public Universities of Cabo Verde, o PROFILI – Proficiency in foreign language for internationalization of the Cabo Verde Higher Education System, o SGCICV – Science Granting Council Implementation e o projeto de reforço da investigação agrária para o desenvolvimento de sistemas de produção agropecuária resilientes. Viabilizará a instalação da Fundação de Ciências, Inovação e Tecnologia (FCIT) e o apoio a projetos de pesquisa prioritários através de editais.

#### **V.2.15. Saúde de qualidade para todos**

O PEDS II deve impulsionar mudanças para garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos em todas as idades, criando valor para a economia. Assim, o OE2026 deverá viabilizar os principais projetos da área da saúde e em suma garantir:

- A efetividade das Equipas Multidisciplinares de Saúde, o reforço a luta antivectorial, a manutenção da certificação de país livre da malária, a certificação da eliminação da transmissão do VIH e Sífilis de mãe para filho, a promoção da saúde pública e ações de prevenção de doenças transmissíveis; a agenda de investigação em saúde, a implementação do

Plano Nacional de Promoção da Saúde, do Plano Estratégico Nacional para a Saúde Mental, do Plano Estratégico Multissetorial de Prevenção e Controlo das Doenças Não Transmissíveis;

- O acesso gratuito dos adolescentes aos métodos contraceptivos modernos e o reforço dos cuidados de saúde sexual e reprodutiva dos homens/rapazes, a manutenção da vacinação para as meninas de 10 anos de idade contra o HPV no Calendário Nacional de Vacinação e o reforço da atenção às pessoas com doenças não transmissíveis; e
- A implementação do Plano Estratégico de Recursos Humanos da Saúde 2022-2026, da Agenda de reforço da capacidade de resposta das Regiões Sanitárias e dos principais planos do domínio da saúde, a criação de um centro de simulação biomédica, bem como a edificação das infraestruturas prioritárias do setor da saúde.

#### **V.2.16. Proteção Social**

Sendo a Proteção Social um dos importantes programas do Pilar Social, o Orçamento do Estado de 2026 viabilizará o reforço da proteção das crianças e de adolescentes, da inclusão social com a execução das prioridades da Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Extrema, o apoio integrado à família, a inclusão social dos grupos mais vulneráveis, a consolidação do Cadastro Social Único, a promoção da inclusão social de imigrantes, o reforço de atividades de inspeção do trabalho, da Pensão Social e da Pensão Diáspora. Realizará o compromisso com os beneficiários do Rendimento Social de Inclusão (RSI), os subsídios para o acompanhamento de doentes evacuados para tratamentos médicos especializados em Portugal, com a ação social escolar e designadamente as Cantinas escolares e o Programa bolsa de estudos aos alunos do ensino superior.

#### **V.2.17. Promover a Igualdade e Equidade de Género**

Em 2026 serão realizados investimentos determinantes para o avanço das políticas de igualdade e equidade de género em Cabo Verde. Para tanto, o Orçamento do Estado prioriza o fortalecimento das ações do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e

Equidade de Género (ICIEG). Viabilizará o Plano de Prevenção e Sensibilização ao Combate à Violência Baseada no Género (VBG), a promoção da igualdade e equidade de género na economia verde, da assunção da responsabilidade paterna, do empoderamento e da autonomia económica das mulheres e da autonomia na tomada de decisões na esfera pública e privada. Viabilizará ainda a transversalização de género nas políticas públicas e a implementação do Plano de Capacitação, Formação e Reforço Institucional (PCFR) do ICIEG.

#### **V.2.18. Modernizar a administração pública**

O Orçamento do Estado de 2026 viabilizará a reabilitação do ex-edifício da TACV para albergar o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, a Tabela Única de Remuneração, o Diploma de Avaliação e Descrição de Funções, a alteração do Regime Jurídico de Estágio Probatório, o Estatuto do Pessoal Dirigente, o Diploma de Tramitação de Ato de Gestão dos Recursos Humanos, o PCFR do Pessoal da extinta Unidade de Gestão da Casa do Cidadão, o diploma que estabelece o Regime de Mobilidade e o diploma que estabelece o Regime de Capacitação. Priorizará ainda a Base de Dados dos Organismos Públicos, o Portal de Dados Abertos, os Serviços Digitais Online e a elaboração do Plano Nacional de qualificação dos Recursos Humanos.

Viabilizará projetos e ações para melhorar o acesso e a satisfação dos utentes dos Serviços Públicos, a implementação dos instrumentos de gestão previsional e integrada dos recursos humanos na Administração Pública, o aumento da proporção dos Serviços digitais online para 60% e para 90% a proporção dos serviços informatizados, a quase generalização dos departamentos governamentais com dados no portal de dados abertos e do Sistema Nacional de Gestão documental e arquivístico.

#### **V.2.19. A paz social, o acesso à justiça**

A paz social, o acesso à justiça e o reforço institucional são elementos fundamentais para o desenvolvimento e a estabilidade. A justiça é essencial para a paz social e a defesa dos direitos, liberdades e garantias, o pleno conhecimento de deveres e a

criação de condições e oportunidades necessárias para a felicidade e o crescimento sustentável.

Assim, o OE 2026 criará as condições para se garantir o acesso à justiça e aos direitos fundamentais, reduzir as pendências nos Tribunais e no Ministério Público, aprimorar a reinserção social dos ex-reclusos, modernizar os serviços da Polícia Judiciária e garantir o acesso online dos cidadãos à grande maioria dos serviços dos RNI.

Viabilizará a instalação do Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses, do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, a implementação da mediação, do Plano de Reinserção Social, do Plano de Redução de Pendências nos Tribunais das Comarcas, e no Ministério Público, a operacionalização do Sistema de Informação de Justiça, a edificação do Campus de Justiça da Praia, o desenvolvimento do Sistema Automatizado de Impressões Digitais (AFIS), a modernização do Laboratório de Perícia Técnica e a instalação e Funcionamento do Centro de Colheita e Recolha de Dados Policiais (CCRDP).

### **V.2.20. Compromisso com a Diáspora**

Com o OE 2026, o Governo reforça o compromisso com a Diáspora Cabo-verdiana priorizando o apoio à comunidade cabo-verdiana na Diáspora, a campanha de aquisição de nacionalidade, a reforma legislativa, o projeto Diáspora de Sucesso, o Congresso Internacional de Quadros, o Conselho das Comunidades e a Semana Municipal das Comunidades da Diáspora. Promoverá a assistência jurídica ás comunidades emigradas, a instalação de Centros Culturais e Casas de Cabo Verde e a criação do Museu da Diáspora Cabo-verdiana. Priorizará o reforço da participação da Diáspora nas próximas eleições legislativas e presidenciais, a expansão das Convenções de Segurança Social, a proteção de investimentos da Diáspora e a promoção da cultura cabo-verdiana.

### **V.2.21. Diplomacia cabo-verdiana**

O OE 2026 apostará no novo paradigma da diplomacia cabo-verdiana para o aumento do prestígio internacional de Cabo Verde, fazer da diáspora uma centralidade e

promover novas modalidades de gestão da dívida externa e a mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento sustentável.

O orçamento do Estado 2026 priorizará a diplomacia para consolidar a integração regional, a Diplomacia Climática e a implementação da Estratégia Nacional SIDS. Viabilizará a elaboração da Estratégia Nacional de Política Externa, a capacitação técnica, a Conferência Anual de Política Externa e promoverá a conversão do serviço da dívida em investimento climático.

O OE 2026 priorizará a integração no ecossistema de investigação e de desenvolvimento da ciência, a qualificação das respostas às demandas de Serviços Consulares nas Embaixadas, os Consulados Honorários, o Novo Acordo de Facilitação de Vistos e o Acordo de Readmissão, o aprofundamento da diplomacia para o comércio internacional.

O Orçamento do Estado 2026 priorizará a diplomacia económica em direção aos países africanos da CPLP e da CEDEAO, o reforço da Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia, a participação de Cabo Verde nas exposições mundiais e a cooperação estatística com os 25 principais Países de acolhimento dos Cabo-verdianos.

### **V.2.22. Sistema de Informação**

O OE 2026 priorizará o Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável em ordem a concluir com sucesso a execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística - ENDE 2022-2026, criar e implementar a Estratégia Nacional de Dados e a criação e implementação do Centro de Inteligência e Políticas Públicas, valorizando as elites nacionais e da Diáspora e a capacidade científica da academia, ao serviço do desenvolvimento sustentável.

### **V.2.23. Consolidação da democracia**

O OE 2026 deverá contribuir para a consolidação da democracia, posicionando Cabo Verde entre os 20 (vinte) melhores no Ranking na Liberdade de expressão e de baixa percepção da corrupção, o reforço da independência e do pluralismo da comunicação

social, uma justiça célere e eficaz, o reforço do dialogo e articulação com o setor privado, da parceria com as ONG e organizações da sociedade civil para a promoção de inclusão, equidade e impulsionar o crescimento económico e o emprego.

#### **V.2.24. Reforço da Segurança Nacional**

A estabilidade e a segurança, a paz social e a confiança são alicerces fundamentais para o desenvolvimento sustentável. O OE 2026 alinha-se com a Ambição 2030, ou seja, um ambiente securitário em Cabo Verde que promova o pleno desenvolvimento e prosperidade dos cidadãos, num contexto de paz, segurança, exercício consciente e participativo de cidadania e respeito pelos direitos fundamentais do ser humano.

O OE 2026 alinha-se também com a Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastre (ENRRD) e deverá viabilizar a prevenção da violência e do crime, da criminalidade grave, violenta e organizada, bem como o controlo e fiscalização das fronteiras aéreas e marítimas.

O orçamento do Estado 2026 priorizará a implementação do Plano Nacional Estratégico de Segurança Rodoviária 2021-2030, o reforço e alargamento dos mecanismos de fiscalização rodoviária, o desenvolvimento da cibersegurança, a institucionalização da governança dos riscos, no quadro da ENRRD e medidas para manter elevada a confiança da população e aumentar a participação de mulheres nas Forças Armadas e sobretudo a redução da proporção de ilícitudes na ZEE.

O OE 2026 atenderá também as prioridades dos programas Desenvolvimento da Cultura e das Indústrias Criativas, Cabo Verde Plataforma do Desporto, Ambiente Biodiversidade e Geodiversidade, Desenvolvimento urbano e gestão do território, coesão territorial e priorizará as infraestruturas públicas no âmbito do Programa Infraestruturas Modernas e Seguras.

## VI. POLÍTICA DE RENDIMENTOS E PREÇOS

Num cenário internacional marcado por elevada incerteza geopolítica e económica, perspetiva-se para o ano de 2026 um agravamento do custo de vida, um possível aumento das taxas de juro e o endurecimento das condições financeiras em diversas regiões do globo. Globalmente, perspetiva-se que os bancos centrais adotem políticas monetárias mais restritivas, nomeadamente através do aumento das taxas de juro de referência e da redução da liquidez nos mercados. Esta orientação, conjugada com riscos sistémicos e tensões geopolíticas persistentes, poderá exercer pressões negativas sobre a dinâmica do crescimento económico mundial a médio prazo, com repercussões adversas sobre o investimento, o consumo e o comércio internacional.

O Orçamento do Estado de 2026 consolidará os ganhos de bem-estar dos cabo-verdianos através do aumento do rendimento disponível, nomeadamente com o aumento do salário mínimo, a consolidação dos PCFR dos professores e do pessoal da educação, as exonerações fiscais, a expansão do emprego, especialmente no meio rural, o aumento dos salários no setor privado, em conformidade com o Acordo de Concertação Estratégica, e o reforço das transferências sociais.

Neste contexto, para o exercício económico de 2026, o Governo de Cabo Verde deverá adotar uma política de rendimentos e preços que concilie a justiça social, a competitividade e a sustentabilidade macroeconómica. O diálogo social continuará a ser um pilar fundamental da ação governativa, visando a construção de consensos alargados com os parceiros sociais em torno de medidas equilibradas, realistas e sustentáveis.

A política orçamental e salarial deverá manter um perfil prudente, ancorado na consolidação das contas públicas e na promoção de um crescimento económico inclusivo. No entanto, poderão ser acionadas medidas mitigadoras, ajustadas à evolução do contexto externo, nomeadamente no que se refere a eventuais impactos de guerras comerciais, com o objetivo de estabilizar os custos de produção e reforçar o poder de compra das famílias, especialmente das mais vulneráveis.

Num ambiente externo volátil, os objetivos da política de rendimentos deverão manter-se alinhados com a necessidade de consolidar o processo de desinflação. A preservação da estabilidade macroeconómica continuará a ser uma prioridade estratégica do Governo, como condição essencial para assegurar um ambiente propício ao crescimento sustentável, à melhoria do bem-estar da população e à manutenção da confiança dos investidores, nacionais e estrangeiros.

### **VI.1. Massa Salarial da Administração Pública**

A massa salarial da Administração Pública desempenha um papel central na política de rendimentos e preços, uma vez que representa uma parcela expressiva dos rendimentos das famílias cabo-verdianas. Representando cerca de 33% da despesa total do Orçamento do Estado, constitui uma das maiores componentes da despesa corrente, refletindo o peso estrutural do setor público na economia nacional.

O seu impacto é direto e significativo sobre a sustentabilidade das contas públicas, influenciando o equilíbrio orçamental e a margem de manobra do Estado para financiar áreas prioritárias, como os investimentos em infraestruturas, educação e saúde. Um crescimento descontrolado da massa salarial pode comprometer a disciplina fiscal, restringir a capacidade de resposta a choques externos e reduzir o espaço orçamental para políticas públicas essenciais. Por isso, a sua gestão deve ser criteriosa, ancorada em princípios de equidade, produtividade e responsabilidade fiscal.

A política salarial no setor público deve, assim, ser delineada de forma estratégica: promovendo justiça social, mas sem comprometer a sustentabilidade macroeconómica. Um aumento salarial sustentável pode estimular o consumo interno, dinamizar a atividade económica e reforçar o poder de compra das famílias. Contudo, deve ser compatível com os objetivos fiscais, a evolução da produtividade e a capacidade financeira do Estado. A contenção e racionalização da massa salarial continuam, por isso, a ser essenciais para garantir a disciplina orçamental e o controlo da inflação.

No quadro da modernização da Administração Pública, a nova Lei de Bases do Emprego Público introduziu melhorias significativas nos instrumentos de gestão de recursos

humanos, promovendo a sua atualização e modernização estrutural. Um dos principais marcos desta reforma é o Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR), que visa a estruturação coerente, justa e equilibrada das carreiras públicas, assegurando que as remunerações reflitam o grau de responsabilidade, exigência e complexidade das funções exercidas.

A implementação do PCFR conduziu à adequação dos níveis remuneratórios, traduzindo-se num aumento real das remunerações. Para o exercício económico de 2025, o Governo procedeu à atualização do salário mínimo na função pública para 19.000 escudos cabo-verdianos, representando um aumento significativo da massa salarial, comparativamente aos anos anteriores.

Para 2026, projeta-se a continuidade da valorização salarial na Administração Pública, com enfoque na valorização dos trabalhadores e no reforço da eficiência do serviço público. Estão alocados cerca de 1,3 mil milhões de escudos para suportar aumentos salariais, com destaque para:

- A consolidação do PCFR no regime geral;
- A valorização dos profissionais do Ministério da Saúde;
- A atualização remuneratória dos Magistrados;
- A regularização de vínculos precários, promovendo estabilidade e motivação no seio dos servidores públicos.

Com estas medidas, o Governo reafirma o seu compromisso com uma política salarial orientada para a justiça, motivação e desempenho, em equilíbrio com a responsabilidade fiscal e os desafios macroeconómicos do país.

**Tabela 5 – Massa Salarial da Administração Central 2010-2025**

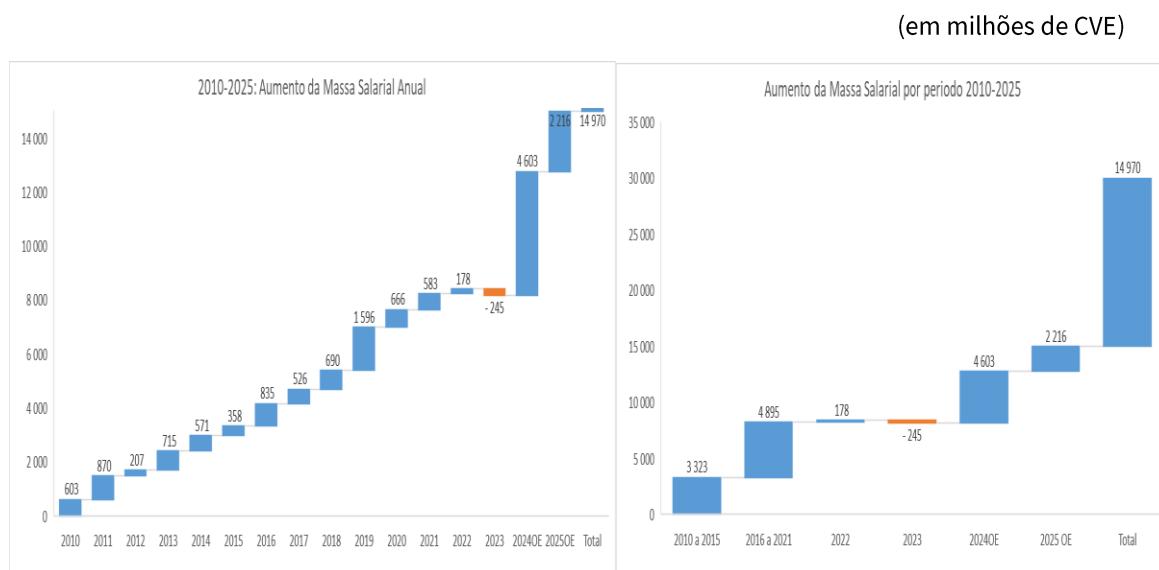
(em milhões de CVE)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 OE	2025 OE
Despesas com Pessoal	14 810	15 679	15 886	16 601	17 172	17 530	18 365	18 891	19 580	21 177	21 842	22 425	22 603	22 358	26 961	29 177
Var. DP (em milhões CVE)	603	870	207	715	571	358	835	526	690	1 596	666	583	178	-245	4 603	22 216
Var. DP (em %)	4,2%	5,9%	1,3%	4,5%	3,4%	2,1%	4,8%	2,9%	3,7%	8,2%	3,1%	2,7%	0,8%	-1,1%	20,6%	8,2%
DP em % PIB	9,7%	9,7%	9,6%	9,8%	10,1%	10,1%	10,0%	9,7%	9,5%	9,5%	12,4%	11,7%	9,6%	8,6%	9,6%	9,6%

**Fonte:** Contas do Estado: <https://www.mf.gov.cv/web/dnocp/contas-geral-do-estado>

Entre 2015 e 2025, a massa salarial registou um aumento acumulado de aproximadamente 66%, refletindo a valorização progressiva dos rendimentos na Administração Pública ao longo da última década.

**Gráfico 6 – Aumento da Massa Salarial de 2010 a 2025**



**Fonte:** Contas do Estado: <https://www.mf.gov.cv/web/dnocp/contas-geral-do-estado>

Entre 2010 e 2015, a massa salarial da Administração Pública registou um acréscimo acumulado de cerca de 3,3 mil milhões de escudos cabo-verdianos (CVE). No período subsequente, de 2016 a 2021, esse aumento foi ainda mais expressivo, atingindo aproximadamente 4,9 mil milhões de CVE, o que representa um diferencial de 1,6 mil milhões de CVE entre os dois quinquénios analisados. Para o ano económico de 2025, projeta-se um acréscimo adicional na ordem dos 6,5 mil milhões de CVE em relação a 2024, refletindo, entre outros fatores, o impacto contínuo da implementação de políticas de valorização remuneratória no setor público.

A análise da evolução da massa salarial, especialmente quando associada à trajetória dos salários médios, demonstra que o crescimento verificado não se deve exclusivamente ao ingresso de novos funcionários na Administração Pública. Pelo contrário, constata-se que o principal fator subjacente a esse aumento é a valorização progressiva das remunerações dos quadros já existentes. Essa valorização resulta, em larga medida, da implementação de medidas estruturantes, nomeadamente o Plano de

Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a regularização dos retroativos e vínculos precários, bem como a introdução do Plano de Cargos, Funções e Remunerações (PCFR).

Entre 2016 e 2024, o salário médio dos funcionários públicos registou um crescimento acumulado de aproximadamente 21%, o que reflete o compromisso do Estado com uma política de reestruturação salarial orientada para a valorização do capital humano, a promoção da equidade interna e a modernização da Administração Pública.

**Tabela 6 – Evolução do Salário Médio, 2016-2024**

(em CVE)

Regimes	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Salário médio mensal segurado dos trabalhadores da Função Pública</b>	<b>54 524</b>	<b>55 252</b>	<b>57 324</b>	<b>59 030</b>	<b>62 103</b>	<b>63 684</b>	<b>63 056</b>	<b>62 277</b>	<b>65 836</b>
Regime Atual	54 930	56 100	59 296	62 031	64 546	65 559	64 616	63 208	68 270
Regime Novo	53 893	54 059	55 161	55 620	59 849	62 070	62 090	61 601	64 117
Salário Mínimo	11 000	12 000	13 000	13 000	13 000	13 000	13 000	14 000	16 000

**Fonte:** INPS

Ao longo dos últimos nove anos, a massa salarial na Administração Pública de Cabo Verde registou uma evolução significativa, impulsionada tanto por fatores externos como por medidas internas de reposição de direitos dos trabalhadores. Esta trajetória ascendente refletiu-se em sucessivas atualizações salariais, reenquadramentos funcionais e na aplicação progressiva dos respetivos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

Em 2024, essa tendência foi substancialmente reforçada com a introdução do Plano de Cargos, Funções e Remunerações (PCFR), que instituiu uma abordagem mais estruturada e equitativa da valorização remuneratória. Paralelamente, o Governo avançou com a regularização de múltiplas situações de precariedade no seio da Administração Pública, contribuindo para a estabilidade laboral e o reforço do vínculo institucional com os trabalhadores do Estado. Todos estes fatores estruturantes têm concorrido para o fortalecimento da remuneração e da atratividade do setor público.

Por outro lado, a trajetória da inflação em Cabo Verde entre 2016 e 2025 revela a resiliência da economia nacional perante choques externos relevantes. Apesar de um pico inflacionário registrado em 2022, o país conseguiu estabilizar a evolução dos preços, fruto da adoção de políticas económicas eficazes e da progressiva normalização dos mercados

internacionais. A atuação vigilante do Banco de Cabo Verde, aliada à manutenção de políticas macroeconómicas prudentes, continuará a ser determinante para assegurar a estabilidade de preços e preservar o poder de compra das famílias cabo-verdianas.

**Tabela 7 – Evolução da taxa de inflação nacional, 2016 – 2024**

Ano	Taxa de Inflação Nacional
2016	-1,4
2017	0,8
2018	1,3
2019	1,1
2020	0,6
2021	1,9
2022	7,9
2023	3,1
2024	1,0

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística

Entre 2016 e 2019, a inflação em Cabo Verde manteve-se estável, com taxas moderadas a oscilar entre 1% e 2%, refletindo o impacto positivo de políticas macroeconómicas prudentes, da estabilidade cambial e da baixa pressão externa sobre os preços. Este período foi marcado por um ambiente de relativa normalidade económica e contenção das pressões inflacionistas.

Em 2020, com o impacto da pandemia da covid-19, registou-se uma forte desaceleração da atividade económica e da procura interna, resultando numa taxa de inflação de apenas 0,6%, a mais baixa da década. Este abrandamento foi reflexo direto da contração da economia e da incerteza generalizada nos mercados.

A partir de 2021, iniciou-se uma trajetória ascendente da inflação, que atingiu 1,9%, impulsionada pela retoma gradual da atividade económica e pela escalada dos preços internacionais, sobretudo no setor dos combustíveis. Em 2022, verificou-se um pico inflacionário de 7,9%, o mais elevado desde 2013, motivado essencialmente por choques externos decorrentes da guerra na Ucrânia, que provocaram aumentos significativos nos preços dos bens alimentares e energéticos importados.

Em 2023, a inflação desacelerou para 3,1%, refletindo a normalização parcial dos mercados internacionais e o impacto das políticas internas de contenção de preços e

proteção dos consumidores. Em 2024, a taxa de inflação desceu ainda mais, para 1,4%, sinalizando uma recuperação mais firme da estabilidade de preços. No primeiro trimestre de 2025, a inflação homóloga situou-se em 1,6% em março (1,5% em fevereiro), influenciada por variações pontuais nos preços de bens e serviços não alimentares.

A evolução inflacionária no período analisado evidencia a elevada sensibilidade da economia cabo-verdiana a choques externos, reflexo da sua forte dependência de bens importados. A contenção da inflação após os choques mais severos deveu-se, em grande medida, à manutenção da estabilidade cambial, ao papel contracíclico do Estado e à prudência da política monetária conduzida pelo Banco de Cabo Verde.

Esta trajetória evidencia a importância da resiliência institucional e da vigilância macroeconómica contínua na preservação da estabilidade de preços, particularmente em economias de pequena dimensão, abertas e vulneráveis como a de Cabo Verde.

Tabela 8 – PCCS Implementados e Respetivos Impactos de 2016 a 2026 (em CVE)

Ministério	Subsector	IMPACTO	Implementação Ano (Impacto atualizado 2025)										
			TOTAL	OE 2016	OE 2017	OE 2018	OE 2019	OE 2020	OE 2021	OE 2022	OE 2023	OE 2024	2025
MSSS	Médicos	538 380 178	0		155 955 747		0	0	0	0		115 658 231	266 766 200
	Enfermeiros	1 288 065 825	0	0	100 000 000	56 225 984	0	0	0	0		215 000 000	916 839 841
	Estatuto HAN	1 044 000	0	1 044 000		0	0	0	0	0			
	Carreira técnica	85 735 728										35 000 000	50 735 728
	Recrutamentos/Ajustes Est.Saude												
	INSP	16 310 796								4 077 699	12 233 097		
	Transição de Enfermeiros	34 102 200								1 068 430	11 739 986	21 293 784	
	Transição de Médicos	7 769 712								1 495 962	1 592 526	4 681 224	
	<b>Total MSSS</b>	<b>1 971 408 439</b>	<b>0</b>	<b>1 044 000</b>	<b>255 955 747</b>	<b>56 225 984</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 642 091</b>	<b>25 565 609</b>	<b>391 633 239</b>	<b>1 234 341 769</b>
ME	Carreira Docente	2 482 278 380	334 621 978	133 739 098	211 576 562	210 000 000	101 127 340			50 544 201	105 539 142	1 335 130 059	575 073 890
	Inspeção da Educação	6 655 356	655 356	-	6 000 000	-	-	-					
	FICASE	3 635 362	3 635 362	-	-	-	-	-					34 549 073
	<b>Total ME</b>	<b>3 067 642 988</b>	<b>338 912 696</b>	<b>133 739 098</b>	<b>217 576 562</b>	<b>210 000 000</b>	<b>101 127 340</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>50 544 201</b>	<b>105 539 142</b>	<b>1 335 130 059</b>	<b>575 073 890</b>
MJ	Polícia Judiciária	48 655 060	0	30 370 824	18 284 236	-	-	-	-				
	Estatuto do Pessoal de RNI	3 627 876	0	3 627 876	0	0	0	0	0				
	Estatutos do Pessoal CNDHC	0	0	0	0	0	0	0	0				
	UIF	3 600 000								3 600 000	0		
	Inspeção Geral do Trabalho	5 000 000	0	-	5 000 000	-	-	-	-				
	<b>Total MJ</b>	<b>60 882 936</b>	<b>0</b>	<b>33 998 700</b>	<b>23 284 236</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 600 000</b>	<b>0</b>		
CHGOV	CEJUR	5 439 276	5 439 276	0	0	-	-	-	-				
	<b>Total CHGOV</b>	<b>5 439 276</b>	<b>5 439 276</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>				
MAI	SNPC	8 204 217								1 755 155	6 449 062		
	Polícia Nacional	584 533 969			376 000 000	114 688 318	0			82 000 000	11 845 651		
	<b>Total MAI</b>	<b>592 738 186</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>376 000 000</b>	<b>114 688 318</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 755 155</b>	<b>88 449 062</b>	<b>11 845 651</b>	<b>0</b>
MAA	INMG	51 644 467								24 835 457	<b>26 809 010</b>		
	<b>Total MAA</b>	<b>51 644 467</b>								<b>24 835 457</b>	26 809 010		
MDEFESA	Forças Armadas	1 361 555 856				118 000 000	0	0	0	1 243 555 856			
	<b>Total MDEFESA</b>	<b>1 361 555 856</b>				<b>0</b>	<b>118 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 243 555 856</b>	<b>0</b>		
MIHOT	INGT	5 205 599				5 205 599							
	<b>Total MIHOT</b>	<b>5 205 599</b>				<b>0</b>	<b>5 205 599</b>		<b>0</b>	<b>0</b>			

Ministério	Subsector	IMPACTO	Implementação Ano (Impacto atualizado 2025)											
			TOTAL	OE 2016	OE 2017	OE 2018	OE 2019	OE 2020	OE 2021	OE 2022	OE 2023	OE 2024	2025	2026
MNEC	Diplomatas e Tecnicos	116 972 687	40 238 607	71 300 000								5 434 080	5 599 980	
	Total MNEC	116 972 687	40 238 607	71 300 000		0	0	0	0	0	0	5 434 080	5 599 980	
MFIS	ICCA	42 881 792	0	0		15 758 986					4 762 242	22 360 564		
	ICIEG	1 466 885										1 466 885		
	CNPS	3 690 048					922 512	2 767 536						
	AAI	734 328									734 328			
	Total MFIS	48 773 053	0	0	0	15 758 986	922 512	2 767 536	0	5 496 570	23 827 449			
OSOB	CSMP e CSMJ (oficiais)	54 873 464	0	2 353 464	52 520 000	-	-	-	-				41 848 959	
	TCCV	10 441 279	10 441 279	-										
	PR	27 342 545									13 420 226	13 922 319		
	T.Constitucional	9 818 609									3 339 885	6 478 724		
	Total OSOB	144 324 856	10 441 279	2 353 464	52 520 000	0	0	0	0	0	16 760 111	20 401 043	41 848 959	0
MAR	IM	24 590 328									4 918 065	19 672 263		
	Total MAR	24 590 328					0	0	0	0	4 918 065	19 672 263		
MICE	IGAE (Estatuto dos Inspectores)	7 000 000					7 000 000							
	Total MICE	7 000 000					7 000 000					0		
MCIC	BNCV	2 861 292					0				2 861 292			
	IPC	2 184 948					2 184 948							
	AHNCV	2 956 920					0				2 956 920			
	CNAD	226 995					45 399	181 596						
	Total MCIC	8 230 155					2 184 948	45 399	181 596	5 818 212	0			
MF	Técnicos de Receitas (reforço de técnico)	39 801 504	0	24 801 504	15 000 000	-	-	-	-					
	Estatuto da DNRE	36 000 000							36 000 000		4 338 144			
	Inspeção Geral das Finanças	4 398 685	4 398 685	-	-	-	-	-	-					
	Estatuto do IEFP	15 000 000					15 000 000							
	Estatuto Pessoal dirigente ARAP	0												
	Estatuto Pessoal dirigente Pro-Empresa	0												
	Técnicos de Finanças	5 979 960	5 979 960	-	-	-	-	-	-					
	Estatuto do CVTI	0												
	Estatuto do DNP	3 469 480									3 469 480			
Total MF		108 987 773	10 378 645	24 801 504	15 000 000	0	15 000 000	36 000 000	0	7 807 624	0			
PCFR												375 855 406		
TOTAL GERAL		7 570 191 000	405 410 503	267 236 766	564 336 545	657 984 970	364 128 717	38 812 935	181 596	227 697 614	691 553 065	1 786 057 888	1 809 415 659	

Fonte: MF

## VI.2. Subsídio de Desemprego

O subsídio de desemprego constitui uma expressão concreta do compromisso do Governo de Cabo Verde com a proteção da dignidade dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Num país de economia aberta e altamente exposto a choques externos, esta medida reforça de forma estratégica a rede de proteção social, assegurando uma resposta célere e eficaz às famílias afetadas pelo desemprego.

A política do Governo é clara: **ninguém deve ser deixado para trás**. Nesse sentido, o subsídio de desemprego vai além do apoio financeiro temporário, integra-se numa abordagem mais ampla de inclusão produtiva, que contempla programas ativos de emprego, nomeadamente ações de formação profissional, requalificação de competências e reinserção no mercado de trabalho.

Trata-se, portanto, não apenas de uma prestação compensatória, mas de um verdadeiro instrumento de justiça social e de promoção da empregabilidade, que protege no presente e prepara para o futuro.

Com vista a institucionalizar esta dimensão social da proteção ao desemprego, foi criado o subsídio de desemprego pelo Decreto-Lei n.º 15/2015, de 5 de março de 2016, cuja implementação prática teve início em 2017, com o arranque das contribuições para o regime entre julho e agosto desse ano. Os primeiros pagamentos aos beneficiários foram efetuados em fevereiro de 2018, conforme demonstrado na tabela infra.

**Tabela 9 – Evolução do subsídio de desemprego pago anualmente, 2018 a 2024**

Rubrica	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº de Beneficiários	234	873	2 251	1 283	761	1 308	1 454
Valor pago	10 550	44 153	131 642	63 414	39 161	61 335	71 291

**Fonte:** INPS

O número de beneficiários do subsídio de desemprego em Cabo Verde registou um crescimento acentuado em 2020, em virtude da recessão económica de 20,8% provocada pelos efeitos da pandemia da covid-19. Este choque sem precedentes levou à destruição de cerca de 19.700 postos de trabalho, incluindo segurados com direito ao

subsídio de desemprego. Como consequência imediata, verificou-se uma significativa redução do rendimento disponível das famílias e uma contração do consumo privado.

Nos anos subsequentes, com a retoma gradual da atividade económica e a forte dinâmica de crescimento, estimada em 7,0% em 2021 e 17,4% em 2022, o número de beneficiários reduziu-se consideravelmente, situando-se em 1.281 em 2021 e 761 em 2022. Esta tendência refletiu a reabsorção de parte da força de trabalho, em linha com a recuperação do mercado laboral.

Contudo, em 2023, observou-se uma nova subida no número de beneficiários, que atingiu 1.308 pessoas. Este acréscimo resulta de uma combinação de fatores. Em 2022, apesar da criação líquida de cerca de 4.000 empregos em comparação com 2020, o número total de postos de trabalho permaneceu 15.800 abaixo dos níveis pré-pandemia (2019). Importa ainda destacar que, nesse mesmo ano, o INPS cessou o pagamento do benefício associado à suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off), o que poderá ter impulsionado uma maior procura pelo subsídio de desemprego em 2023.

Paralelamente, a economia cabo-verdiana registou, em 2023, uma taxa de crescimento real de 5,1%. Apesar da resiliência global do mercado de trabalho, setores como as indústrias transformadoras, o alojamento e restauração, a construção civil e o comércio por grosso e a retalho voltaram a ser afetados por fenómenos de sazonalidade e pela alta rotatividade da mão-de-obra, contribuindo para o aumento do desemprego sazonal e, consequentemente, do número de pedidos de subsídio.

Em 2024, o número de beneficiários voltou a crescer, atingindo 1.454 pessoas, o que representa um aumento de 11% (mais 146 beneficiários) face ao ano anterior. Este crescimento explica-se, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- A persistência da sazonalidade e mobilidade da mão-de-obra nos setores das indústrias transformadoras e do alojamento e restauração (restaurantes e similares), que continuam a ser os mais afetados. Estes dois setores concentraram 78% dos pedidos de subsídio de desemprego registados em 2024.

- A origem das solicitações foi maioritariamente de empresas de grande dimensão, com elevados contingentes de trabalhadores, o que explica a concentração do impacto em segmentos específicos do tecido empresarial.

### VI.3. Salário Mínimo

O aumento do salário mínimo em Cabo Verde representa uma conquista histórica e traduz um sinal inequívoco do compromisso do Governo com a dignidade, a justiça social e a valorização do trabalho. Ao elevar os rendimentos dos que auferem salários mais baixos, o país dá um passo decisivo no combate às desigualdades e na promoção de uma distribuição mais equitativa da riqueza nacional. Esta medida é fruto de uma decisão política centrada nas pessoas, que visa reforçar o poder de compra das famílias, estimular o consumo interno e dinamizar a economia.

O objetivo do Governo é claro, ou seja, é assegurar que o crescimento económico seja inclusivo, beneficie a todos e se traduza em ganhos concretos para os cidadãos, de forma sustentável. Em 2025, foi implementado um aumento significativo do salário mínimo:

- No setor privado, passou de 15.000 CVE para 17.000 CVE;
- Na Administração Pública, evoluiu de 16.000 CVE para 19.000 CVE.

Este reforço evidencia o empenho do Governo na valorização contínua dos trabalhadores e na melhoria efetiva do poder de compra da população. Em articulação estreita com os parceiros sociais, o Governo tem vindo a garantir que a evolução dos salários acompanhe o desempenho da economia e responda às necessidades crescentes da sociedade.

Neste quadro, foi assumido, no âmbito do Conselho de Concertação Social, o compromisso de convergência dos salários mínimos do setor público e privado até 2027, com a proposta de elevação para 20.000 CVE, representando um aumento acumulado de 82% desde a criação do salário mínimo nacional em 2013.

Estas medidas inserem-se numa estratégia mais ampla de promoção da justiça social, inclusão produtiva e coesão económica, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a visão de um país mais justo, resiliente e centrado nas pessoas.

#### **VI.4. Políticas Ativas de Emprego e de Empregabilidade**

O setor da formação profissional e do emprego assume um papel de capital importância no desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde, ao ser responsável pela capacitação e qualificação da mão-de-obra nacional em alinhamento com as exigências do setor produtivo.

As Políticas Ativas de Emprego (PAE) têm-se afirmado como instrumentos estratégicos fundamentais na agenda do Governo de Cabo Verde para a promoção do emprego digno, o reforço da empregabilidade e a redução do desemprego, com especial enfoque em grupos vulneráveis, como os jovens e as mulheres.

Neste quadro, as PAE revelam-se cruciais para dinamizar a economia, estimular a produtividade e promover a inclusão social. Entre as principais medidas implementadas destacam-se programas de formação profissional, estágios profissionais, incentivos à contratação, fomento ao autoemprego e ao empreendedorismo, bem como ações específicas de apoio à transição dos jovens para o mercado de trabalho.

Estas políticas refletem o compromisso do Estado com a criação de oportunidades sustentáveis e a valorização do capital humano como eixo central da estratégia de desenvolvimento nacional, entre outras políticas, designadamente:

- O reforço do investimento na qualificação, empregabilidade e empreendedorismo dos jovens, associado à formação, inserção e a assistência técnica e apostando numa oferta formativa voltada para o empreendedorismo e intra-empreendedorismo e a promoção da inovação e talentos em áreas de futuro, bem como o aprofundamento da oferta de formação para a requalificação de jovens que saíram do sistema de ensino/formação há algum tempo e com dificuldades de inserção profissional;

- A montagem de unidades móveis de formação para promover o acesso, particularmente dos grupos mais desfavorecidos e com dificuldades de mobilidade;
- A promoção de um quadro mínimo de formadores internos tecnicamente e pedagogicamente preparados para assumir a execução e coordenação de cursos e a sistematização e digitalização de recursos técnicos e pedagógicos;
- Elevar o índice de satisfação das ofertas de qualificação profissional às necessidades do mercado de trabalho, massificar a certificação profissional através do processo RVCC, elevar a adequação das ofertas formativas às necessidades do mercado de trabalho;
- A dinamização de formação profissional a distância, criando designadamente repositórios digitais de informação, fóruns, comunidades online de estudantes, webinars, rede social, blogs e vlog, redes sociais de ensino e aprendizagem, moocs, bem como criar e produzir vídeo-aulas temáticas e cursos em e-learning e b-learning;
- A introdução de tecnologias digitais e o investimento em competências para a economia verde e azul são áreas emergentes nas estratégias de empregabilidade. As Políticas Ativas de Emprego são, assim, cada vez mais adaptadas às dinâmicas do mercado global e às exigências da economia moderna;
- O reforço das infraestruturas e dos sistemas tecnológicos dos Centros de Formação e Escolas Técnicas para apoiar a implementação de projetos estruturantes e a inovação das ofertas e metodologias de formação, incluindo descentralização e ensino à distância;
- Orientar a formação profissional para o programa de aceleração da transição da eco-nomia informal para o formal em articulação com os mecanismos de promoção do empreendedorismo;
- Os investimentos em estágios profissionais para jovens, na orientação profissional e na intermediação laboral, reforçando a capacidade de inserção dos ativos no mercado de trabalho;

- Regime de estágios profissionais remunerados em empresas e subsidiação e incentivos fiscais às empresas contratantes de jovens estagiários (dedução à coleta);
- Investimentos em formação profissional e estágios profissionais com adequação das ofertas de formação ao mercado de trabalho (desde 6º de escolaridade até à formação de jovens licenciados e à reconversão profissional), cobertura regional abrangendo todos os concelhos do país, criação e reabilitação de Centros de Emprego e Formação Profissional e acreditação de novas entidades formadoras;
- Carteiras profissionais para a regulação do acesso e exercício de profissões de recepcionista de hotel, cozinheiro, empregado de mesa e bar, pasteleiro, guia turístico; e
- Ecossistema de Fomento Empresarial com quadro institucional e instrumentos integrados, nomeadamente, a assistência técnica e orientação no acesso ao crédito, o aconselhamento e seguimento, bem como a concessão de garantias, o capital de risco, linhas de crédito bancárias, bonificação de taxas de juro, incentivos fiscais e financeiros.

## VI.5. Política de Proteção Social e de Rendimentos

A Política de Proteção Social e de Rendimentos em Cabo Verde constitui uma prioridade estratégica do Estado, assumindo-se como um instrumento fundamental de coesão social, justiça distributiva e combate à pobreza estrutural. Trata-se de uma política pública com forte dimensão redistributiva, orientada para a garantia da dignidade humana, a promoção da equidade e a consolidação do Estado Social.

Nos últimos anos, o Governo tem vindo a reforçar os mecanismos de proteção social, com destaque para o programa Rendimento Social de Inclusão (RSI), cuja base de beneficiários foi significativamente alargada. Em 2024, o número de famílias abrangidas passou de 2.600 para mais de 9.000, com a meta ambiciosa de erradicar a pobreza extrema até 2026. Neste contexto, o reforço do Fundo Mais foi igualmente expressivo, com uma dotação de 694 milhões de escudos cabo-verdianos, dos quais 80% são destinados ao financiamento do RSI.

Atualmente, o sistema de proteção social cobre mais de 60% da população. A taxa de cobertura entre idosos situa-se em 76,7% e entre crianças em 47,8%. A pensão social básica foi fixada em 6.000 escudos, representando cerca de 35% do salário mínimo e situando-se acima do limiar internacional da pobreza extrema. Estes indicadores demonstram o progresso significativo de Cabo Verde rumo à universalização da proteção social.

A Política de Proteção Social e de Rendimentos é também um eixo estruturante do desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável do país. No domínio dos rendimentos, destaca-se a atualização do salário mínimo para 17.000 escudos em 2025, uma decisão com forte impacto social e político, orientada para a valorização do trabalho e a manutenção do poder de compra das famílias. Entre 2016 e 2023, o rendimento per capita aumentou de 3.737 USD para 5.248 USD, evidenciando progressos na capacidade aquisitiva dos cidadãos. Adicionalmente, o Governo implementou uma política de preços e isenções fiscais socialmente orientada, incluindo:

- Redução do IVA na eletricidade e na água;
- Aumento do desconto da tarifa social de eletricidade de 30% para 50%;
- Bonificação do crédito para aquisição de habitação e terrenos para construção;
- Revisão das taxas de direitos de importação: gasolina (de 20% para 10%) e fuel 380 (de 5% para 0%);
- Alteração do Imposto sobre o Consumo Especial (ICE): passando de uma taxa ad valorem de 10% para um valor fixo de 6\$/litro no gasóleo e na gasolina; e
- Bonificação do preço da ração animal produzida localmente.

Estas medidas refletem uma orientação progressista da política económica nacional, focada na justiça social, na proteção dos mais vulneráveis e na construção de um modelo de desenvolvimento que seja economicamente sustentável e socialmente inclusivo.

## VI.6. Política Monetária

O Banco de Cabo Verde (BCV) deverá manter como objetivo central a preservação da estabilidade macroeconómica, com especial enfoque no controlo da inflação, na

salvaguarda da competitividade externa e na defesa da paridade fixa entre o Escudo Cabo-verdiano e o Euro. A credibilidade do regime de câmbio fixo permanece um dos pilares fundamentais da confiança no sistema económico e financeiro nacional.

Num contexto internacional marcado por persistentes choques externos, incluindo tensões geopolíticas, alterações climáticas, guerras comerciais e instabilidade nos mercados energéticos, torna-se ainda mais evidente que a manutenção da estabilidade dos preços constitui o principal contributo que a política monetária pode oferecer para a criação de um ambiente económico estável, propício ao investimento, à geração de emprego e à promoção de um crescimento inclusivo e sustentável.

Tabela 10 – Evolução das Transferências às Famílias, 2015 a 2025

ECONÓMICAS BENEFÍCIOS SOCIAIS (02.07)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 Prov.	2025 OE	
02.07.01.01.01 - Pensões de aposentação	2 810 294 377	3 202 670 012	3 526 455 522	3 951 493 718	4 375 103 926	4 799 509 900	5 079 389 845	5 448 730 618	5 883 018 824	6 257 509 113	6 540 259 640	
02.07.01.01.02 - Pensões de sobrevivência	185 440 825	209 913 634	233 276 613	250 241 168	267 965 279	290 088 409	325 445 427	361 719 881	411 105 318	462 913 519	453 819 250	
02.07.01.01.03 - Pensões do regime não contributivo	1 377 019 217	1 403 376 235	1 441 617 106	1 524 087 476	1 897 355 337	1 921 353 252	1 931 313 905	1 920 763 933	2 121 456 367	2 170 868 378	2 201 559 357	
02.07.01.01.04 - Pensões de reserva	66 961 048	55 372 225	34 367 334	27 452 942	24 789 496	26 599 547	25 737 933	24 812 836	30 660 196	32 434 206	15 649 040	
02.07.01.01.05 - Pensões de ex-Presidentes	3 264 000	2 856 000	1 632 000	1 632 000	1 632 000	1 632 000	1 768 000	3 264 000	3 264 000	3 264 000	3 264 000	
02.07.01.01.08 - Pensões De Invalidez	0						3 750 475	9 958 216	10 186 259	66 991 077	165 400 986	
02.07.01.01.09 - Pensões De Velhice	0						52 989 169	156 016 849	163 914 588	245 106 096	191 985 464	
02.07.01./02.02 - Benefícios sociais em espécie	5 563 936	8 909 947	6 629 836	1 667 567	576 982	4 719 279	4 971 688	2 534 694	3 111 250	4 857 959	2 938 229	
02.07.02.01.03 - Evacuação De Doentes	164 703 762	185 859 369	181 375 463	302 340 752	311 103 885	356 608 182	357 166 478	433 827 671	437 276 459	478 449 911	477 449 914	
02.07.02.01.09 - Outros Benefícios Sociais Em Numerário	121 871 889	95 998 424	115 839 347	178 116 608	393 636 227	867 444 149	1 484 738 684	650 094 992	602 112 461	990 274 028	1 147 082 760	
<b>dos quais</b>												
Rendimento Social De Inclusão								259 627 944	137 604 792	47 708 704	626 218 286	
Apoio integrado à família									56 716 376	106 017 716	61 397 471	
Estágios Profissionais								176 000 000	158 453 876	173 777 035	116 445 000	
Medidas para emprego e empregabilidade								45 170 000	106 645 467	169 520 000	190 246 365	
Fundo de apoio à vítima									50 504	88 245 264	45 000 000	
Promoção De Mobilidade Eletrica Em Cabo Verde									56 488 763	129 819 946	55 061 378	
<b>TOTAL</b>	<b>4 735 119 054</b>	<b>5 164 955 846</b>	<b>5 541 193 221</b>	<b>6 237 032 231</b>	<b>7 272 163 132</b>	<b>8 267 954 718</b>	<b>9 267 271 604</b>	<b>9 011 723 690</b>	<b>9 666 105 722</b>	<b>10 712 668 287</b>	<b>11 199 408 640</b>	
<b>ADICIONALMENTE É DE SE CONSIDERAR OUTRAS MEDIDAS QUE SE ENCONTRA EM OUTRAS RUBRICAS</b>												
Gratuidade até 12º ano e gratuitade até o ensino superior aos deficientes								366 000 000	366 000 000	366 000 000	366 000 000	
Bolsa de Estudos								555 847 430	551 389 994	556 518 502	551 612 156	
Taxa Moderadora							100 000 000	200 000 000	200 000 000	200 000 000	200 000 000	
Tarifa social de 30% para 50%							100 000 000	200 000 000	281 117 073	200 000 000	259 500 000	
IVA 8% na Eletricidade e Água								279 000 000	279 000 000	279 000 000	279 000 000	
Bonificação de Crédito habitação								200 000 000	200 000 000	200 000 000	200 000 000	
Habitação Social e Incentivo a aquisição de casa própria							195 000 000	195 000 000	195 000 000	195 000 000	411 276 377	
Remanescente da componente do RSI (Não transferência directa)								151 352 126	29 579 292	0	0	
Medidas de Mitigação (mau anoa agrícola e subsídiação de alimentação e electrividade e combustivel)								1 277 955 428	867 482 446	840 069 925	0	
<b>TOTAL GERAL</b>								<b>9 662 271 604</b>	<b>12 436 878 674</b>	<b>12 635 674 527</b>	<b>13 549 256 714</b>	<b>13 466 797 173</b>

Fonte: MF

## VII. PREVISÃO DE RECURSOS POR PROGRAMAS

A definição do teto do Orçamento do Estado para 2026 resulta das projeções macroeconómicas nacionais, fortemente condicionadas pela capacidade de arrecadação fiscal, pelo espaço de endividamento disponível e, em certa medida, pelos recursos mobilizados através da ajuda orçamental externa.

Neste processo, são conjugados três instrumentos essenciais de enquadramento macrofiscal: o Quadro Orçamental de Médio Prazo (QOMP), que define as estimativas de receitas e saldos fiscais; o Quadro de Endividamento de Médio Prazo (QEMP), que delimita o espaço prudencial de endividamento; e o Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP), que agrupa as necessidades de financiamento em função das prioridades de política pública.

Como resultado da articulação entre estes instrumentos e as prioridades de política pública, o limite máximo da despesa pública para o exercício económico de 2026 foi fixado em 89.987 mil milhões de escudos cabo-verdianos, refletindo a totalidade dos recursos mobilizados, tanto internos como externos. Nesta base, a proposta de alocação orçamental por programas teve em consideração a capacidade efetiva de financiamento do Estado e assentou nos seguintes critérios orientadores:

- a. O ano de 2025 foi utilizado como referência base, com os ajustamentos necessários resultantes das medidas constantes do ponto IV.2 do presente documento (Racionalização e contenção de despesas);
- b. As despesas com pessoal foram revistas com base na lista nominal extraída da Base de Dados dos Recursos Humanos e nos dados do FSA/IP, incorporando os recrutamentos em curso e os efeitos da implementação do PCFR;
- c. Foram asseguradas alocações para despesas fixas e obrigatórias, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º da Lei de Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho);
- d. A alocação dos recursos às unidades orgânicas e aos projetos, no âmbito do exercício de revisão do Quadro de Despesa Sectorial de Médio Prazo (QDS-MP),

deverá observar rigorosamente uma hierarquia de exigibilidade, conferindo primazia às despesas de caráter obrigatório:

- Despesas correntes fixas, apuradas sob princípios de racionalização e eficiência do serviço público;
- Devem ser asseguradas, com caráter prioritário, as contrapartidas nacionais e demais despesas decorrentes de compromissos contratuais previamente assumidos;
- Devem ser asseguradas as transferências legalmente fixadas ou decorrentes de instrumentos contratuais, nomeadamente o Fundo de Financiamento Municipal (FFM) e os contratos-programa celebrados com entidades públicas ou privadas;
- Deve ser garantida a dotação orçamental para o Fundo Nacional de Emergência, bem como a afetação das demais receitas consignadas, em conformidade com os dispositivos legais em vigor; e
- No que se refere aos ativos não financeiros, deverão ser priorizados todos os projetos contratados com financiamento externo, bem como, no âmbito do Tesouro, as obras em curso, de forma a garantir a continuidade dos investimentos estratégicos e a eficiência na execução orçamental.

Importa realçar que novas despesas não classificadas como obrigatórias não foram consideradas prioritárias nesta fase de programação, dada a atual limitação da capacidade de financiamento. Como corolário deste exercício, foi atribuído um limite (plafond) de despesa para cada programa estratégico do PEDS II, cujos detalhes encontram-se discriminados no quadro infra e no Anexo I, que apresenta o plafond por fonte de financiamento e por setor de intervenção.

Tabela 11 – Plafond por Programa

PROGRAMA PEDS II	OE Inicial 2025	Plafond 2026	Plafond 2027	Plafond 2028
AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	759 127 890	478 656 527	467 281 527	467 281 527
ÁGUA E SANEAMENTO	3 213 894 877	1 937 278 295	535 429 500	473 961 927
AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	790 779 729	574 091 767	813 895 272	813 895 272
CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	71 306 477	78 430 547	83 993 011	83 993 011
CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	116 294 694	135 345 548	119 873 537	122 013 417
CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO	851 504 207	433 528 557	429 616 589	429 616 589
CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO	415 544 794	377 309 413	210 057 509	210 057 509
CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	1 849 726 892	2 119 110 966	997 577 742	1 000 120 298
CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	1 908 973 780	1 525 307 732	1 499 099 274	1 500 648 552
DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	564 306 570	338 308 040	330 326 566	325 326 566
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	12 708 849 569	12 892 890 634	12 958 551 388	12 765 263 284
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	129 227 409	126 329 379	128 187 579	128 187 579
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE	8 454 752 286	9 337 937 754	10 037 952 983	10 697 208 017
DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE	104 780 607	92 355 467	105 780 607	105 780 607
DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA	1 957 833 907	1 895 306 929	1 890 698 683	1 894 979 487
GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL	18 844 637 552	18 849 198 578	19 476 725 189	19 128 880 971
GOVERNANÇA E DEMOCRACIA	2 458 200 046	2 770 803 296	1 951 320 457	1 855 114 481
HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	6 357 367 672	6 675 294 048	6 784 004 070	6 897 700 235
INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	3 901 973 247	2 856 745 252	3 485 025 379	2 878 365 267
JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	2 853 205 370	2 829 648 157	2 660 359 416	2 651 568 298
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5 434 369 323	742 828 311	518 921 759	521 921 759
PROGRAMA NACIONAL DA CIÉNCIA	423 226 132	421 151 334	421 607 416	421 607 416
PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	1 833 086 036	1 593 538 238	1 535 637 029	1 516 193 292
PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	391 535 782	299 482 647	301 350 054	301 350 054
PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO	87 943 125	89 637 794	88 302 871	88 302 871
PROTEÇÃO SOCIAL	12 686 803 835	12 955 523 235	13 254 755 634	13 569 755 634
REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	7 147 656 245	6 076 128 690	6 098 779 211	6 094 944 911
TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	1 594 431 822	1 484 744 768	1 919 402 679	1 990 167 089
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>97 911 339 875</b>	<b>89 986 911 903</b>	<b>89 104 512 930</b>	<b>88 934 205 919</b>

**Fonte:** MF

## VIII. RISCOS ORÇAMENTAIS

Segundo o Relatório de Riscos Globais 2025, publicado pelo Fórum Económico Mundial, o cenário global apresenta uma fragmentação crescente, com desafios geopolíticos, ambientais, sociais e tecnológicos que ameaçam a estabilidade e o progresso.

Um dos riscos mais significativos apontado para o ano 2025 é o conflito armado entre Estados, que reflete as crescentes tensões geopolíticas e a influência destas na economia global.

A desinformação e a informação incorreta são consideradas, pelo segundo ano consecutivo, como um dos principais riscos de curto prazo, destacando-se como uma ameaça persistente à coesão social e à governação, na medida em que mina a confiança e acentua divisões dentro e entre nações.

No horizonte de uma década, os riscos ambientais dominam as preocupações globais, com eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas sendo destacados como ameaças severas.

Para Cabo Verde, o Relatório de Riscos Globais 2025 aponta como principais riscos a pobreza e desigualdade, escassez de mão de obra e/ou talento, desemprego ou falta de oportunidade económica, inflação e dívida pública.

No âmbito desta matéria, o Estado de Cabo Verde mantém o compromisso de cumprir com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reduzir as vulnerabilidades e riscos nacionais.

Assim, evidencia-se a seguir, os principais riscos identificados para o exercício orçamental referente ao ano de 2026:

- Riscos macroeconómicos;
- Riscos associados à dívida pública;
- Riscos associados as empresas públicas e participadas do Estado; e
- Riscos decorrentes de mudanças climáticas e catástrofes naturais.

**Riscos Macroeconómicos** - A economia global enfrenta um cenário desafiador, marcado por elevada incerteza, em meio a tensões comerciais e conflitos geopolíticos. Nesse contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu para baixo suas previsões de crescimento econômico global, estimando 2,8% para 2025 e 3% para 2026, abaixo dos 3,3% inicialmente projetados para esses anos.

Como uma pequena economia insular com base produtiva limitada, Cabo Verde é altamente sensível a choques externos. A forte dependência do turismo e das remessas da diáspora expõe o país a variações bruscas na demanda internacional e nas condições laborais dos emigrantes. Além disso, a total dependência da importação de bens energéticos e alimentares faz com que choques nos preços globais se refletem diretamente na inflação interna.

Em Cabo Verde, os riscos macroeconômicos estão relacionados às projeções de crescimento da produtividade e dos preços, considerando o potencial da economia e o contexto externo adverso. Isso impacta o comportamento da receita fiscal, influenciada pelo consumo privado, inflação, emprego e remunerações, bem como os principais

indicadores fiscais, como os rácios do défice público, saldo primário e dívida pública em percentual do PIB.

Entre os principais riscos externos estão a possível queda do turismo em caso de recessão nos principais mercados emissores, o aumento dos preços dos combustíveis devido a conflitos geopolíticos e restrições comerciais que elevam o custo dos insumos essenciais.

Internamente, Cabo Verde enfrenta pressões inflacionárias decorrentes do repasse dos custos importados para a economia doméstica e um nível elevado de endividamento público, que apesar de estar em trajetória descendente, limita a margem fiscal. Soma-se a isso a fragilidade das Empresas Públicas, cujas ineficiências e passivos representam riscos contingentes que podem exigir do Estado liquidez ou recapitalização, aumentando o défice.

O impacto orçamental desses riscos se manifesta na redução das receitas fiscais, principalmente do IVA e das taxas turísticas, no aumento das despesas correntes com subsídios sociais e energia, e na elevação dos encargos com juros devido à alta da dívida. Eventos climáticos adversos ainda demandam gastos emergenciais para reparação e apoio às regiões afetadas, pressionando ainda mais o défice e intensificando a necessidade de ajustes fiscais.

Ademais, com a recente “guerra tarifária” e a crescente incerteza gerada, o país pode sofrer os efeitos via balança de pagamentos, nomeadamente a possível desaceleração das receitas de exportações de bens e serviços, diminuição das importações de bens e serviços, redução no nível das remessas dos emigrantes, que atualmente representam cerca de 11% do PIB, redução das transferências oficiais, como também dos Investimentos Diretos Externos. Endogenamente, os efeitos poderão se sentir via inflação importada, redução das receitas ligadas as importações e serviços de turismo, erosão da confiança dos agentes económicos e, a consequente pressão nas finanças públicas e moderação do crescimento da atividade económica.

**Riscos Associados à Dívida Pública** - A dívida de Cabo Verde caiu para 109,2% do PIB em 2024, representando uma significativa queda, quando comparado com o rácio de 146,5% que se registou em 2021. Esta queda é impulsionada pelo crescimento do PIB e pela implementação de políticas fiscais de controlo de despesas e de melhorias na arrecadação de receitas do Estado. Prevê-se que este rácio mantenha a trajetória descendente e que no horizonte de 2026/27 atingirá valores inferiores a 100% do PIB, conforme as projeções atuais e o objetivo definido pelo Governo, em matéria de gestão da dívida.

A média de taxa de juro da dívida de Cabo Verde é baixa e na sua maioria é fixa. A dívida externa que constitui cerca de 67,8% do total da dívida, em 2024, tem uma taxa média em torno de 1% e cerca de 90% desta taxa é fixa. Na dívida interna, a média de taxa de juros está em torno de 3,5% e é 100% fixa, o que mitiga os riscos de aumento volume de juros a pagar por ano. No que tange à maturidade da dívida de Cabo Verde, a dívida externa tem uma maturidade remanescente em torno de 19 anos e a dívida doméstica em torno de 5 anos. Relativamente ao risco cambial, é de referir que a dívida externa é contratada, na sua totalidade, em divisas, todavia, 50,9% do stock da dívida externa é em Euro, que tem paridade cambial fixa com o CVE, o que mitiga, em parte, o risco cambial do portfólio da dívida. A dívida interna, ela é emitida, na sua totalidade, em CVE.

Os passivos contingentes do governo diminuíram em 2023 e 2024, mas permaneceram significativos e representam um risco importante para o balanço do soberano. O passivo contingente explícito relacionado com as entidades estatais (SOE) ascende a 7,9% do PIB no final de 2024, tendo apresentado uma diminuição nominal de 6,7%, face ao valor de 2023. O seu total representa 7,3% da dívida pública no final de 2024, sendo de referir que estes dados são provisórios.

**Riscos associados às empresas públicas e participadas do Estado** - O Setor Público Empresarial desempenha um papel de relevo em diversas áreas estratégicas, como a energia, a telecomunicação, as infraestruturas e as finanças, fornecendo bens e serviços públicos essenciais e promovendo a eficiência económica e social em nível nacional e internacional. Os resultados têm demonstrado uma dinâmica positiva, com crescimento do volume de negócios face aos anos transatos e, consequente, melhoria dos resultados

quer operacional como líquido. Contrariamente aos exercícios anteriores em que, por exemplo, o EBIT agregado do SPE rondava cerca de 2 mil milhões de CVE negativos, hoje cifra-se em valores acima dos 3 mil milhões de CVE positivos.

No entanto, indicadores económico-financeiros do SPE evidenciam desafios estruturais, nomeadamente no que respeita à rentabilidade e aos riscos subjacentes. Diante disso, o apoio contínuo do Estado, aliado a uma gestão financeira eficiente, tem sido essencial para garantir a estabilidade e sustentabilidade do setor a longo prazo, bem como a mitigação de riscos orçamentais, tendo em conta as orientações reiteradas dos parceiros internacionais, nomeadamente GAO e o FMI.

No que se refere à dinâmica dos indicadores de estrutura do capital (rentabilidade, liquidez, endividamento e solvabilidade), não obstante a melhoria dos resultados e dos indicadores, continua a exigir um seguimento atento.

Para além da análise dos indicadores financeiros, que demonstram a tendência de melhoria, tem-se procedido também à avaliação do nível de risco das empresas do SPE, com recurso à ferramenta SOE *Health Check Tool* do FMI, cujos resultados são favoráveis nas 6 maiores empresas do Setor Público Empresarial.

Não obstante estas pressões financeiras, importa sublinhar que as empresas do SPE operam em setores estratégicos cruciais para o desenvolvimento de Cabo Verde. A sua intervenção é indispensável para assegurar o bem-estar das populações, assegurar o acesso a serviços públicos essenciais e promover a coesão territorial e social.

Com vista à redução de riscos, em 2025 e 2026 serão dadas especial atenção à continuação das reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro legal, nomeadamente uma nova Lei do Setor Público Empresarial e um novo Estatutos dos Gestores Públicos, que incorporam novas políticas no processo de gestão e monitorização do desempenho das empresas públicas, para reduzir os riscos orçamentais, climáticos e ambientais e, consequentemente, garantir a trajetória da sustentabilidade.

**Riscos decorrentes das mudanças climáticas e catástrofes naturais** - No horizonte de 2 a 10 anos, os eventos climáticos extremos ocupam o segundo e o primeiro lugar, respetivamente, no ranking de gravidade dos riscos globais, segundo o Relatório Mundial de Riscos 2025. Cabo Verde, pela sua localização geográfica insular e clima árido, enfrenta vulnerabilidades significativas associadas às mudanças climáticas e às catástrofes naturais. Estes riscos incluem secas prolongadas, inundações, erupções vulcânicas, aumento do nível do mar, afetando diretamente setores vitais como o turismo, a agricultura e as finanças públicas.

Perante um cenário internacional caracterizado por fenómenos climáticos extremos sem precedentes e por uma instabilidade climática global, torna-se essencial que os países adotem respostas nacionais robustas, articuladas e sustentáveis. O agravamento do risco climático global exige que países vulneráveis, como Cabo Verde, reforcem os mecanismos de planeamento, financiamento e resposta aos choques ambientais.

Nesse sentido, é fundamental quantificar os impactos orçamentais decorrente destes choques climáticos, que se manifestam por três principais canais:

- Aumento da despesa pública em resposta a desastres;
- Queda da atividade económica com efeitos na arrecadação fiscal;
- Passivos contingentes, com necessidade de intervenção estatal emergencial.

Em 2024, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com base no perfil de risco elaborado pelo Banco Mundial em 2019, foi desenvolvida uma ferramenta de quantificação dos riscos orçamentais decorrentes das mudanças climáticas e catástrofes naturais. Este instrumento inovador permite simular o impacto de eventos como inundações e secas com tempos de retorno de 10 e 50 anos, por exemplo, bem como quantificar os riscos decorrentes de mudanças climáticas e catástrofes naturais.

Contudo, com as mudanças climáticas a reduzir o tempo de retorno dos eventos extremos, o que hoje se estima acontecer a cada 50 anos poderá ocorrer a cada 10, o que eleva a probabilidade anual de ocorrência de eventos severos, expondo o país a um risco orçamental mais elevado e recorrente, e, consequentemente, a um aumento substancial da necessidade de financiamento.

Consciente deste cenário, Cabo Verde tem estado a trabalhar no progresso da implementação das suas metas climáticas e na mobilização de recursos para enfrentar esses desafios.

## **IX. ANEXOS**

## IX.1. Anexo I – Plafond por Programa, Tipo de Financiamento e Sector

PROGRAMA	TIPO_FIN	SECTOR	Soma de BASE 2025	Soma de Plafond 2026	Soma de Plafond 2027	Soma de Plafond 2028
■ AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	■ Donativo	AGRICULTURA E AMBIENTE	271 662 203	18 857 454	18 857 454	18 857 454
	■ Tesouro	AGRICULTURA E AMBIENTE	239 867 380	233 688 224	233 688 224	233 688 224
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	235 998 307	214 510 849	214 735 849	214 735 849
		INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO	11 600 000	11 600 000		
AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA Total			<b>759 127 890</b>	<b>478 656 527</b>	<b>467 281 527</b>	<b>467 281 527</b>
■ ÁGUA E SANEAMENTO	■ Donativo	AGRICULTURA E AMBIENTE	461 567 333	327 177 359		
	■ Emprestimo	AGRICULTURA E AMBIENTE	2 126 526 085	991 167 177		
	■ Tesouro	AGRICULTURA E AMBIENTE	625 801 459	618 933 759	535 429 500	473 961 927
ÁGUA E SANEAMENTO Total			<b>3 213 894 877</b>	<b>1 937 278 295</b>	<b>535 429 500</b>	<b>473 961 927</b>
■ AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	■ Donativo	AGRICULTURA E AMBIENTE	114 845 057	8 584 275	7 650 000	7 650 000
	■ Tesouro	AGRICULTURA E AMBIENTE	675 934 672	565 507 492	806 245 272	806 245 272
AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE Total			<b>790 779 729</b>	<b>574 091 767</b>	<b>813 895 272</b>	<b>813 895 272</b>
■ CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	■ Tesouro	TURISMO E TRANSPORTES	71 306 477	78 430 547	83 993 011	83 993 011
CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA Total			<b>71 306 477</b>	<b>78 430 547</b>	<b>83 993 011</b>	<b>83 993 011</b>
■ CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	■ Tesouro	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	116 294 694	135 345 548	119 873 537	122 013 417
CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO Total			<b>116 294 694</b>	<b>135 345 548</b>	<b>119 873 537</b>	<b>122 013 417</b>
■ CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO	■ Donativo	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	37 000 000	37 000 000	37 000 000	37 000 000
	■ Emprestimo	ECONOMIA DIGITAL	216 835 642	0		
	■ Outro	EDUCAÇÃO	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000
	■ Tesouro	ECONOMIA DIGITAL	104 073 633	104 073 633	104 073 633	104 073 633
		EDUCAÇÃO	1 400 000	1 400 000	1 400 000	1 400 000
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	155 257 704	5 510 024	5 539 581	5 539 581
		JUSTIÇA	306 516 802	273 408 458	273 408 458	273 408 458
		NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	28 420 426	10 136 442	6 194 917	6 194 917
CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO Total			<b>851 504 207</b>	<b>433 528 557</b>	<b>429 616 589</b>	<b>429 616 589</b>
■ CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO	■ Donativo	MINISTRO ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO PARA A JUVENTUDE E DESPORTO	7 000 000	0		
	■ Tesouro	MINISTRO ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO PARA A JUVENTUDE E DESPORTO	408 544 794	377 309 413	210 057 509	210 057 509
CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO Total			<b>415 544 794</b>	<b>377 309 413</b>	<b>210 057 509</b>	<b>210 057 509</b>
■ CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	■ Donativo	TURISMO E TRANSPORTES	53 306 865	206 354 258		0
	■ Emprestimo	FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	8 660 621	42 041 334	47 476 054	
		TURISMO E TRANSPORTES	226 663 615	59 233 470	28 788 390	0
	■ Tesouro	TURISMO E TRANSPORTES	1 561 095 791	1 811 481 904	921 313 298	1 000 120 298
CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO Total			<b>1 849 726 892</b>	<b>2 119 110 966</b>	<b>997 577 742</b>	<b>1 000 120 298</b>
■ CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	■ Donativo	MAR	313 976 599	337 097 786	228 887 198	235 012 326
	■ Emprestimo	MAR	225 823 451	0	80 762 652	76 475 202
	■ Tesouro	MAR	1 339 194 387	1 157 580 603	1 157 920 082	1 157 631 682
		CHGOV- GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO	9 000 000	8 100 000	9 000 000	9 000 000
		TURISMO E TRANSPORTES	20 979 343	22 529 343	22 529 343	22 529 343
CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA Total			<b>1 908 973 780</b>	<b>1 525 307 732</b>	<b>1 499 099 274</b>	<b>1 500 648 552</b>

PROGRAMA	TIPO_FIN	SECTOR	Soma de BASE 2025	Soma de Plafond 2026	Soma de Plafond 2027	Soma de Plafond 2028	
DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	Donativo	CULTURA E INDUSTRIAS CRIATIVAS	3 426 373	3 426 373	3 426 373	3 426 373	
	Empréstimo	CULTURA E INDUSTRIAS CRIATIVAS	234 903 441	20 217 298			
	Tesouro	CULTURA E INDUSTRIAS CRIATIVAS	325 976 756	314 664 369	326 900 193	321 900 193	
DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS Total			564 306 570	338 308 040	330 326 566	325 326 566	
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	Donativo	EDUCAÇÃO	326 051 771	391 637 289	405 024 048	425 244 694	
		FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		50 543 245			
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	540 352 650	421 030 000	421 030 000	421 030 000	
	Empréstimo	EDUCAÇÃO	124 845 925	57 429 562	171 489 718		
		FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	257 858 174	21 427 957	91 163 190	50 328 639	
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	99 570 786	115 141 509	12 252 229		
	Tesouro	MAR	7 786 800	7 786 800	7 786 800	7 786 800	
		DEFESA NACIONAL	5 357 228	5 329 634	5 369 228	5 369 228	
		ECONOMIA DIGITAL	18 000 000	18 000 000	18 000 000	18 000 000	
		EDUCAÇÃO	10 291 381 609	10 785 840 467	10 794 839 454	10 794 839 454	
		FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	57 975 108	67 042 822	67 974 078	67 974 078	
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	979 669 518	951 681 349	963 622 643	974 690 391	
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO Total			12 708 849 569	12 892 890 634	12 958 551 388	12 765 263 284	
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	Tesouro	CHGOV-GABINETE DO VICE PRIMEIRO MINISTRO	10 272 432	10 810 632	11 348 832	11 348 832	
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	108 161 943	104 725 713	106 045 713	106 045 713	
		INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	6 121 694	6 121 694	6 121 694	6 121 694	
		TURISMO E TRANSPORTES	4 671 340	4 671 340	4 671 340	4 671 340	
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL Total			129 227 409	126 329 379	128 187 579	128 187 579	
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAUDE	Donativo	SAÚDE	526 384 367	526 384 367	521 384 367	521 384 367	
		Empréstimo	SAÚDE	558 407 466	245 005 104	408 341 840	408 341 840
		Tesouro	EDUCAÇÃO	6 360 000	6 360 000	6 360 000	6 360 000
		SAÚDE	7 363 600 453	8 560 188 283	9 101 866 776	9 761 121 810	
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAUDE Total			8 454 752 286	9 337 937 754	10 037 952 983	10 697 208 017	
DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE	Donativo	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	5 793 504	5 793 504	5 793 504	5 793 504	
		Tesouro	CHGOV- GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO	16 584 000	15 009 000	16 584 000	16 584 000
		COMUNIDADES	49 500 000	37 800 000	49 500 000	49 500 000	
		NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	32 903 103	33 752 963	33 903 103	33 903 103	
DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE Total			104 780 607	92 355 467	105 780 607	105 780 607	
DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA	Donativo	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	12 000 000	16 590 125	18 120 168	19 650 210	
	Tesouro	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	1 945 833 907	1 878 716 804	1 872 578 515	1 875 329 277	
DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA Total			1 957 833 907	1 895 306 929	1 890 698 683	1 894 979 487	

PROGRAMA	TIPO_FIN	SECTOR	Soma de BASE 2025	Soma de Plafond 2026	Soma de Plafond 2027	Soma de Plafond 2028
■ GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL	■ Donativo	MAR	30 140 085	30 140 085	30 140 085	30 140 085
		AGRICULTURA E AMBIENTE	18 067 000	0		
		COESAO TERRITORIAL	8 000 000	8 000 000	8 000 000	8 000 000
	■ Emprestimo	MAR		389 474 614		
	■ Outro	FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	10 000 000	10 000 000		
		JUSTIÇA	331 531 757	391 487 243	391 487 243	391 487 243
	■ Tesouro	MAR	131 453 372	119 762 855	121 061 855	121 061 855
		ADMINISTRACAO INTERNA	30 832 975	27 601 087	28 126 087	28 126 087
		AGRICULTURA E AMBIENTE	399 780 259	379 295 500	384 209 037	384 209 037
		CHGOV- GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO	221 376 911	200 624 831	221 830 931	221 830 931
		CHGOV-GABINETE DO VICE PRIMEIRO MINISTRO	8 331 340	7 806 340	8 331 340	8 331 340
		CHGOV-MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA PRESIDENCIA DO CONSELHO	315 061 403	310 395 041	304 225 641	304 225 641
		COESAO TERRITORIAL	56 198 704	53 071 419	53 175 419	53 175 419
		COMUNIDADES	52 620 248	40 769 751	45 252 581	32 095 901
		CULTURA E INDUSTRIAS CRIATIVAS	249 533 752	257 746 420	231 118 249	231 118 249
		DEFESA NACIONAL	68 250 248	68 513 378	72 525 184	72 525 184
		ECONOMIA DIGITAL	30 872 655	29 082 655	30 972 655	30 972 655
		EDUCAÇÃO	677 249 720	638 328 149	641 490 607	641 490 607
		FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	130 569 630	126 910 606	133 205 630	132 605 630
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	13 956 789 429	13 608 542 009	14 636 041 368	14 338 811 095
		INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	148 850 900	146 130 942	140 730 942	154 109 404
		INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	163 980 489	168 706 487	131 639 614	131 639 614
		JUSTIÇA	552 035 706	553 298 012	554 802 682	554 802 682
		MINISTRO ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO PARA A JUVENTUDE E DESPORTO	154 204 030	154 180 490	156 010 490	156 010 490
		MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	187 800 715	181 555 715	184 400 715	184 400 715
		NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	202 013 571	192 207 136	202 013 571	202 013 571
		SAÚDE	546 442 918	590 407 053	595 778 645	545 542 918
		TURISMO E TRANSPORTES	162 649 735	165 160 760	170 154 619	170 154 619
■ GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL Total			18 844 637 552	18 849 198 578	19 476 725 189	19 128 880 971
■ GOVERNANÇA E DEMOCRACIA	■ Tesouro	CHGOV- GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000
		COMISSAO RECENSEAMENTO ELEITORAL	63 631 546	63 570 396	56 092 546	35 363 891
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	270 000 000	270 000 000	270 000 000	270 000 000
		JUSTIÇA	308 642 583	868 642 583	93 642 583	93 642 583
		MINISTRO ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO PARA A JUVENTUDE E DESPORTO	20 000 000	20 000 000	10 000 000	10 000 000
		OSOB- ASSEMBLEIA NACIONAL	1 299 089 710	1 147 875 188	1 097 339 292	1 021 861 971
		OSOB- TRIBUNAL DE CONTAS	239 498 803	163 627 725	164 148 885	164 148 885
		PRESIDENCIA DA REPUBLICA	255 837 404	235 587 404	258 597 151	258 597 151
GOVERNANÇA E DEMOCRACIA Total			2 458 200 046	2 770 803 296	1 951 320 457	1 855 114 481
■ HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	■ Donativo	INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	13 500 000	13 500 000	13 500 000	13 500 000
	■ Emprestimo	INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	367 807 276	84 912 652	185 493 710	97 548 463
	■ Tesouro	COESAO TERRITORIAL	14 000 000	9 000 000		
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	4 765 318 279	5 419 190 729	5 828 000 000	6 328 000 000
		INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	1 196 742 117	1 148 690 667	757 010 360	458 651 772
HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO Total			6 357 367 672	6 675 294 048	6 784 004 070	6 897 700 235

PROGRAMA	TIPO_FIN	SECTOR	Soma de BASE 2025	Soma de Plafond 2026	Soma de Plafond 2027	Soma de Plafond 2028
INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	Donativo	INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	35 729 911	202 172 980		
		SAÚDE	456 743 228	230 265 000		
	Emprestimo	INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	1 949 408 325	961 716 886	2 044 747 855	1 470 087 743
		SAÚDE	89 998 031	0	537 167 746	537 167 746
	Outro	JUSTIÇA	210 000 000	318 196 634	318 196 634	318 196 634
	Tesouro	MAR	30 967 086	30 967 086	30 967 086	30 967 086
		ADMINISTRACAO INTERNA	32 017 586	32 017 586	32 017 586	32 017 586
		DEFESA NACIONAL	18 750 000	19 050 000	19 238 000	19 238 000
		EDUCAÇÃO	46 000 000	46 000 000	16 000 000	
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	15 500 000	15 500 000	15 500 000	15 500 000
		INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	248 380 000	248 380 000	248 380 000	248 380 000
		JUSTIÇA	20 662 084	20 662 084	20 662 084	20 662 084
		MINISTRO ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO PARA A JUVENTUDE E DESPORTO	102 704 721	102 704 721		
		NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	16 000 000	16 000 000	16 000 000	16 000 000
		SAÚDE	629 112 275	613 112 275	186 148 388	170 148 388
INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS Total			3 901 973 247	2 856 745 252	3 485 025 379	2 878 365 267
JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	Donativo	JUSTIÇA	3 240 808	3 240 808	3 240 808	3 240 808
	Outro	JUSTIÇA	212 484 372	161 670 388	161 670 388	161 670 388
		OSOB- CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL	301 147 856	321 744 714	317 696 714	318 744 714
	Tesouro	JUSTIÇA	1 109 048 967	1 102 025 159	1 096 464 487	1 086 627 769
		OSOB - MINISTERIO PUBLICO	430 694 104	437 324 352	387 011 097	387 008 697
		OSOB - TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	68 189 896	73 122 496	73 286 931	73 286 931
		OSOB- CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL	569 900 848	571 899 601	456 978 000	456 978 000
		OSOB- PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	91 835 408	90 304 145	92 254 145	92 254 145
		OSOB- SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTICA	66 663 111	68 316 494	71 756 846	71 756 846
JUSTIÇA E PAZ SOCIAL Total			2 853 205 370	2 829 648 157	2 660 359 416	2 651 568 298
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Tesouro	FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	5 352 384 564	628 779 298	442 242 746	445 242 746
		MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	81 984 759	114 049 013	76 679 013	76 679 013
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Total			5 434 369 323	742 828 311	518 921 759	521 921 759
PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	Donativo	MAR	37 704 604	25 030 489	25 030 489	25 030 489
		EDUCAÇÃO	9 217 801	9 217 801	9 217 801	9 217 801
		SAÚDE	28 706 095	28 706 095	28 706 095	28 706 095
	Tesouro	MAR	123 260 804	140 892 595	140 946 594	140 946 594
		AGRICULTURA E AMBIENTE	125 684 471	119 967 080	120 054 080	120 054 080
		EDUCAÇÃO	8 000 000	7 000 000	7 000 000	7 000 000
		SAÚDE	90 652 357	90 337 274	90 652 357	90 652 357
PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA Total			423 226 132	421 151 334	421 607 416	421 607 416
PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	Donativo	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	1 155 070 813	1 031 067 044	1 019 443 748	1 000 000 011
	Emprestimo	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	91 664 985	8 771 592		0
	Tesouro	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	586 350 238	553 699 602	516 193 281	516 193 281
PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA Total			1 833 086 036	1 593 538 238	1 535 637 029	1 516 193 292
PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Emprestimo	FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	88 764 328	0		
	Tesouro	AGRICULTURA E AMBIENTE	31 299 108	30 177 708	31 077 708	31 077 708
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	271 472 346	269 304 939	270 272 346	270 272 346
PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Total			391 535 782	299 482 647	301 350 054	301 350 054

PROGRAMA	TIPO FIN	SECTOR	Soma de BASE 2025	Soma de Plafond 2026	Soma de Plafond 2027	Soma de Plafond 2028
PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO	Donativo	FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5 386 356	5 386 356	5 386 356	5 386 356
	Tesouro	FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	82 556 769	84 251 438	82 916 515	82 916 515
PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO Total			87 943 125	89 637 794	88 302 871	88 302 871
PROTEÇÃO SOCIAL	Donativo	EDUCAÇÃO	15 481 200	15 481 200	15 481 200	15 481 200
		FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5 209 060	5 209 060	5 209 060	5 209 060
	Outro	EDUCAÇÃO	18 000 000	18 000 000	18 000 000	18 000 000
	Tesouro	AGRICULTURA E AMBIENTE		0		
		EDUCAÇÃO	873 327 258	874 023 268	847 884 667	847 884 667
		FAMILIA, INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3 633 808 641	3 662 832 031	3 663 203 031	3 663 203 031
		FINANÇAS E DO FOMENTO EMPRESARIAL	7 647 066 797	7 886 066 797	8 211 066 797	8 526 066 797
		INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA	209 500 000	209 500 000	209 500 000	209 500 000
		INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO E HABITAÇÃO	195 000 000	195 000 000	195 000 000	195 000 000
		SAÚDE	89 410 879	89 410 879	89 410 879	89 410 879
PROTEÇÃO SOCIAL Total			12 686 803 835	12 955 523 235	13 254 755 634	13 569 755 634
REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	Donativo	ADMINISTRACAO INTERNA		0		
	Outro	DEFESA NACIONAL	339 057 584	193 792 264	193 792 264	193 792 264
	Tesouro	ADMINISTRACAO INTERNA	5 272 257 490	4 490 691 424	4 495 513 105	4 491 678 805
		DEFESA NACIONAL	1 536 341 171	1 391 645 002	1 409 473 842	1 409 473 842
REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL Total			7 147 656 245	6 076 128 690	6 098 779 211	6 094 944 911
TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	Donativo	AGRICULTURA E AMBIENTE		0		
	Emprestimo	AGRICULTURA E AMBIENTE	757 894 394	391 464 392	946 779 169	1 027 473 579
	FCP	AGRICULTURA E AMBIENTE	32 800 000	303 242 602	178 909 630	178 909 630
	Tesouro	AGRICULTURA E AMBIENTE	803 737 428	790 037 774	793 713 880	783 783 880
TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA Total			1 594 431 822	1 484 744 768	1 919 402 679	1 990 167 089
Total Geral			97 911 339 875	89 986 911 903	89 104 512 930	88 934 205 919

Fonte: MF

## IX.2. Anexo II – Inflação versus Atualização Salarial, 2010-2025

Ano	Inflação (%)	% da Atualização Salarial	Lei / DL	B.O data	Efeito	Nº B.O.
2010	2,1	(1,75% sobre 2009)	69/2009	30/12/2009	jan/10	2º Sup.49
2011	4,5	0,00%	-----	-----	-----	-----
2012	2,5	0,00%	-----	-----	-----	-----
2013	1,5	0,00%	-----	-----	-----	-----
2014	-0,2	0,00%	-----	-----	-----	-----
2015	0,1	0,00%	-----	-----	-----	-----
2016	-1,4	0,00%	-----	-----	-----	-----
2017	0,8	0,00%	-----	-----	-----	-----
2018	1,3	0,00%	-----	-----	-----	-----
2019	1,1	(2,20% sobre 2018) Quadro comum	44/IX/2018	31/12/2018	jan/19	I Série n.º 89
2020	0,6	0,00%	-----	-----	-----	-----
2021	1,9	0,00%	-----	-----	-----	-----
2022	7,9	0,00%	-----	-----	-----	-----
2023	3,7	Salários até 33.000 CVE à taxa de 3,5%	16/X/2022	30/12/2022	jan/23	I Série n.º 125
		Salários superior a 33.000 CVE até 51.000 CVE à taxa de 2%				
		Salários superior a 51.000 CVE até 69.000 CVE à taxa de 1%				
2024	2,8	Salários até 33.000 CVE à taxa de 2,8%	35/X/2023	31/12/2023	jan/24	I Série n.º 134
		Salários superior a 33.000 CVE até 51.000 CVE à taxa de 2%				
		Salários superior a 51.000 CVE até 69.000 CVE à taxa de 1%				
2025	1,7	0,00%	45/X/2024	30/12/2024	jan/25	I Série n.º 125

**Fonte:** MF

### IX.3. Anexo III – Projeções Macro Fiscais de Médio Prazo

#### 1. Operações Financeiras do Estado, 2019–2026 (em milhões de CVE)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	CGE	CGE	CGE	CGE	CGE	CTP	OE	Proj.
<b>Receita</b>	<b>58 732</b>	<b>44 629</b>	<b>44 597</b>	<b>54 330</b>	<b>66 235</b>	<b>69 525</b>	<b>91 584</b>	<b>86 993</b>
Impostos	42 141	32 902	33 710	44 206	49 961	56 544	59 294	64 806
Impostos sobre o rendimento	12 806	9 990	9 200	10 215	12 902	14 900	14 580	16 713
Imposto de renda pessoas singulares	7 334	6 581	6 073	6 466	6 721	7 374	7 908	8 310
Imposto de renda pessoas coletivas	5 472	3 410	2 738	3 207	5 514	6 755	5 955	7 563
Impostos sobre bens e serviços	20 652	15 635	15 948	23 149	26 073	29 294	30 492	33 441
Dos quais: IVA DGA	8 260	6 670	8 319	10 918	10 527	11 083	12 752	11 527
Dos quais: IVA DGCI	8 468	6 371	4 798	7 002	9 709	11 632	9 986	13 342
Impostos sobre transações internacionais	8 011	6 593	7 894	10 025	10 157	11 426	13 341	13 634
Outros impostos	672	684	670	816	829	924	881	1 018
Donativos	6 625	5 845	4 442	2 630	3 795	3 919	5 944	5 795
Dos quais: donativos para Projetos	3 904	2 907	2 146	1 249	1 994	2 196	3 342	2 659
Outras receitas	9 889	5 804	6 444	7 494	12 479	9 062	26 346	16 393
Taxas e penalidades	433	220	187	296	423	493	819	819
Renda de propriedade	2 632	1 135	1 219	343	5 036	1 638	13 825	2 459
Venda de Bens e Serviços	5 987	3 719	4 326	5 275	6 055	6 288	8 558	9 400
Outros (incluindo contribuições sociais)	914	808	712	1 581	965	643	3 145	3 715
<b>Despesa</b>	<b>63 751</b>	<b>61 154</b>	<b>59 858</b>	<b>62 987</b>	<b>66 770</b>	<b>72 611</b>	<b>97 911</b>	<b>89 986</b>
Despesa Correntes	54 850	55 120	54 306	58 217	61 579	65 888	81 330	79 866
Remuneração dos empregados	21 177	21 842	22 425	22 603	23 010	22 627	29 177	30 893
Uso de bens e serviços	9 248	11 110	9 983	10 709	12 677	13 053	19 193	15 167
Interesse	4 991	4 829	4 267	5 384	5 867	6 588	6 175	7 072
Doméstico	3 083	3 156	3 236	3 330	3 285	3 248	3 862	3 948
Externo	1 867	1 614	943	2 006	2 505	3 281	2 228	2 935
Outros encargos	41	58	88	48	78	58	85	189
Subsídios	160	630	814	1 965	2 575	2 049	2 073	1 883
Transferências	6 041	6 482	5 570	5 651	5 845	7 099	8 408	9 444
Benefícios sociais	7 272	8 268	9 267	9 014	9 666	10 713	11 199	11 354
Outras despesas	5 961	1 959	1 979	2 891	1 938	2 639	5 105	4 053
Aquisição líquida de ativos não financeiros	8 561	5 933	4 868	4 333	5 052	6 598	15 737	9 649
Compra de ativos	8 900	6 033	5 553	4 770	5 191	6 723	16 582	10 121
Vendas de ativos ( - )	-339	-100	-685	-437	-139	-125	-844	-471
<b>Saldo primário</b>	<b>312</b>	<b>-11 596</b>	<b>-10 310</b>	<b>-2 835</b>	<b>5 471</b>	<b>3 626</b>	<b>692</b>	<b>4 550</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-4 680</b>	<b>-16 424</b>	<b>-14 577</b>	<b>-8 220</b>	<b>-396</b>	<b>-2 962</b>	<b>-5 482</b>	<b>-2 522</b>
<b>Outros passivos líquidos</b>	-5 747	-2 111	762	-3 740	-2 356	-1 052	-1 116	-2 576
Repasso a estatais para fins de investimento	-2 305	-1 650	-1 479	-1 401	-439	-13	-1 073	-665
Outros repasses (líquidos)	1 736	307	2 401	198	284	452	302	290
Capitalização	-5 318	-767	-1 392	-2 536	-2 200	-2 869	-2 200	-2 200
Outro	140	0	1 232	0	0	1 378	1 855	0
<b>Necessidades de financiamento</b>	<b>4 180</b>	<b>16 381</b>	<b>15 294</b>	<b>7 944</b>	<b>116</b>	<b>3 176</b>	<b>5 482</b>	<b>2 522</b>
<b>Financiamento total</b>	<b>4 180</b>	<b>16 381</b>	<b>15 294</b>	<b>7 944</b>	<b>116</b>	<b>3 176</b>	<b>5 482</b>	<b>2 522</b>
Financiamento doméstico líquido	-3 357	5 187	5 000	2 921	1 956	3 029	4 713	4 595
Financiamento externo líquido	7 537	11 194	10 294	5 022	516	1 200	1 885	503
Desembolsos	11 745	15 339	14 130	12 501	10 417	10 865	12 770	11 785
Amortização	-4 207	-4 145	-3 836	-7 479	-9 784	-9 664	-10 885	-11 282
<b>Erros e omissões líquidas</b>	<b>-500</b>	<b>-43</b>	<b>717</b>	<b>-276</b>	<b>-281</b>	<b>215</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: MF

## 2. Operações Financeiras do Estado, 2019–2026 (em % do PIB)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	CGE	CGE	CGE	CGE	CGE	CTP	OE	Proj.
<b>Receita</b>	<b>26,5</b>	<b>25,3</b>	<b>23,3</b>	<b>23,1</b>	<b>25,6</b>	<b>24,6</b>	<b>30,2</b>	<b>26,7</b>
Impostos	19,0	18,7	17,6	18,8	19,3	20,0	19,6	19,9
Impostos sobre o rendimento	5,8	5,7	4,8	4,3	5,0	5,3	4,8	5,1
Imposto de renda pessoas singulares	3,3	3,7	3,2	2,7	2,6	2,6	2,6	2,5
Imposto de renda pessoas coletivas	2,5	1,9	1,4	1,4	2,1	2,4	2,0	2,3
Impostos sobre bens e serviços	9,3	8,9	8,3	9,8	10,1	10,4	10,1	10,3
Dos quais: IVA DGA	3,7	3,8	4,3	4,6	4,1	3,9	4,2	3,5
Dos quais: IVA DGCI	3,8	3,6	2,5	3,0	3,8	4,1	3,3	4,1
Impostos sobre transações internacionais	3,6	3,7	4,1	4,3	3,9	4,1	4,4	4,2
Outros impostos	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Donativos	3,0	3,3	2,3	1,1	1,5	1,4	2,0	1,8
Dos quais: donativos para Projetos	1,8	1,6	1,1	0,5	0,8	0,8	1,1	0,8
Outras receitas	4,5	3,3	3,4	3,2	4,8	3,2	8,7	5,0
Taxes e penalidades	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3
Renda de propriedade	1,2	0,6	0,6	0,1	1,9	0,6	4,6	0,8
Venda de Bens e Serviços	2,7	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,8	2,9
Outros (incluindo contribuições sociais)	0,4	0,5	0,4	0,7	0,4	0,2	1,0	1,1
<b>Despesa</b>	<b>28,7</b>	<b>34,7</b>	<b>31,3</b>	<b>26,7</b>	<b>25,8</b>	<b>25,7</b>	<b>32,3</b>	<b>27,6</b>
Despesa Correntes	24,7	31,3	28,4	24,7	23,8	23,4	26,8	24,5
Remuneração dos empregados	9,5	12,4	11,7	9,6	8,9	8,0	9,6	9,5
Uso de bens e serviços	4,2	6,3	5,2	4,5	4,9	4,6	6,3	4,7
Interesse	2,3	2,7	2,2	2,3	2,3	2,3	2,0	2,2
Doméstico	1,4	1,8	1,7	1,4	1,3	1,2	1,3	1,2
Externo	0,8	0,9	0,5	0,9	1,0	1,2	0,7	0,9
Outros encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Subsídios	0,1	0,4	0,4	0,8	1,0	0,7	0,7	0,6
Transferências	2,7	3,7	2,9	2,4	2,3	2,5	2,8	2,9
Benefícios sociais	3,3	4,7	4,8	3,8	3,7	3,8	3,7	3,5
Outras despesas	2,7	1,1	1,0	1,2	0,7	0,9	1,7	1,2
Aquisição líquida de ativos não financeiros	3,9	3,4	2,5	1,8	2,0	2,3	5,2	3,0
Compra de ativos	4,0	3,4	2,9	2,0	2,0	2,4	5,5	3,1
Vendas de ativos ( - )	-0,2	-0,1	-0,4	-0,2	-0,1	0,0	-0,3	-0,1
<b>Saldo primário</b>	<b>0,1</b>	<b>-6,6</b>	<b>-5,4</b>	<b>-1,2</b>	<b>2,1</b>	<b>1,3</b>	<b>0,2</b>	<b>1,4</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-2,1</b>	<b>-9,3</b>	<b>-7,6</b>	<b>-3,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>-0,8</b>
<b>Outros passivos líquidos</b>	<b>-2,6</b>	<b>-1,2</b>	<b>0,4</b>	<b>-1,6</b>	<b>-0,9</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,8</b>
Repasso a estatais para fins de investimento	-1,0	-0,9	-0,8	-0,6	-0,2	0,0	-0,4	-0,2
Outros repasses (líquidos)	0,8	0,2	1,3	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Capitalização	-2,4	-0,4	-0,7	-1,1	-0,9	-1,0	-0,7	-0,7
Outro	0,1	0,0	0,6	0,0	0,0	0,5	0,6	0,0
<b>Necessidades de financiamento</b>	<b>1,9</b>	<b>9,3</b>	<b>8,0</b>	<b>3,4</b>	<b>0,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,8</b>	<b>0,8</b>
<b>Financiamento total</b>	<b>1,9</b>	<b>9,3</b>	<b>8,0</b>	<b>3,4</b>	<b>0,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,8</b>	<b>0,8</b>
Financiamento doméstico líquido	-1,5	2,9	2,6	1,2	0,8	1,1	1,6	1,4
Financiamento externo líquido	3,4	6,3	5,4	2,1	0,2	0,4	0,6	0,2
Desembolsos	5,3	8,7	7,4	5,3	4,0	3,9	4,2	3,6
Amortização	-1,9	-2,4	-2,0	-3,2	-3,8	-3,4	-3,6	-3,5

**Fonte:** MF